

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
E SISTEMAS PÚBLICOS

NATÁLIA HELENA DOS SANTOS NOVAIS

**AVALIAÇÃO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA NA
IMPLEMENTAÇÃO E NO DESEMPENHO ACADÊMICO DO CÂMPUS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DO IFSP**

São Carlos
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES
E SISTEMAS PÚBLICOS

NATÁLIA HELENA DOS SANTOS NOVAIS

**AVALIAÇÃO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA NA
IMPLEMENTAÇÃO E NO DESEMPENHO ACADÊMICO DO CÂMPUS
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DO IFSP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos para obtenção do título de mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Orientação: Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina

São Carlos,
2017

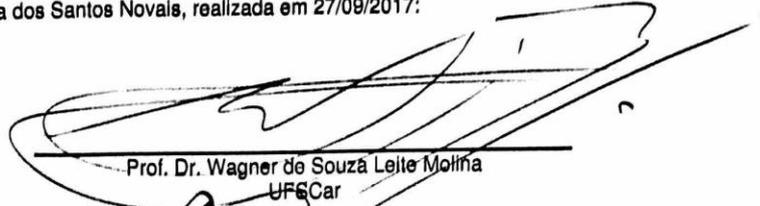


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

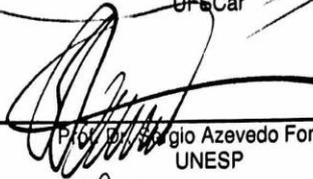
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Natália Helena dos Santos Novais, realizada em 27/09/2017:



Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
UFSCar



Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca
UNESP



Prof. Dr. Carlos Eduardo Guimarães
IFSP

*A minha família, em especial minha mãe
Elisabete, pelo apoio incondicional em todos
os momentos de minha vida.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me conceder a oportunidade de continuar meus estudos e forças para concluir um ano de trajeto semanal na rota São José dos Campos – São Carlos – São José dos Campos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Serviços Públicos. Em especial ao professor Dr. Wagner de Souza Leite Molina, pela disponibilidade e sugestões oferecidas nas etapas de orientação, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão mais crítica e analítica do trabalho. E também por considerar a dificuldade enfrentada por mim com relação à distância entre minha residência e a UFSCAR.

Aos professores que participaram de minhas bancas de qualificação e defesa, pelas suas valiosas contribuições.

Aos colegas de turma da UFSCAR, pela colaboração nos trabalhos em grupo e pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências no decorrer dessa caminhada. Pelo companheirismo e ajuda mútua, seja presencialmente, seja virtualmente. E principalmente pelo compartilhamento de momentos de descontração entre uma aula e outra.

Ao IFSP e ao IFSP Câmpus São José dos Campos, por possibilitar a participação no Programa Mestrado e a realização desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho do IFSP, especialmente àqueles que participaram de alguma etapa da pesquisa, seja respondendo ao questionário ou à entrevista, seja fornecendo material necessário para a pesquisa documental. E também aos meus amigos da Coordenadoria de Gestão de Pessoas que foram companheiros e compreenderam minhas ausências necessárias na época de idas a São Carlos.

À minha amiga Natália Carvalho que esteve ao meu lado do início ao fim dessa caminhada compartilhando descobertas, ansiedades, dificuldades e auxiliando no que fosse preciso.

A meu amigo Vinícius Nardis Silva que sempre me acompanha nas ansiedades do dia-a-dia, seja com repreensões do tipo “acorda para a vida”, seja com frases de “vamos lá, você consegue”. Mesmo longe sempre presente para me animar, me acalmar e me fazer sorrir.

De uma maneira muito especial a meu esposo, Luís Henrique da Silva Novais, meu muito obrigada pelas inúmeras horas a meu lado, ouvindo, auxiliando e incentivando.

*“Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais*

*Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco sei
Ou nada sei*

*Conhecer as manhas
E as manhãs
O sabor das massas
E das maçãs*

*É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir*

*Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro
Levando a boiada
Eu vou tocando os dias
Pela longa estrada, eu vou
Estrada eu sou”*

*Tocando em Frente
Almir Sater e Renato Teixeira*

Resumo

A educação está no centro das preocupações do Estado, haja vista seu papel essencial para o desenvolvimento de um país. Nos últimos anos, a política pública que tem se destacado na educação é a criação/transformação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). A criação destas instituições abriu espaço para a discussão dos IF's enquanto política pública educacional, deixando evidente a necessidade de analisar quão efetiva tem sido a aplicação de tal política. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que pretende analisar o processo de implementação do Câmpus do Instituto Federal de São Paulo em São José dos Campos. De início, foi feita uma breve revisão bibliográfica sobre os seguintes pontos: políticas públicas e implementação de políticas públicas, sobre o processo histórico de criação dos institutos federais, com destaque para os elementos norteadores deste processo e, sobre as redes e a implementação da política de educação profissional. Em um segundo momento, é apresentado o estudo de caso em si, isto é o processo de implementação do Câmpus São José dos Campos e suas especificidades. Posteriormente, foi feita apresentação e discussão dos dados obtidos por meio da aplicação de questionários e entrevistas. Por fim, foram expostas as considerações finais, com destaque para a constatação de existência de uma baixa interação dos atores do Câmpus com a comunidade externa, fator que pode dificultar o desenvolvimento de suas atividades. Sugere-se, dentre outros aspectos, o estabelecimento de parcerias e a realização de encontros e eventos fora da unidade a fim de estabelecer uma maior aproximação com a comunidade e reduzir as dificuldades enfrentadas com relação a sua localização.

Palavras-chave: Políticas Públicas – Implementação - Redes – Institutos Federais – Educação.

Abstract

Education is at the heart of the State's concerns, given its essential role in the development of a country. In the last years, the public policy that has stood out in the education is the creation / transformation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IF's). The creation of these institutions opened space for the discussion of IF's as public educational policy, making clear the need to analyze how effective the application of such policy has been. It is in this context that the present research is inserted, which to analyze the implementation process of the Campus of the Federal Institute of São Paulo in São José dos Campos. At the outset, a brief bibliographical review was made on the following points: public policies and implementation of public policies, on the historical process of creation of the federal institutes, highlighting the guiding elements of this process, and on the networks and the implementation of the policy of vocational education. In a second moment, the case study itself is presented, that is the implementation process of Campus São José dos Campos and its specificities. Subsequently, the data obtained through the application of questionnaires and interviews were presented and discussed. Finally, the final considerations were exposed, highlighting the existence of a low interaction of the Campus actors with the external community, a factor that may hinder the development of their activities. It is suggested, among other aspects, the establishment of partnerships and the holding of meetings and events outside the unit to order to establish a closer relationship with the community and reduce the difficulties faced in relation to its location.

Keywords: Public Policies - Implementation - Networks - Federal Institutes - Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Grade para identificação de organizações.....	27
Figura 2: Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	45
Figura 3: Mapa dos Câmpus do IFSP 2016.....	46
Figura 4: Organograma do Câmpus São José dos Campos	56
Figura 5: Rede de Interação do Câmpus.....	87
Figura 6: Rede de Interação do Câmpus sem as linhas de ligação	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características da Região Metropolitana do Vale do Paraíba	44
Tabela 2: Evasão nos cursos concomitantes/subsequentes do Câmpus no biênio 2015/2016. 60	
Tabela 3: Detalhamento da metodologia utilizada para aplicação dos questionários	75
Tabela 4: Escolaridade dos respondentes	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evasão nos cursos concomitantes/subsequentes do Câmpus no biênio 2015/2016.	61
Gráfico 2: Distribuição dos alunos do Câmpus por tipo de curso.....	62
Gráfico 3: Região de residência dos alunos matriculados nos cursos técnicos no 2º semestre de 2016	63
Gráfico 4: Município de residência dos alunos matriculados nos cursos técnicos no 2º semestre de 2016	63
Gráfico 6: Faixa etária dos respondentes.....	75
Gráfico 5: Gênero dos respondentes.....	75
Gráfico 7: Categoria a que pertence cada respondente.....	76
Gráfico 8: Tempo de atuação no Câmpus	76
Gráfico 9: Forma como os respondentes conheceram o Câmpus.....	77
Gráfico 10: Pessoas com as quais os respondentes se relacionam no município.....	78
Gráfico 11: Pessoas com as quais os respondentes trocam informações sobre as atividades desenvolvidas no Câmpus	78
Gráfico 12: Local de residência dos respondentes	79
Gráfico 13: Número de pessoas que trabalham nas Secretarias Municipal e Estadual de Educação de São José dos Campos que os respondentes conhecem e mantêm contato	81
Gráfico 14: Número de pessoas que trabalham/atuam/estudam nas escolas municipais, estaduais ou privadas de São José dos Campos que os respondentes conhecem e mantêm contato	81
Gráfico 15: Número de pessoas que trabalham/atuam em entidades de classes, conselhos profissionais e empresas da área dos cursos ofertados pelo Câmpus que os respondentes conhecem e mantêm contato.....	82
Gráfico 16: Número de pessoas que atuam em organizações sociais, associações de bairro e moradores de bairros vizinhos ao Câmpus que os respondentes conhecem e mantêm contato.....	83
Gráfico 17: Fatores considerados pelos respondentes como dificultadores para o desenvolvimento das atividades no Câmpus	84
Gráfico 18: Instituições indicadas pelos respondentes como importantes que o Câmpus estabeleça contato	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECOMPI - Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPHAS – Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza
CONCAM – Conselho de Câmpus
CTA – Centro Tecnológico Aeroespacial
ECOMPO – Escola Politécnica de Ensino Médio Comendador Manoel Pedro de Oliveira
ETEC's - Escolas Técnicas Estaduais
ETEP - Escola Técnica Everardo Passo
FATEC's - Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IeaV - Instituto de Estudos Avançados
IF's – Institutos Federais
IFET– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação
PAE – Programa de Assistência Estudantil
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A
PIESP - Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional
PRX – Pró-reitoria de Extensão
REVAP - Refinaria Henrique Lage
RFEPT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RMVLN – Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

-

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Metodologia.....	17
1.2 Estrutura da Dissertação	21
2. A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A PERSPECTIVA DA IMPLEMENTAÇÃO	22
2.1 Implementação de políticas públicas	24
2.2 Fases históricas do processo de implementação da política de educação profissional no Brasil.....	28
2.3 Elementos norteadores do processo de criação e implementação dos institutos federais ..	32
3. AS REDES E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	38
3.1 Os institutos federais e as redes de interação com o território	42
4. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CÂMPUS DO IFSP EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	44
4.1 Características da região onde o Câmpus foi implantado.....	44
4.2 O processo de criação e implantação do Câmpus São José dos Campos	48
4.3 Especificidades da identidade do IFSP e do Câmpus.....	52
4.4 O arranjo institucional/organizacional do Câmpus São José dos Campos.....	55
4.5 O Câmpus São José dos Campos e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.....	57
4.5.1 Ensino.....	57
4.5.2 Pesquisa.....	64
4.5.3 Extensão	65
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
5.1 Apresentação dos dados obtidos por meio de aplicação de entrevistas.....	67
5.2 Apresentação dos dados obtidos por meio de aplicação de questionários	74
5.3 Caracterização dos respondentes	75
5.4 Análise da rede de interações dos respondentes	76
5.5 Rede de interações identificadas a partir dos questionários	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

-

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DAS ÁREAS DE GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA DO CÂMPUS	94
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	97
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À AMOSTRA REPRESENTATIVA DOS SERVIDORES QUE ATUAM NO CÂMPUS	106
APÊNDICE D – MATRIZ DA REDE INTERAÇÃO DO IF COM BASE NAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO	111
APÊNDICE E – MODELO DE QUESTIONÁRIO QUE PODERÁ SER APLICADO À COMUNIDADE EM GERAL	112
REFERÊNCIAS	114

1. INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento dessa dissertação nasceu a partir de um desejo pessoal e profissional da pesquisadora, enquanto servidora do IFSP, de poder contribuir de uma maneira mais específica para a Instituição em que atua. Surgiu a partir de inquietações existentes em uma administradora que trabalha há mais de sete anos em atividades de gestão educacional.

Dentre essas inquietações, a que culminou com a elaboração deste trabalho foi a suposição de que o Câmpus do IFSP São José dos Campos possui baixa visibilidade na região onde está instalado, muito embora faça parte de uma rede nacional de Institutos Federais de Educação. Essa suposição foi embasada na observação das atividades desenvolvidas pela unidade, no contato com pessoas da região ao mencionar a existência do Câmpus, situação em que a maioria afirmava que o desconhecia e, principalmente, no número de candidatos nos processos seletivos dos cursos oferecidos.

Tais observações levaram ao levantamento da pressuposição de que essa baixa visibilidade poderia estar relacionada com as redes de interação da unidade, isto é, com a existência (ou não existência) de interação entre os atores implementadores do Câmpus e os atores externos da região atendida por ele. Nesse contexto, a rede de interação deve ser entendida como “um emaranhado de relações das quais os indivíduos constituem os nós” (JUNQUEIRA, 2000, p.38). Tal pressuposição levou ao seguinte questionamento: Como tem se dado o processo de implementação do Câmpus do IFSP São José dos Campos?

Nas últimas duas décadas a Educação Profissional, Científica e Tecnológica passou por profundas transformações. Em um primeiro momento, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve a adoção de uma série de medidas que acabaram por restringir a educação federal. Podemos citar como exemplo a questão do financiamento da educação. Tal governo entendia que os recursos então existentes para financiar a educação já eram suficientes, necessitando apenas otimização de sua utilização (PINTO, 2002).

Em um segundo momento, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) houve uma considerável expansão da educação profissional, com destaque para edição de atos normativos importantes, como a Lei 11.892/08, bem como para a inauguração de inúmeras unidades de institutos federais no país.

As transformações citadas, especialmente as mais recentes, abriram um novo espaço para a discussão dos IF's enquanto política pública educacional. Conforme previsto na

Lei 11.892/08, um dos objetivos centrais da Política de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é a orientação da sua oferta formativa em benefício da consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Com o foco nesse objetivo, a preocupação desta pesquisa é analisar o processo de implementação do Câmpus do Instituto Federal de São Paulo em São José dos Campos. Pretende-se com isso analisar as variáveis envolvidas no processo de implementação do Câmpus, especialmente no que diz respeito ao intercâmbio de informações e negociações políticas estabelecidas entre os atores implementadores e os atores interessados nos serviços oferecidos pela instituição. Para viabilização de tal análise foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um levantamento teórico sobre políticas públicas com destaque para a fase de implementação;
- Analisar o processo histórico de implementação da política de educação profissional no Brasil e da criação dos Institutos Federais;
- Discutir o conceito de redes, em especial o de redes de políticas públicas;
- Mapear a rede de interação do Câmpus São José dos Campos;
- Comparar as ações desenvolvidas pelo Câmpus São José dos Campos em seu processo de implementação com as previstas nos instrumentos norteadores, especialmente no que diz respeito ao papel das redes neste processo.

É importante destacar que a relevância deste trabalho reside na possibilidade de contribuição para o IFSP São José dos Campos a partir do fornecimento dos resultados da pesquisa como uma ferramenta de diagnóstico de sua realidade. Tal possibilidade vai ao encontro da proposta deste Programa de Mestrado e do objetivo do convênio estabelecido entre o IFSP e o mesmo.

Adicionalmente, essa dissertação poderá contribuir para os estudos da área de Gestão de Políticas de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visto que se notou a existência de poucas pesquisas que tratem especificamente da gestão da educação profissional enquanto política pública. Em 2013, em um levantamento dos trabalhos disponibilizados no Banco de Teses da Capes, com as expressões exatas “instituto federal” e “rede federal de educação” Vieira e Marcusso (2013) identificaram 395 trabalhos com a primeira expressão e 52 com a segunda. De acordo com os autores, a maioria dos trabalhos estavam voltados para estudos pontuais, relacionados na maioria das vezes a uma prática dos cursos oferecidos. Em 2017, foram encontrados 3483 resultados para o termo exato “instituto federal” e 275

resultados para o termo exato “rede federal de educação”. Embora o número de trabalhos tenha aumentado, no geral, ainda ficou constatada a predominância de estudos voltados a aspectos educacionais e a escassez de pesquisas específicas sobre a fase de implementação desta política pública.

Diante do exposto e a fim de atingir os objetivos mencionados anteriormente, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos que serão detalhados na subseção a seguir.

1.1 Metodologia

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa de natureza exploratória. Este tipo de pesquisa, além de proporcionar maior familiaridade com o problema, pode possibilitar o aperfeiçoamento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002). No caso específico deste trabalho, a adoção deste formato de pesquisa possibilitou explorar a política pública de educação profissional sob o aspecto da implementação, bem como da formação de redes. Além disso, propiciou maior familiaridade com o assunto tornando o problema e suas consequências mais explícitos.

No intuito de viabilizar a exploração do tema, esta pesquisa utilizou três procedimentos técnicos: a pesquisa bibliográfica, a documental e o estudo de caso. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica engloba todo o material bibliográfico já tornado público em relação ao tema estudado e tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para investigar e analisar a bibliografia existente sobre políticas públicas e implementação de políticas públicas; política de educação profissional e formação de redes. Os principais materiais bibliográficos utilizados foram: publicações (livros, artigos, dissertações e teses) e imprensa escrita (notícias veiculadas em jornais, revistas e sites). Esse levantamento inicial possibilitou uma primeira aproximação com estes temas e subsidiou as etapas posteriores da pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, este trabalho realizou uma análise documental. De acordo com Gil (2002, p.45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a fonte de coleta de dados da pesquisa documental está restrita a documentos, sejam eles escritos ou não.

É correto afirmar que existem dois tipos de fontes documentais: as primárias e as secundárias (MARCONI e LAKATOS, 2003). As fontes primárias são aqueles documentos que não receberam nenhum tratamento analítico, como é o caso dos documentos conservados em órgãos públicos e instituições privadas. Nesse grupo enquadram os regulamentos, boletins, memorandos, ofícios, dentre outros. Nas fontes secundárias estão os documentos que, de alguma maneira, já foram analisados, como, por exemplo, relatórios de pesquisa e tabelas estatísticas (GIL, 2002).

Nesta pesquisa foram utilizadas tanto fontes primárias como secundárias. Dentre as fontes primárias se destacam as legislações referentes à política de educação profissional, os regulamentos e demais atos normativos e administrativos do IFSP, bem como seus planos de desenvolvimento institucional. Já no que diz respeito às fontes secundárias, podem ser citados os levantamentos estatísticos do IBGE, da SEADE, do município de São José dos Campos e do IFSP, bem como os relatórios de gestão da SETEC/MEC e do IFSP.

Buscou-se, com a análise de tais documentos, investigar o processo de implementação do Câmpus São José dos Campos, bem como a existência ou não de mecanismos de participação ou instâncias de deliberação, e, nesse caso, seu funcionamento, grau de participação ou não dos atores que se relacionam direta ou indiretamente com a instituição.

Após a pesquisa bibliográfica e documental, foi realizado um estudo de caso do Câmpus do IFSP em São José dos Campos. De acordo com Gil (2002), o estudo de caso caracteriza-se como um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, com vistas a atingir seu amplo e detalhado conhecimento. Assim, pode-se dizer que o estudo de caso visa a exploração de um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar (CHIZZOTTI, 2006).

Desse modo, a utilização do estudo de caso no estudo de uma organização específica pode possibilitar o aprofundamento do conhecimento sobre o desenvolvimento desta organização ao longo do período, bem como sobre o desempenho de seus setores, seu processo de comunicação e decisão, dentre outros aspectos (CHIZZOTTI, 2006).

A adoção do estudo de caso neste trabalho possibilitou, a partir de um caso concreto, o aprofundamento do estudo das teorias investigadas na pesquisa bibliográfica e documental. Permitiu também uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa. De acordo com Stake (1994;1005) *apud* Chizzotti (2006), conforme os objetivos da investigação o estudo de caso pode ser: intrínseco, instrumental ou coletivo. Este estudo de caso classifica-se como instrumental, porque ele foi desenvolvido no intuito de encontrar respostas para o

problema de pesquisa, bem como para auxiliar no alcance dos objetivos deste trabalho. Isto é, constitui-se como mais uma das ferramentas utilizadas para se chegar ao objetivo geral deste trabalho.

Este trabalho utilizou a aplicação de entrevistas e questionários, em complemento às pesquisas bibliográfica e documental. Conforme apontado por Gil (2002), tanto o questionário como a entrevista são técnicas de interrogação que possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados. Por isso, é preciso que o pesquisador leve em consideração as possíveis limitações que podem surgir, especialmente no que se refere ao estudo das relações sociais mais amplas, sobretudo quando estas envolvem variáveis de natureza institucional (GIL, 2002).

A entrevista foi aplicada a três representantes atuantes na área de Gestão acadêmica e administrativa do Câmpus. A escolha por esse grupo de atores foi justificada pelo fato de que eles são, em grande parte, responsáveis por planejar, organizar, dirigir e coordenar as ações do Câmpus. Em suma, ocupam posição estratégica no processo de implementação do mesmo. A entrevista não foi gravada, por acreditar que a gravação pode inibir o entrevistado e impossibilitar a coleta de informações de maneira espontânea.

A entrevista foi parcialmente estruturada. Este tipo de entrevista “é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 2002, p.117). No caso deste trabalho, as perguntas foram desencadeadas a partir dos seguintes pontos: processo de instalação e inauguração da unidade em São José dos Campos; facilitadores e dificultadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus; instrumentos ou espaços de deliberação para diálogo com a comunidade interna e externa; avaliação da presença do Câmpus no município e no seu entorno; metodologia utilizada para implantação de cursos no Câmpus e indicação de instituições que o Câmpus poderia se relacionar.

Além da entrevista, foi aplicado um questionário. O método de amostragem adotado foi a amostragem não probabilística por conveniência. Neste método o pesquisador seleciona os membros mais acessíveis da população (OLIVEIRA, 2001). Assim, o questionário foi aplicado a todos os servidores que estavam em exercício no Câmpus no mês de maio de 2017 e que se dispuseram a participar da pesquisa.

A aplicação dos questionários aos servidores do Câmpus buscou, a partir da definição de uma amostra, caracterizar os agentes implementadores do Câmpus, especialmente no que diz respeito à interação com outras instâncias externas à Instituição. Essa etapa da pesquisa contribuiu especialmente para identificar a rede de relações do Câmpus a partir da perspectiva de seus atores.

Convém destacar que, muito embora o método de amostragem adotado apresente limitações, como, por exemplo, no que diz respeito a generalizações, tais limitações podem ser reduzidas pelo fato de que a amostra selecionada correspondeu a quase 66% da população. Além disso, conforme dito por Oliveira (2001) *apud* (Kinneer & Taylor, p. 187; Churchill, p. 301), a utilização deste tipo de amostragem pode ser justificada em pesquisas exploratórias como é o caso deste estudo.

Em um segundo momento, foi utilizado o critério de amostragem por julgamento. Tal critério foi empregado na definição da amostra selecionada para desenho da rede de interação do IF. Segundo Oliveira (2001), trata-se de método de amostragem em que a seleção da amostra é feita com base no julgamento do pesquisador. No caso deste estudo, foram selecionados atores que estavam atuando no Câmpus há mais de três anos. Essa escolha é justificada pela consideração de que um maior tempo de atuação pode acarretar em um maior envolvimento com a comunidade externa. Oliveira (2001) destaca que a adoção de um critério razoável pode possibilitar a obtenção de resultados favoráveis. É o que se acredita que tenha sido conseguido ao se utilizar o critério detalhado acima.

No diz respeito à análise dos dados, esta pesquisa se caracterizou como qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa qualitativa pode ser definida como uma sequência de atividades que engloba a redução, categorização e interpretação dos dados, bem como redação de um relatório com a análise destes dados. Nessa mesma direção, Oliveira (2007) afirma que a abordagem qualitativa é o processo de reflexão e análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas que possibilitem a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que esta pesquisa também se valeu da técnica de observação participante. Esta técnica “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo” (MARCONI e LAKATOS, 2002, p.90). Contudo, se por um lado, a observação participante dá a oportunidade de se unir o objeto estudado a seu contexto (QUEIROZ *et al*, 2007), por outro, é preciso ter em mente que a utilização da observação participante pode ocasionar dificuldades em manter a objetividade (MARCONI e LAKATOS, 2002). Desse modo, foi preciso considerar que o fato da pesquisadora estar inserida na realidade social do objeto de estudo pode ter influenciado, em alguma medida, a investigação. Por outro lado, a adoção de instrumentos metodológicos mais objetivos, como é o caso do questionário, serviu para garantir certo distanciamento científico, bem como o grau de objetividade necessário. Enfim, esses foram os métodos e técnicas utilizados nessa pesquisa. Eles foram escolhidos com o intuito de se obter uma análise pormenorizada dos

dados levantados de maneira mais fluida e aberta sem desconsiderar as possíveis limitações envolvidas nessa escolha.

1.2 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está dividida em seis capítulos incluindo esta introdução. No primeiro capítulo é feita uma breve apresentação dos assuntos tratados na pesquisa, bem como seus objetivos, justificativa e metodologia.

O segundo capítulo compreende uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas e implementação de políticas públicas. Nele são apresentadas também as fases históricas do processo de criação/transformação dos Institutos Federais, bem como os elementos norteadores de criação e implementação destas instituições.

Mais adiante, no capítulo três, discute-se a noção de redes, em especial de redes de políticas públicas, bem como sobre os institutos federais e as redes de interação com o território. No capítulo quatro, adentra-se no estudo de caso do Câmpus São José dos Campos, com destaque para apresentação do processo de implantação da unidade, suas características e atividades desenvolvidas.

No quinto capítulo, faz-se uma apresentação dos resultados obtidos por meio da aplicação de entrevistas e questionários, bem como uma discussão dos pontos considerados como mais relevantes. No sexto e último capítulo, são apresentadas as principais conclusões traçadas com a realização desta pesquisa.

Por fim, além dos capítulos, ao final são apresentadas as referências utilizadas e os documentos elaborados pela pesquisadora no decorrer do desenvolvimento deste trabalho os quais podem ser verificados nos apêndices A a E deste trabalho. Espera-se com isso, principalmente, contribuir com a instituição pesquisada a fim de que esta possa aprimorar seus processos.

2. A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOB A PERSPECTIVA DA IMPLEMENTAÇÃO

A definição do que é política pública não é consenso entre políticos, administradores e pesquisadores da área e, por isso, existem várias conceituações para o termo. Contudo, pode-se dizer que, em geral, as variadas abordagens sobre políticas públicas têm como elemento em comum o fato de direcionarem o olhar para o *locus* onde se desenvolvem as lutas em torno de interesses, preferências, demandas e ideias, isto é, os governos (SOUZA, 2006).

Nessa direção, esta pesquisa assume a política pública como o mecanismo que,

permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. (...) envolve vários atores e níveis de decisão (...) é abrangente e não se limita a leis e regras. (...) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. (...) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p.36).

Considera ainda que, “independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público” (SECHI, 2010, p.7).

Merece destaque o fato de que nas últimas décadas, tem se observado que as administrações dos mais variados níveis de governo de todo o mundo têm empreendido mudanças em sua gestão e em seus desenhos organizacionais. Estas ações traduzem a preocupação destas instituições com o controle estatal, e surgem como alternativa para o enfrentamento a crises fiscais e à crescente complexidade, dinâmica e diversidade das sociedades contemporâneas (KOIMAN, 1993 *apud* SECHI, 2009).

Nesse cenário marcado pela adoção de políticas restritivas de gastos, pelo aparecimento de novas visões sobre o papel dos governos e pelas dificuldades de se formar coalizões capazes de subsidiar a criação de políticas que ao mesmo tempo possibilitem o crescimento econômico e atendam às demandas da sociedade, registra-se o ressurgimento dos debates sobre políticas públicas (SOUZA, 2006). Tais debates têm englobado principalmente a análise dos conteúdos, dos impactos e do processo de formulação e implementação dessas políticas (SANTOS, 2005).

E, no intuito de compreender tais políticas, vários modelos de análise foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos. Segundo Souza (2006), alguns destes principais modelos¹ são:

- O que classifica a política pública por tipos em: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas;
- O que considera que as decisões do governo são incrementais, pouco substantivas e não levam em conta mudanças relevantes no processo de constituição da política pública;
- O que entende a política como um ciclo que vai da definição da agenda, passa pela identificação de alternativas, pela avaliação das opções, pela seleção destas opções até a implementação e avaliação;
- O denominado *garbage can* que considera que, por existirem muitos problemas e poucas soluções, as decisões dependeriam do rol de soluções que os tomadores de decisão teriam no momento;
- O de coalizão de defesa que argumenta que cada política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis. Estes subsistemas se diferenciariam entre si pelos valores, crenças, ideias e recursos de que dispõem. Nesse contexto, a política pública surgiria a partir da articulação destes subsistemas com os acontecimentos externos; sendo que estes acontecimentos estabeleceriam os parâmetros para os constrangimentos e os recursos da política pública.
- O de arenas sociais que vê a política pública como uma iniciativa de empreendedores políticos. Nesse contexto, o foco está no conjunto de relações, vínculos e trocas entre indivíduos e instituições e não nas suas características;
- O do equilíbrio interrompido que considera que os subsistemas de uma política pública permitem ao sistema político-decisório processar as questões de forma paralela;

Embora todos estes modelos ofereçam possibilidades de análises relevantes, merece destaque a abordagem da política pública enquanto um ciclo. De acordo com Sechi (2010), o ciclo de políticas públicas pode ser entendido como um esquema de visualização e

¹ Para mais detalhes ver Theodor Lowi (1964; 1972), Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992), Cohen, March e Olsen (1972), Sabatier e Jenkins-Smith (1993), Baumgartner e Jones (1993) e Olson (1965).

interpretação que possibilita a organização da política pública em fases sequenciais e interdependentes.

Desse modo, ao se considerar a política como algo dinâmico, torna-se possível subdividir a ação pública em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas (FREY, 2000).

Contudo, é importante ter em mente que, justamente pelo caráter dinâmico da política pública, raramente o ciclo de políticas públicas reflete a realidade. Isto porque geralmente as etapas se apresentam misturadas ou as sequências se alteram (SECHI, 2010).

Apesar dessas limitações, o ciclo de políticas públicas se apresenta como um instrumento muito útil, uma vez que possibilita a simplificação da complexidade de uma política pública, auxiliando políticos, administradores e pesquisadores na criação de um referencial comparativo para casos heterogêneos (SECHI, 2010).

Nessa perspectiva, cada uma das fases do ciclo “podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas” (FREY, 2000, p.226). Seguindo essa linha de raciocínio, este estudo aborda a fase de implementação da política pública de educação profissional. Desse modo, para fins de contextualização da pesquisa, na seção a seguir são apresentadas algumas discussões elucidativas sobre o estágio de implementação de uma política pública.

2.1 Implementação de políticas públicas

Os estudos sobre implementação começaram a ganhar destaque depois das contribuições teóricas de Pressman e Wildavsky em uma publicação de 1973. No livro intitulado “Implementation: How Grent Expectations in Washington are Dashed in Oakland; Or, why It's Amazing that Federal Programs Work at All” o questionamento central era por que e como acontecem as falhas na implementação. A principal contribuição do livro foi a constatação de que a implementação não se resume apenas a problemas técnico e administrativo, mas sim a um grande emaranhado de elementos políticos que podem frustrar qualquer tipo de planejamento (SECHI, 2010).

Assim, cada vez mais tem se percebido o aumento da preocupação com a implementação que antes era vista apenas como uma das fases do ciclo de políticas públicas, onde se executava o que foi formulado (MENICUCCI, 2006).

Esta preocupação está centrada, especialmente, no fato de que, muitas vezes, os resultados e impactos reais de certa política não correspondem aos impactos projetados na

fase de sua formulação (FREY, 2000). Nesse contexto, a dissociação feita entre elaboração e implementação no processo de planejamento tem sido considerada um dos motivos que leva a falhas nos resultados das políticas públicas (OLIVEIRA, 2006).

Assim,

Dizemos que a implementação foi mal sucedida quando a política foi colocada em prática de forma apropriada sem que obstáculos sérios tenham-se verificado, mas ela falhou em produzir os resultados esperados. Neste caso, é provável que o problema (falha) da política não esteja na implementação propriamente dita, mas na formulação.

Dizemos que há um hiato (gap) de implementação quando a política não pôde ser colocada em prática de forma apropriada porque aqueles envolvidos com sua execução não foram suficientemente cooperativos ou eficazes ou porque, apesar de seus esforços, não foi possível contornar obstáculos externos (DAGNINO *et al.*, 2002, p.93).

Dagnino *et al* (2002) afirmam que, para identificar em qual das situações citadas se encaixa a política que está sendo analisada, torna-se necessário escolher qual enfoque mais adequado a ela: o *top-down* ou o *bottom-up*. Segundo os autores, tal escolha deve dar-se em função de uma avaliação de conjunto, que deve levar em consideração as características em que a política se apresenta.

Nesse contexto, convém esclarecer que o modelo *top-down* (cima para baixo), é aquele em que há uma clara separação entre o momento da tomada de decisão e o da implementação. Já o modelo *bottom-up* (de baixo para cima) é aquele em que há maior liberdade dos burocratas em se autoorganizar e modelar a implementação de políticas públicas (SECHI, 2010)².

Desse modo, é possível notar que o campo de estudos de implementação de políticas públicas possui uma forte correlação com as necessidades de desenvolvimento de melhorias nos processos político-administrativos (LIMA e D'ASCENZI, 2013). Isto porque o conteúdo das decisões que configuraram uma política pública pode ser diferente dos resultados de sua implementação (MENICUCCI, 2006).

Para lidar com essa realidade, foram sendo desenvolvidas abordagens de análises dos processos de implementação. Conforme apontado por Frey (2000), existem essencialmente dois grupos de abordagens, o primeiro que tem como objetivo principal a análise da qualidade material e técnica de projetos ou programas, e o segundo que possui o

² O autor conceitua os modelos citando Sabatier (1986), cuja síntese de modelos tornou referência na distinção de abordagens de implementação.

foco de análise voltado para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos.

Lima e D’Ascenzi (2013) também consideram essas duas abordagens da implementação e apresentam uma nova proposta. Os autores defendem uma concepção mais fluida de análise da implementação a qual pode ser definida

como um processo de apropriação de uma ideia que, nesse sentido, é consequência da interação entre a intenção (expressa no plano) e os elementos dos contextos locais de ação. Com isso, é possível integrar os dois elementos principais dos modelos citados e inserir variáveis cognitivas, como ideias e visões de mundo dos atores. Isso se dá porque a interpretação da estrutura normativa de uma política pública é influenciada pelas concepções de mundo dos atores que irão executá-la e de suas condições materiais. Desse amálgama nasce a ação, a política pública de fato (LIMA e D’ASCENZI, 2013, p. 105).

Merece atenção o fato apontado por Dagnino *et al* (2002)³, que afirmam que somente por meio do entendimento de como funcionam as organizações públicas é que se pode compreender como as políticas são revisadas e ajustadas durante seu processo de implementação. Isto porque são essas organizações que, virtualmente, realizam todas as políticas públicas.

Nessa direção, aproveitando as contribuições de Elmore (1978), os mesmos autores apresentam uma grade para identificação de organizações, a qual fornece alguns elementos que podem contribuir para a análise do processo de implementação de uma política pública por meio do uso de categorias de estudo de organizações. Esta grade pode ser verificada na figura 1.

Observa-se assim que o sucesso da implementação está associado “à capacidade de obtenção de convergência entre os agentes implementadores em torno dos objetivos da política e, particularmente, do suporte político daqueles por ela afetados” (MENICUCCI, 2006, p.73).

Além disso, conforme apontado por Menicucci (2006), é preciso considerar que a implementação é um processo de adaptação em função das mudanças do contexto.

³ Os autores fazem essa afirmação concordando com os estudos desenvolvidos por Elmore em: *Organisational models of social program implementation*. *Public Policy*, v. 26, n. 2, p. 185-228, 1978

Figura 1: Grade para identificação de organizações

	I Implementação como um sistema de gerenciamento	II Implementação como um processo burocrático	III Implementação como desenvolvimento organizacional	IV Implementação como um processo de conflito e barganha
Princípio Central	<ul style="list-style-type: none"> • Maximizadoras de valores • Racionalidade: metas 	<ul style="list-style-type: none"> • Discricionariedade dos funcionários estabelecendo rotinas 	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação psicossocial como objetivo • Autonomia, participação e compromisso 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição como arena de conflito por poder e recursos
Distribuição de Poder	<ul style="list-style-type: none"> • Controle hierárquico • Top down 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragmentado entre subunidades especializadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Disperso: minimizar controle hierárquico e maximizar controle individual 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder instável, dependente da capacidade de alavancar recursos e não da hierarquia
Formulação (decisão) de políticas organizacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Encontrar o ótimo teórico e mantê-lo 	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar a discricionariedade para alterar incrementalmente as rotinas 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade = F (sinergia entre grupos de trabalho efetivos) • Consenso baseado em confiança e relacionamento interpessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação permanente, não por metas, mas para preservar mecanismo de alocação de recursos
Processo de implementação	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação do comportamento a valores e metas 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos polos de poder para coibi-los e possibilitar a mudança 	<ul style="list-style-type: none"> • Acomodação entre formuladores (metas) e implementadores (autonomia) 	<ul style="list-style-type: none"> • Êxito: preservação da negociação

Fonte: DAGNINO *et al*, 2002, p.111

Nesse cenário, acabam por se configurar como elementos básicos de qualquer análise de processo de implementação as pessoas, as organizações, bem como as relações existentes entre as pessoas, as instituições vigentes, os recursos financeiros, materiais, informativos e políticos (SECHI, 2010).

Como se vê, o estudo da implementação é importante, pois possibilita a visualização, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, dos obstáculos e das falhas que podem ocorrer nesta fase do processo nas diversas áreas de políticas públicas. Permite ainda identificar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados e otimismo exagerados (SECHI, 2010).

Sendo assim, ciente da importância da etapa de implementação de uma política pública e a fim de encontrar elementos que auxiliem a responder ao problema desta pesquisa, a seção a seguir apresenta um breve panorama histórico do processo de implementação da educação profissional no Brasil.

2.2 Fases históricas do processo de implementação da política de educação profissional no Brasil

Primeiramente, é preciso destacar um dos desafios que o pesquisador enfrenta ao se aprofundar nos estudos sobre a educação profissional. Isto porque, ao longo dos anos, devido, principalmente às alterações nas políticas educacionais, essa área da educação passou por diversas transformações, inclusive na sua denominação.

Dessa forma, é recorrente encontrar termos como ensino/educação industrial, ensino/educação técnico (a), ensino profissionalizante, ensino profissional, e nos últimos anos, ensino básico, técnico e tecnológico. Nesse sentido, torna-se pertinente esclarecer que nesta pesquisa foi adotado o termo ensino profissional ou educação profissional para se referir às modalidades de ensino relacionadas à formação técnica, independentemente das variações de denominação ao longo do tempo.

Foi em 1909 que se teve o primeiro registro legislativo da rede federal de educação profissional brasileira, a partir da publicação do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha (BRASIL, 1909). Na época, esta normativa foi a responsável por direcionar a ação dos implementadores de tal política pública.

Para Kuenzer e Grabowski (2006), a criação das escolas profissionais no início do século XX teria como objetivo o atendimento às funções operacionais inerentes às atividades práticas que cresciam rapidamente naquela época, impulsionadas pela Revolução Industrial. De acordo com os autores, essa era uma modalidade educacional paralela à rede de escolas destinada à formação propedêutica.

Nessa mesma direção, Tavares (2012) afirma que as primeiras escolas que ofertavam a educação profissional tinham como função a instrução de indivíduos por meio do ensino de um ofício ou profissão. Como se vê, a criação/transformação dessa modalidade de ensino foi especialmente impulsionada pelo cenário econômico e político brasileiro da época, com destaque para a expansão industrial. Nesse sentido,

Até a década de 30, o Brasil era um país agroexportador (...). A estrutura social, de sólida formação econômica, reduzia a importância do papel do Estado (...). Nesse cenário, predominava uma concepção de ensino elitista, voltada para a área de letras e humanidades. As esparsas tentativas para dar ao ensino profissional um tratamento sistematizado e caráter de obrigatoriedade, não obtiveram sucesso, dentre outras razões pelo fato de que, em uma economia essencialmente agroexportadora, à população trabalhadora era suficiente um nível de escolaridade baixo (WERMELINGER, MACHADO e AMÂNCIO FILHO, 2007, p.214).

É possível observar que a formação técnica no Brasil foi demandada juntamente com o surgimento da industrialização no país nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, o processo produtivo industrial passou a requerer uma força de trabalho intermediária entre a concepção e a execução (KOLLER e SOBRAL, 2010).

Na década de 30, a educação profissional passou por consideráveis modificações. Nesse cenário, destaca-se a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e dentro deste a Inspeção do Ensino Profissional Técnico (BRASIL, 2009). Ainda nessa década, as escolas de aprendizes e artífices foram transformadas em Liceus Profissionais e a educação profissional passou a figurar na Constituição de 1937 como destinada a classes menos favorecidas e de competência do Estado (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012).

Em janeiro de 1942, há uma nova transformação na estruturação das escolas profissionais, por meio da publicação dos Decretos-Lei 4.073/42 e 4127/42, sendo que o primeiro instituiu a Lei Orgânica do ensino industrial e o segundo estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial (BRASIL, 1942).

É importante registrar ainda que, conforme disposto no documento publicado em 2009, comemorativo dos cem anos da Rede Federal de Educação Profissional, o Decreto-Lei 4127/42 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas. Nesse formato, essas escolas passaram a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Entretanto, considerando o histórico até aqui demonstrado, o mais correto seria dizer que os Liceus Profissionais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas.

Outro fato marcante no histórico da educação profissional foi a transformação, em 1959, das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias federais, que passaram então a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Na década 70, um grande marco foi a sanção da Lei 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que visava tornar compulsória a profissionalização, por meio de um intenso processo de qualificação para o trabalho.

Wermelinger, Machado e Amâncio Filho (2007) sugerem que a sanção da Lei 5692/71 foi uma tentativa de resposta a aparente falta de objetividade da educação intermediária. Para os autores, até então, a ausência de uma política educacional que articulasse o mundo escolar com o mundo do trabalho acabou delegando ao ensino secundário o caráter de transição entre o ensino fundamental e o ensino superior. Contudo, essa tentativa de articulação não logrou êxito, sendo mais tarde extinguida a sua obrigatoriedade. Nota-se aqui uma tênue desvinculação entre o planejado e o de fato executado. Essa desvinculação teve como resultado a descontinuidade da proposta governamental na fase de implementação.

Merece destaque também, na década de 70, a edição da Lei 6.545/78 que criou os primeiros CEFET's: o do Paraná, o de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (BRASIL, 2009). Para Otranto (2013), a criação dos primeiros CEFET's abriria espaço para transformação das demais Escolas Técnicas Federais. De acordo com a autora, o processo foi facilitado no governo Itamar Franco, com a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica por meio da edição da Lei 8948/94 que previa a transformação gradativa de todas as Escolas Técnicas Federais em CEFET.

Na década de 90, ocorreu ainda a sanção da Lei 9.394/96, a segunda LDB, a qual dispôs uma seção específica para a educação profissional, separada da educação básica. Além disso, foi publicado o Decreto 2208/97 que regulamentava a educação profissional e criava o Programa de Expansão da Educação Profissional (BRASIL, 2009).

Em 2004, a publicação do Decreto 5154/04 que revogou o 2208/97, passou a ser o principal documento de regulação da educação profissional brasileira (ORTIGARA e GANZELI, 2011). Também em 2004, foi publicado o Decreto 5225/04 que conferia aos CEFETS a categoria de instituições de ensino superior (OTRANTO, 2013).

A fim de efetivar o projeto de expansão da oferta de educação profissional, em 2005, o governo federal alterou a Lei 8948/94 por meio da edição da Lei 11195/05. Foi lançada então a primeira fase do plano de expansão da RFEPT, o qual foi constituído por três etapas: Fase 1 (2005-2007), Fase 2 (2007-2010) e Fase 3 (2011-2104) (SOUZA e SILVA, 2016).

De acordo com Otranto (2013), começou a crescer o interesse por parte das escolas técnicas e agrotécnicas que ainda não haviam sido transformadas em CEFET's em alcançar a mesma posição destes. Este fato ficou ainda mais evidente quando, em 2005, a partir da publicação da Lei 11184/05 o CEFET Paraná foi transformado em Universidade Tecnológica. Mais uma vez verifica-se a existência de divergências de ideias entre os políticos e os agentes implementadores.

Naquele contexto, foi somada à insatisfação das escolas técnicas e agrotécnicas, a insatisfação dos demais CEFET's do Brasil que não foram contemplados com a transformação em Universidade Tecnológica. No quadro 1, está uma síntese da evolução histórica da educação profissional no Brasil no período de 1909 até 2006.

Quadro 1: Histórico da RFEPT de 1909 a 2008

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL		
Ano	Marco-Legal	Acontecimento
1909	Decreto 7.566	Escolas de Aprendizes Artífices
1937	Lei 378	Liceus Profissionais
1942	Decreto 4.127	Escolas Industriais e Técnicas
1959	Plano de Metas	Escolas Técnicas Federais (autarquias)
1978	Lei 6.545	As Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's.
1994	Lei 8.948	Institui-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais em CEFET's.
1996	Lei 9.394	Dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica.
1997	Decreto 2.208	Regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP
1999	***	Retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.
2004	Decreto 5.154	Permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, fomentando a discussão da ideia de currículo integrado.
2005	Lei 11.195	Lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil.
2006	Decreto 5.840	Instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	***	Lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Publicação do Decreto 6.095/07 que estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica
2008	Lei 11.892	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2009.

Nota-se que a educação profissional brasileira passou por consideráveis transformações ao longo desses anos, e que essas foram influenciadas principalmente pelos cenários econômicos e políticos de cada época. Percebe-se também que, se por um lado, o Estado tem empreendido esforços para consolidar a educação profissional no Brasil, por outro, ainda há uma confusão na definição dos objetivos, finalidades e proposições dessa modalidade de ensino (WERMELINGER, MACHADO e AMÂNCIO FILHO 2010).

Mais do que isso, em alguns momentos pareceu haver um descompasso entre o que tinha sido proposto pelo governo e o que os responsáveis pela implementação defendiam ou esperavam. Isto pode ser justificado pelo fato de que por ser uma política pública, a política de educação profissional compreende uma agenda que pode ou não refletir os interesses majoritários da população, ou de determinado grupo. Ou seja, envolve negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesse (TEIXEIRA, 2002). A seção a seguir apresenta como se deu o processo de criação e implantação dos Institutos Federais, bem como os principais elementos norteadores deste processo.

2.3 Elementos norteadores do processo de criação e implementação dos institutos federais

A partir do histórico traçado na seção anterior, é possível observar que, no intuito de efetivar a criação/transformação dos Institutos Federais, a partir de 2005 o governo federal editou diversos atos administrativos e normativos.

Assim, a fim de colocar em prática seu projeto e de resolver os conflitos que surgiram entre governo federal e dirigentes das escolas técnicas e dos CEFETS, em 2007 o governo publicou o Decreto 6095/07. Tal decreto estabelecia as diretrizes para a integração das instituições federais de educação tecnológica para constituição dos IF's no âmbito da RFEPT (AZEVEDO, SHIROMA e COAN, 2012).

Segundo Otranto (2013, p.204), o Decreto 6095/07 “pode ser considerado o marco regulatório inicial para a concretização da Reforma da Educação Profissional e nova configuração da Rede Federal”. Para essa autora, a partir da publicação do referido Decreto, inicia-se uma nova fase da educação profissional brasileira.

Isto porque o Decreto 6095/07 foi o documento responsável por estabelecer as diretrizes de transição para os novos formatos organizacionais das novas instituições, bem como para expansão da Rede. Nele foram estabelecidos os critérios para reorganização e integração das instituições para formação dos Institutos Federais (BRASIL, 2007a).

Dentre os elementos norteadores das ações de implementação dos institutos federais contidos no Decreto 6095/07, podemos destacar:

1. Caracterização território onde deveria ser instalado o instituto Federal:

“§ 3º. Os projetos de lei de criação dos IFETs tratarão de sua organização em bases territoriais definidas, compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado, caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas (BRASIL, 2007).

2. Priorização da oferta do ensino profissional técnico integrado ao ensino médio; de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores; de formação docente; bem como de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores no âmbito do PROEJA. Conforme previsão do Decreto, os institutos federais devem se orientar pelos seguintes objetivos:

Art. 4º (...)

§ 2º

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional e técnica de nível médio;

(...)

VII - ministrar em nível de educação superior:

(...)

d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional.

Art. 5º O projeto de lei que instituir o IFET vinculará sua autonomia financeira de modo que o Instituto, em cada exercício, aplique o mínimo de cinquenta por cento de sua dotação orçamentária anual no alcance dos objetivos definidos nos incisos I, II e III do § 2º do art. 4º, e o mínimo de vinte por cento de sua dotação orçamentária anual na consecução do objetivo referido na alínea “d”, inciso VII, do § 2º do citado art. 4º (BRASIL, 2007a).

3. Previsão para constituição de estrutura organizacional descentralizada e com autonomia, “nos limites de sua área de atuação territorial, para a criação e extinção de cursos, mediante autorização do colegiado superior competente para a matéria acadêmica” (BRASIL, 2007a).

4. Especificação das instâncias de Direção do Instituto Federal, níveis de hierarquia, autonomia e participação, bem como critérios para escolha do dirigente máximo da Instituição.

Para que fosse possível acompanhar o atendimento a todas essas determinações, bem como o processo de implementação da nova fase da política de educação profissional por meio dos institutos federais, incluiu-se no próprio Decreto 6507/07 a previsão de que, após a celebração do acordo com o governo federal, as instituições deveriam elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O PDI pode ser considerado o instrumento de planejamento estratégico dos institutos federais. De acordo com o Decreto 5773 de 2006, o PDI deve conter, dentre outros elementos:

- O cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de seus cursos;
- A organização didático-pedagógica da instituição, com informação do número de turmas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento;
- Identificação das formas de participação de professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis por conduzir os assuntos acadêmicos, bem como procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento a alunos.

Como se vê, assim como o Decreto 6095/07, o PDI se apresenta como importante mecanismo norteador das ações dos institutos federais, especialmente no que diz respeito à implementação de suas atividades.

Nesse contexto, é importante destacar que, juntamente com a publicação do Decreto 6095/07, foi feito o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, a qual tinha como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país (BRASIL, 2009).

Para tanto, o MEC publicou a Chamada Pública nº 002/2007, divulgando o recebimento de propostas para constituição de IF's. No documento também foram estabelecidas as condições para que as instituições se manifestassem. Desse documento, dois itens merecem destaque. O primeiro diz respeito à justificativa para implantação destas novas instituições. De acordo com o documento:

IFETs constitui-se em uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, na medida em que tornará mais substantiva a contribuição da rede federal de educação profissional e tecnológica **ao desenvolvimento sócio-econômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro, a partir do acolhimento de um público historicamente colocado a margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações** (BRASIL, 2007b, p.1, grifo nosso).

O segundo diz respeito a um dos critérios para seleção das propostas, “6.1.4 — potencial de articulação de ações derivadas das políticas de educação, desenvolvimento socioeconômico e ordenamento territorial” (CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n. ° 002/2007, p.4). Esses pontos apresentam a preocupação do governo em estabelecer uma relação entre as Instituições que seriam criadas e as localidades onde estas seriam implantadas.

Em 2008, após todas as negociações, a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica (RFEPT) foi efetivamente implantada por meio da Lei 11.892/08. Embora algumas instituições já existissem há mais tempo em suas formas próprias, foi essa Lei que instituiu um novo rumo para a Educação Profissional Tecnológica no Brasil.

Além de criar 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre estes o IFSP, a Lei 11892/08 determinou a quais institutos e universidades federais as escolas técnicas passariam a integrar; determinou ainda que os CEFET’s do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e a UTFPR também fariam parte da RFEPT; e, mais recentemente, em 2012, que o colégio Pedro II também faria parte desta rede.

Convém destacar, conforme divulgado pela SETEC que o número de institutos definido pela Chamada Pública MEC/SETEC n°2/2007 foi sendo alterado no decorrer das negociações. Este fato demonstra o caráter dinâmico da política pública, especialmente na fase de sua implementação como já mencionado anteriormente.

Enfim, a partir da publicação da Lei 11892/08, foi instituída uma nova configuração para os estabelecimentos da Rede Federal de Educação Tecnológica, uma vez que se inaugurou “um cenário de profundas mudanças na gestão e atuação das instituições que a compõem”. Isto porque estas precisariam se reorganizar para atender a função social, alvo de suas finalidades (FERNANDES, 2009).

Após a publicação da Lei 11892/08 e o desenvolvimento da segunda fase do plano de expansão da rede, foi lançada a sua terceira fase que foi executada entre 2011-2014, período do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff. Conforme se verá mais adiante, o Câmpus do IFSP em São José dos Campos fez parte da terceira fase do Plano de Expansão.

A meta naquele período era implantar mais 208 unidades dos institutos federais, a fim de alcançar 562 ao final de 2014. Ressalte-se que nesta etapa o plano fundamentou-se no princípio da superação das desigualdades regionais e a melhoria na qualidade de vida da população (BRASIL, 2015).

Nessa fase da expansão, os critérios para definir o número de instituições por estado, e em quais municípios elas seriam instaladas foram:

- i. Inserção no Programa Território da Cidadania de modo que haja pelo menos uma unidade da Rede Federal em cada um desses Territórios;
- ii. Prioridade aos municípios que compõem o grupo de 103 cidades com mais de 80.000 habitantes e que possui receita *per capita* inferior a R\$ 1.000, o chamado G100;
- iii. Abrangência de um maior número possível das microrregiões, considerando que em todas as mesorregiões houvesse uma ou mais unidades da Rede Federal;
- iv. Para selecionar os municípios prioritários das microrregiões de todo o país, o critério utilizado foi o número de habitantes, preferencialmente, os que tenham mais de 50.000;
- v. As localidades que receberam investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC foram consideradas na escolha dos municípios;
- vi. Articulação da oferta de educação profissional com os Arranjos Produtivos Locais (APL's) (BRASIL, 2015).

Diante do exposto, pode-se dizer que o Plano de Expansão, o Decreto 6095/07, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Lei 11892/08 se configuram como importantes norteadores para as ações dos institutos federais, haja vista que eles fizeram parte dos mecanismos utilizados pelo governo para operacionalizar o processo implementação da política pública de educação profissional por meio destas instituições.

Além disso, foi possível observar que tais norteadores foram utilizados basicamente para indicar:

- Os critérios para escolha dos locais de implantação das unidades dos Institutos Federais;
- Como deveria ser conduzido o processo de implementação e;
- Como deveria ser realizado o acompanhamento desse processo com vistas à verificação do atendimento aos objetivos preestabelecidos.

Enfim, os elementos norteadores do processo de implementação da política de educação profissional demonstram, dentre outros aspectos, a preocupação do governo federal em articular as ações dos institutos federais com o território no qual estes foram inseridos, bem como de garantir a participação dos diversos atores interessados na política pública.

Segundo Moura e Silva (2008), o uso da abordagem de redes pode possibilitar a identificação e a diferenciação de padrões específicos de configuração da sociedade, do

mercado e do Estado e das relações estabelecidas entre estes. Nessa direção, o próximo capítulo apresenta a discussão sobre a formação de redes de interação. Pretende-se com isso, investigar como as redes podem contribuir no processo de implementação dos institutos federais, especialmente no que diz respeito à formação de parcerias entre as suas unidades e outras organizações existentes no local, sejam elas privadas, governamentais ou não, assim como entre os diversos atores ligados diretamente ou indiretamente no processo.

3. AS REDES E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Recentemente, o conceito de redes tem sido amplamente discutido e atribuído como sinônimo de diversos termos. Tal fato se deve à polissemia e à considerável complexidade que envolve o conceito. Ele tem sido empregado nos mais variados contextos como o acadêmico, o político, o social, o econômico e o organizacional (MINHOTO e MARTINS, 2001).

Apesar das variações, é praticamente consenso que a noção de rede está relacionada à ideia de parceria, a qual pode articular diversos atores como: famílias, estados, organizações e pessoas físicas, envolvendo e promovendo dessa forma relações interpessoais, intergovernamentais, interorganizacionais e intersetoriais (INOJOSA, 1999).

Assim a rede pode ser entendida como,

“um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de performance para a rede. Estes programas são decididos socialmente fora da rede mas a partir do momento em que são inscritos na lógica da rede, a rede vai seguir eficientemente essas instruções, acrescentando, apagando e reconfigurando, até que um novo programa substitua ou modifique os códigos que comandam esse sistema operativo” (CASTELLS, 2005, p.20).

Desse modo, as redes “nascem num espaço informal de relações sociais, mas seus efeitos são visíveis para além desse espaço através das relações com o Estado, a sociedade e outras instituições representativas” (ACIOLI, 2007, p.9).

O cenário atual demonstra uma forte tendência para a crescente interdependência entre os atores, sejam eles públicos ou privados. No caso das instituições públicas, como os institutos federais, essa situação fica ainda mais evidente dada a necessidade de mobilização de recursos para atender aos problemas da sociedade (FLEURY e TEIXEIRA, 2007).

Para Goulart (2006), as redes são entendidas, via de regra, como adequadas para fomentar o desenvolvimento do mundo globalizado. De acordo com a autora, são justificativas para essa visão o fato das redes possibilitarem o resgate das vocações e identidades locais, bem como de comportarem a articulação de diferentes atores, abrindo espaço para a participação da sociedade civil em decisões de investimentos governamentais e/ou na elaboração e implementação de políticas públicas.

Por isso, é que, no campo das políticas públicas, a noção de rede tem sido associada a “formas de articulação entre agências governamentais e/ou destas com redes sociais, organizações privadas ou grupos que lhes permitam enfrentar problemas sociais e implementar políticas públicas” (LOIOLA e MOURA, 1996, p.).

Assim, o conceito de rede no domínio do Estado coloca em evidência as estruturas e os contextos das relações entre Estado e sociedade (SCHNEIDER, 2005).

É importante ressaltar que, no novo modelo de relação entre Estado e sociedade há uma “ruptura com a concepção de Estado como núcleo praticamente exclusivo de representação, planejamento e condução da ação pública” (FLEURY e TEIXEIRA, 2007, p.10). Isto porque se pressupõe o compartilhamento de autoridade, do poder institucional do Estado. Este seria o que Castells (1998) denominou de Estado-rede.

Este tipo de Estado parecer ser a alternativa para lidar com a complexidade crescente das relações entre o global, o nacional e o local. Entretanto, para isso é necessário que estabeleça instâncias de coordenação, capazes de interlocução entre Estado, sociedade e mercado (CASTELLS, 1998). Trata-se de um Estado que, além de reproduzir as demandas da sociedade, promove ações conjuntas com os demais atores a fim de implementar as políticas públicas (MARINI e MARTINS, 2004).

É um modelo de Estado oposto à visão mecanicista, é solto, fluido e interativo. É um sistema interconectado, uma rede complexa disposta de uma forma que, a partir das relações estabelecidas, seja possível resolver problemas na medida que estes surjam (MINTZBERG, 1998). Segundo Milani (2008) o fomento à participação de diferentes atores políticos e a criação de uma rede informe, elabore, implemente e avalie políticas públicas são atualmente peças fundamentais nos discursos de qualquer política considerada autoprogressista.

Esse cenário é fruto das transformações recentes no papel do Estado e de suas relações com a sociedade. A partir dessa nova realidade, exige-se um modelo de gestão que comporte a interação de estruturas descentralizadas, bem como as novas formas de articulação entre os atores envolvidos (FLEURY e TEIXEIRA, 2007). Como se vê, a admissão do Estado como rede impõe a este uma nova configuração, a qual exige capacidade de intervenção estratégica pública, negociação, cooperação e participação dos atores da sociedade, especialmente os do nível local (BERNARDO, 2001).

Assim, a rede do Estado é produzida e transformada por outras redes de pessoas e organizações que estruturam internamente as organizações estatais e as inserem em seus ambientes mais amplos (MARQUES, 2006). Este se trata de um grande desafio para a

administração pública, haja vista que, como apontado por Moura e Silva (2008), por muito tempo se adotou a ideia de oposição entre Estado, sociedade e mercado.

É importante destacar que a Constituição de 1988 assumiu importante papel neste processo, uma vez que conferiu à gestão pública brasileira um novo redirecionamento, especialmente no que diz respeito à descentralização e à participação social como mecanismo de compartilhamento de poder entre as três esferas de governo e a sociedade (ANDRADE, 2006). Entretanto, é importante destacar que a adoção destes instrumentos requer necessariamente o estabelecimento de vínculos horizontais de interdependência e complementaridade entre Estado e sociedade (COMERLATTO, *et all*, 2007).

Nessa perspectiva, as redes se apresentam como alternativa adequada, já que podem viabilizar a administração de políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas complexos e existe uma multiplicidade de atores, assim como uma demanda crescente por benefícios e participação cidadã (FLEURY e TEIXEIRA, 2007).

Por isso, é preciso considerar que no processo de gestão de redes de políticas existem vantagens e desvantagens. Esta questão pode ser melhor visualizada no quadro 2.

Quadro 2: Vantagens e desvantagens na gestão de redes de políticas

VANTAGENS E DESVANTAGENS NA GESTÃO DE REDES DE POLÍTICAS	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> • Pluralidade de atores possibilita maior mobilização de recursos e diversidade de opiniões 	<ul style="list-style-type: none"> • O fato de existir inúmeros participantes acarreta dificuldade na prestação de contas
<ul style="list-style-type: none"> • Definição de prioridades se dá de forma mais democrática 	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de negociação e geração de consensos pode se tornar lento
<ul style="list-style-type: none"> • Pode-se contar com uma presença pública sem necessidade de criação de uma estrutura burocrática 	<ul style="list-style-type: none"> • A criação de metas compartilhadas, por si só não garante eficácia, uma vez que as responsabilidades são diluídas
<ul style="list-style-type: none"> • Podem desenvolver uma gestão adaptativa de acordo com a realidade social por meio do monitoramento e não do controle 	<ul style="list-style-type: none"> • A flexibilidade pode gerar deserção de alguns atores em momentos importantes
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos e estratégias são fruto do consenso 	<ul style="list-style-type: none"> • Os critérios para participação na rede não são explícitos nem universais • Pode haver dificuldades de controle e coordenação e controle das interdependências

Fonte: Adaptado de Fleury e Teixeira (2007, p. 25-26).

Diante do exposto, é possível observar que, a fim de alcançar seus objetivos e possibilitar o envolvimento dos cidadãos na construção das políticas, o Estado pode utilizar as redes como mecanismo (SECCHI, 2009). Nesse contexto, é importante esclarecer que a formulação e implementação de políticas públicas por meio de estruturas em rede não é baseada em comando e em ordem e sim em negociação e intercâmbio (SANTOS, 2005).

Outro fato que precisa ser destacado é que a identificação das redes pode possibilitar a compreensão, ao menos em parte, dos processos de conflito e coalizão na vida político-administrativa (FREY, 2000). Isto porque, na maioria das vezes, na busca por determinado resultado, a partir de interesses comuns ou antagônicos, surgem grupos que unem esforços para atingir esse fim. Talvez essa situação seja mais visível no momento da implementação de determinada política pública.

Além disso, é preciso atentar-se para o fato de que a abordagem das redes de políticas pressupõe que a estrutura é por si só capaz de vencer os limites da hierarquia, considerando as relações dos atores, como mecanismos que podem, por meio da sua proliferação e suporte de conexões, criar e gerir essa nova ordem (ANDRADE, 2006).

De acordo com Schneider (2006),

1. O denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores. 2. Na formulação e implementação de políticas públicas, além de muitos atores públicos, estão envolvidos atores privados de distintos setores sociais e áreas. 3. O próprio conceito de rede se refere a vínculos diretos e indiretos relativamente duradouros, através dos quais os atores envolvidos estão integrados na formulação de políticas públicas. 4. Embora muitos atores estejam envolvidos direta e indiretamente na produção de políticas, existe entre eles diferença de poder e influência. 5. Posições de poder e influência não são determinadas somente através de status político-institucional formal, mas também por meio de vínculos informais (por exemplo, comunicação, intercâmbio de recursos, interação estratégica) (SCHNEIDER, 2006, p. 38).

Assim, pode-se dizer que as redes de políticas públicas se formam a partir de negociação e cooperação entre organizações e atores que fazem parte do tecido do Estado ou se relacionam com ele. Nesse processo, a diversidade dos sistemas de ação e das maneiras de estruturação dos interesses políticos e sociais são elementos que devem ser considerados (FLEXOR e LEITE, 2007).

É importante ressaltar também que nessa concepção de redes de políticas públicas o Estado não se torna irrelevante, porém passa a compartilhar sua importância com outros atores sociais. Assim, se por um lado se busca maior eficiência, por outro surge o desafio à legitimação democrática da autoridade pública (SANTOS, 2005). Nesse contexto, a próxima seção procura investigar e analisar como as redes se inserem no processo de implementação da política de educação profissional que ocorre por meio da criação dos institutos.

3.1 Os institutos federais e as redes de interação com o território

A partir do exposto na seção anterior, pode-se dizer que, ao incorporar a proposta de formação de redes no processo de implementação de uma política pública, reconhece-se a diversidade e a pluralidade dos grupos de interesses e das formas de relacionamento dos atores envolvidos neste processo. Em última análise, assume-se que o Estado não é uma instituição monolítica; o que é uma quebra de paradigma (FLEXOR e LEITE, 2007).

No caso dos institutos federais, as redes de interação tornam-se mais evidentes em sua dimensão política, especialmente no que diz respeito aos processos decisórios e à intermediação de interesses dos diversos grupos envolvidos com essa política pública (PACHECO, 2011).

Nesse sentido, é possível notar que o modelo organizacional dos institutos federais adota um formato de gestão baseado, dentre outros aspectos, no consenso (PACHECO, 2011). Este modelo admite a participação de outros atores (internos e externos) ao processo de implementação desta política pública. Para que isso seja possível, os institutos federais possuem instâncias de deliberação como colegiados e conselhos, dentro dos quais está prevista a participação de diversos atores.

Um exemplo disso é a previsão de que a administração dos institutos federais possua um Conselho Superior. Conforme a Lei 11.892/08,

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, **dos egressos da instituição, da sociedade civil**, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica (Lei 11.892/08, art. 10, § 3º, grifo nosso).

No âmbito dos Câmpus dos Institutos Federais, há a previsão de existência de um Conselho de Câmpus, o qual possui atividades similares as do Conselho Superior. Para Pacheco (2011), a previsão dessas instâncias de participação representa a superação de visões reducionistas na medida em que se institui e se define um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil. Este lugar é o território, o qual pode ser entendido como a “arena de negociações nos processos políticos decisórios, espaço – para além das fronteiras geopolíticas - onde se constroem e se estabelecem identidades e o sentimento de pertencimento” (...) (PACHECO, 2011, p.19).

Nessa direção, a Lei 11892/08 deixou expressa em sua redação a intenção do governo brasileiro em articular os institutos federais com as diversas instâncias dos locais onde eles fossem implantados. Nota-se, no conteúdo da referida lei, uma preocupação com a articulação das instituições criadas com os setores produtivos, principalmente no que diz respeito à proposta de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, assim como na oferta formativa, em benefício dos arranjos produtivos locais (OTRANTO, 2010).

Dentre os objetivos dos institutos federais que vão nesse caminho podemos destacar:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no **desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;**

(...)

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e **fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais**, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (...);

(...) Art. 6º, Lei 11.892/08.

Assim, para que seja possível alcançar esses objetivos, os institutos federais precisam estabelecer relações com outras instituições. Isto é, “estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade (...), passando a atuar como uma rede social de educação profissional, científica e tecnológica” (PACHECO, 2011, p.20).

Nesse contexto, é preciso ter em mente que o território de abrangência das ações de um instituto é, em princípio, a microrregião onde este se localiza. Contudo, a partir do momento que se assume a sua atuação em rede, esse território pode ir além da microrregião (PACHECO, 2011).

4. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CÂMPUS DO IFSP EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4.1 Características da região onde o Câmpus foi implantado

A cidade de São José dos Campos faz parte da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), a qual “localiza-se no leste do Estado de São Paulo, é formada por 39 municípios, distribuídos em cinco regiões de governo: São José dos Campos, Taubaté, Caraguatatuba, Guaratinguetá e Cruzeiro” (SEADE, 2013). De acordo com a Fundação SEADE (2013),

A RMVPLN foi criada pela Lei Complementar nº 1.166, de 09 de janeiro de 2012, englobando todos os municípios da Região Administrativa – RA de São José dos Campos e agrupando os municípios da seguinte forma:

- Sub-região I: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos;
- Sub-região 2: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga, Taubaté e Tremembé;
- Sub-região 3: Aparecida, Cacheira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira;
- Sub-região 4: Arapeí, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras;
- Sub-região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. (SEADE, 2013, p.10).

A tabela 1 apresenta algumas características da RMVLN.

Tabela 1: Características da Região Metropolitana do Vale do Paraíba

Características da Região			
Variáveis	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	Estado de São Paulo	%
Municípios	39	645	6,05
População (2010)	2.262.135	41.223.683	5,49
PIB (2010) (R\$ milhões)	61.698,19	1.247.595,93	4,95
PIB (per capita)	27.274,32	30.264,06	-
IPRS ⁴ - dimensão de riqueza (2010)	43	45	-

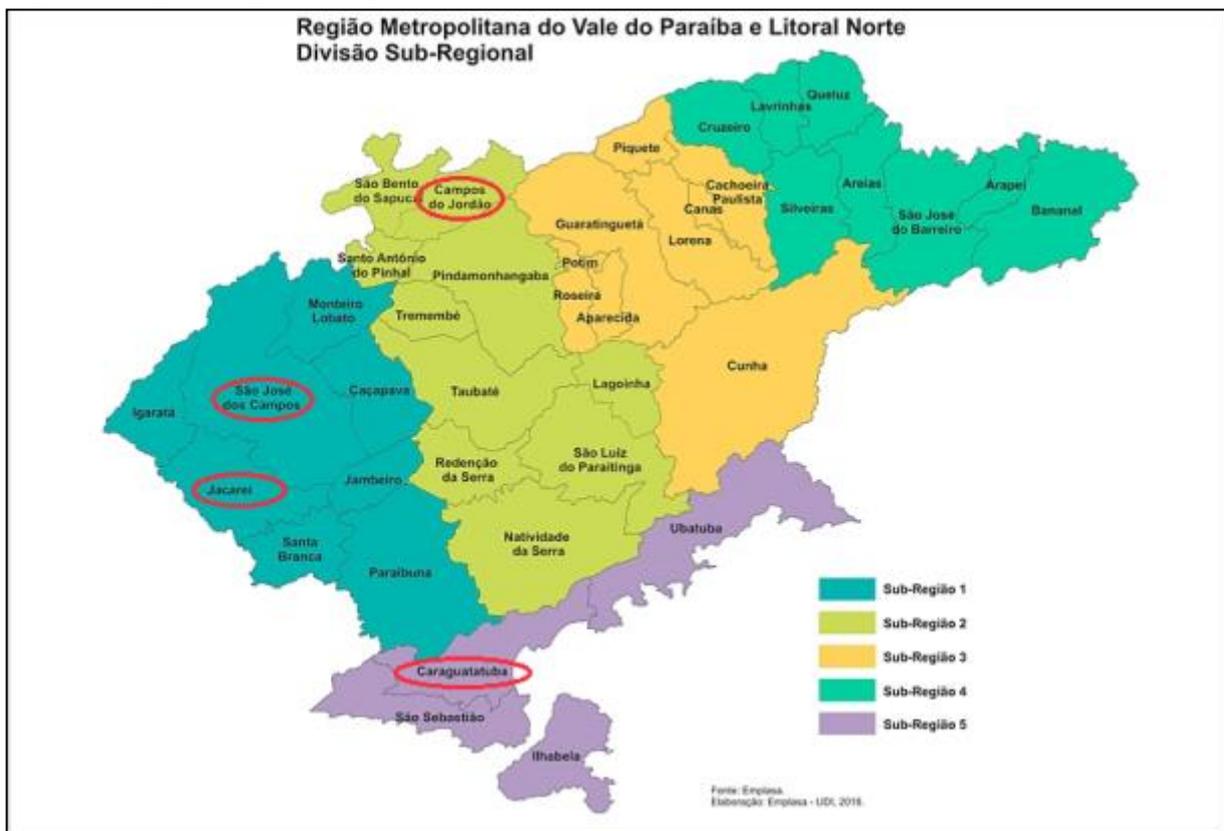
⁴ O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IPRS tem como finalidade caracterizar os municípios paulistas no que se refere ao desenvolvimento humano, através de indicadores sensíveis a variações de curto prazo e capazes de incorporar informações relevantes referentes às diversas dimensões de renda, longevidade e escolaridade. Cada uma destas dimensões é expressa por meio de um indicador sintético que pode assumir valores entre 0 e 100. (...) Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo dos indicadores,

IPRS - dimensão de escolaridade (2010)	50	48	-
IPRS - dimensão de longevidade (2010)	67	69	-

Fonte: Fundação SEADE, Informações dos Municípios Paulistas, 2016.

A figura 2 apresenta como as sub-regiões da RMVPLN estão definidas geograficamente. As cidades que possuem Câmpus do IFSP estão destacadas com um círculo vermelho.

Figura 2: Mapa da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

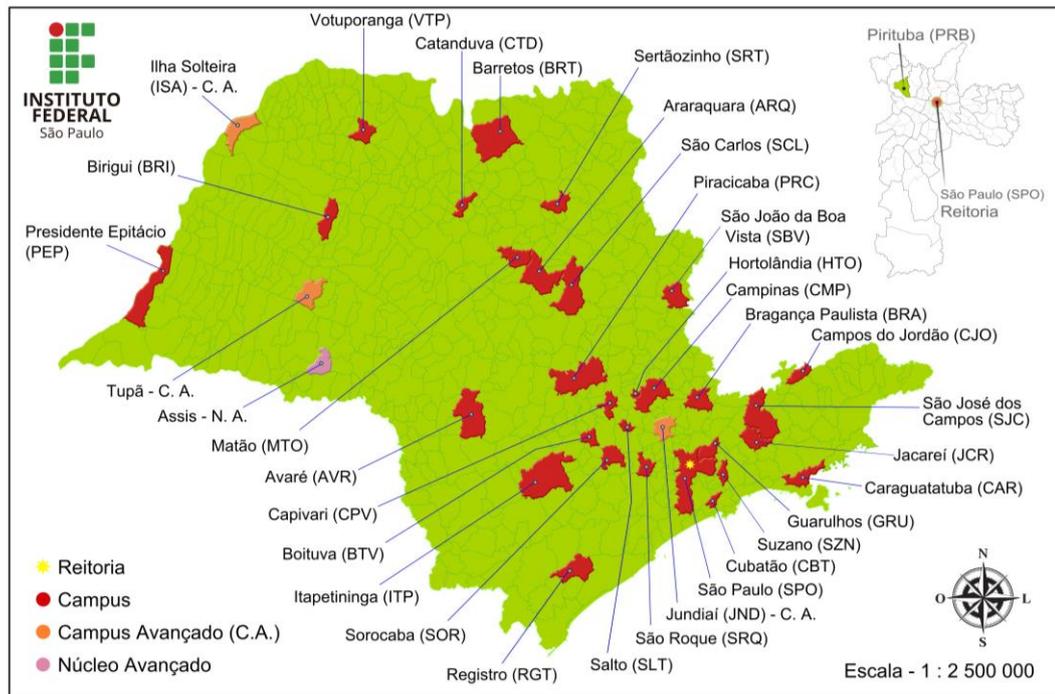


Fonte: Adaptado de EMPLASA – UDI, 2016.

Nota-se a presença do IFSP nas regiões 1, 2 e 5. Destaque nesse caso para a sub-região 1 que tem os Câmpus de São José dos Campos e Jacareí. Neste contexto cabe o seguinte questionamento: quais fatores motivaram a implantação de dois Câmpus do IFSP na mesma sub-região do Vale do Paraíba? Porque a escolha não recaiu em uma das sub-regiões 3 e 4 do Vale do Paraíba? Talvez a resposta esteja relacionada a existência ou não de interesses políticos tanto dos municípios quanto do governo federal. Essa realidade também pode ser

reflexo de como está distribuída a presença do IFSP no estado. Como pode ser constatado na figura 3, o IFSP está concentrado em algumas regiões do estado.

Figura 3: Mapa dos Câmpus do IFSP 2016



Fonte: Adaptado de IFSP, 2016.

São José dos Campos tem assumido cada vez mais o papel de município-sede da região. Esta realidade pode ser comprovada pelo caráter regional de seu setor de serviços que tem dado sustentação ao fluxo e relações entre o município e os demais de seu entorno (SEADE, 2013 *apud* COSTA, 2007).

De acordo com o IBGE (2016), a população estimada de São José dos Campos é de 695.992 habitantes. Outro fato que merece ser destacado é que São José dos Campos é sede do maior polo aeroespacial da América Latina. No município estão instaladas empresas de alta tecnologia e importantes centros de pesquisa e de ensino. No Parque Tecnológico da cidade estão presentes grandes fabricantes de aviões: Embraer, Boeing e Airbus. Empresas de outros setores como: General Motors (automotivo), Petrobras (óleo e gás), Ericsson (telecomunicações), Johnson & Johnson (farmacêutica) e Panasonic (eletroeletrônicos) também estão presentes em São José dos Campos (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2016).

Além disso, como dito anteriormente, São José dos Campos possui um parque tecnológico. De acordo com a Prefeitura do município, “O parque ocupa importante posição

estratégica no desenvolvimento das relações de ciência e tecnologia do país, despertando o interesse e gerando parcerias” (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2016, p. 60). Ressalte-se ainda que, conforme afirmado pela Prefeitura, o Parque Tecnológico faz conexão com instituições de ensino e pesquisa, e se tornou referência nacional e vem ganhando destaque internacional.

O município possui ainda um Centro para a Competitividade e Inovação (CECOMPI), que é referência no Brasil e criação de Arranjos Produtivos Locais (APL's). O CECOMPI é uma organização social que tem como objetivo:

criar soluções que estimulem redes de cooperação no âmbito do sistema de inovação, por meio da promoção ou gestão de projetos e pesquisas, bem como realizar ações que envolvam os diversos agentes, contribuindo para a intensificação da cooperação entre instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento com o sistema produtivo, acelerando o processo de inovação de forma constante e com parceiros estratégicos (SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2016, p.62).

No que diz respeito à educação, é interessante notar que a implantação do Câmpus do IFSP em São José dos Campos não constou na lista dos principais investimentos de serviços de utilidade pública, serviços e comércio anunciados para Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte no período de 2005 a abril de 2013. Esta lista faz parte da Pesquisa de Investimentos do Estado de São Paulo-PIESP, da Fundação SEADE.

Nessa pesquisa, foram divulgadas apenas: a implantação de centro de capacitação aeronáutica e de defesa no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SENAI); a implantação de curso de especialização em manutenção aeronáutica no Parque Tecnológico (UNIFEI) e; a construção de um novo Câmpus da UNIFESP no Parque Tecnológico de São José dos Campos.

Importante destacar também que, no trecho constante da publicação anual divulgada pela prefeitura em 2016 que fala das instituições de ensino presentes no município, o nome do Instituto Federal de São Paulo também não foi mencionado:

São José dos Campos também conta com a presença de conceituadas instituições de ensino, como o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), a UNESP (Universidade Estadual Paulista) e a FATEC (Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo) (SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2016, p.60).

De acordo com o IFSP (2016), São José dos Campos possui um IDEB superior ao do Estado. Além disso, o grau de escolaridade dos trabalhadores município também é mais elevado que os do conjunto do Estado.

Segundo dados da Prefeitura de São José dos Campos, a rede estadual de educação conta com 80 escolas e 60.114 alunos, e a particular possui 33.158 estudantes em 85 unidades de ensino. Já a rede Municipal possui 46 escolas. A cidade possui uma grande rede de escolas particulares e públicas, dentre as quais podem ser destacadas: CEPHAS, ETECs, SENAI, SENAC, ECOMPO, ETEP, UNIVAP (IFSP, 2016).

É importante mencionar que tanto a média de alunos do ensino fundamental e médio por turma caiu de 2011 a 2014, sendo que em 2014 a média de alunos do ensino fundamental foi de 27,8 e do ensino médio de 33,3 (INEP, 2014).

De acordo com o IFSP (2016) embora o município São José dos Campos apresente indicadores socioeconômicos bastante favoráveis se comparado aos demais municípios-sede dos Câmpus do IFSP, o perfil socioeconômico dos alunos assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) do Câmpus apresenta uma realidade contrastante.

A seção a seguir apresenta o Câmpus São José dos Campos e suas principais características.

4.2 O processo de criação e implantação do Câmpus São José dos Campos

O Câmpus está localizado dentro da Refinaria Henrique Lage REVAP, Unidade da Petrobras, na cidade de São José dos Campos, município que, como dito anteriormente, faz parte da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDI IFSP 2014-2018). De acordo com o Relatório de Gestão 2013 (IFSP, 2014), a área do Câmpus é de aproximadamente 22.232 m², compõe-se de um conjunto de cinco prédios que estão divididos em ambientes: administrativo e educacional, com salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, área de convivência, cantina e laboratórios específicos.

A criação desta unidade do IFSP em São José dos Campos foi resultado de uma parceria estabelecida entre o Instituto Federal de São Paulo e a Petrobras. O termo de parceria foi assinado em 19 de agosto de 2011, contando com a participação do Ministro da Educação da época, Fernando Haddad (RELATÓRIO DE GESTÃO IFSP, 2012). Embora tenha iniciado as atividades acadêmicas no segundo semestre de 2012, o Câmpus só foi oficialmente instituído em 2013, por meio da publicação da Portaria Ministerial nº 330 de 23/04/2013 (PDI IFSP 2014-2018).

Em reportagem publicada no sítio do MEC em 16/08/2011, também divulgada no sítio institucional do IFSP, foi anunciada, pela então Presidente Dilma Rousseff, a criação do Câmpus. A partir de notícias veiculadas em sítios institucionais na época, pode-se afirmar

que a implantação da unidade do IFSP em São José dos Campos fez parte da política de expansão da rede federal de educação profissional tecnológica do período 2011-2014. Além disso, no próprio Relatório de Gestão do ano de 2012, a continuidade das tratativas para implementação do Câmpus São José dos Campos está elencada como ação do Plano de Expansão Fase III do IFSP.

No Relatório de Gestão da SETEC/MEC do exercício de 2010, um dos planos para o ano de 2011 era o de desenvolver a fase 3 do plano de expansão da rede e implantar 86 novos Câmpus do Instituto Federal até dezembro daquele ano. Conforme mencionado no documento:

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica — Fase 3 tem o objetivo de ampliar a presença dos Institutos Federais em todas as partes do território nacional, assegurando que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possa contar com pelo menos um campus de Instituto Federal. A constituição de uma Rede de Institutos Federais de maior envergadura permitirá atender de forma qualitativa as principais demandas relacionadas à formação profissional, como também possibilitará uma interiorização sem precedentes da oferta de ensino superior público, além de dotar os Institutos Federais de uma capilaridade suficiente para vertebrar toda a oferta de ensino médio em cada estado brasileiro (RELATÓRIO DE GESTÃO SETEC/MEC, 2010, p.28).

A partir do texto do documento, nota-se a preocupação governamental com a escolha da localidade onde a unidade seria implantada, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento regional e ao atendimento à demanda por qualificação profissional local.

Nesse sentido, uma das justificativas apresentadas para implantação do câmpus do IFSP em São José dos Campos foi o fato deste poder contribuir decisivamente para suprir a demanda por profissionais com as qualificações requeridas pela Revap (Refinaria onde o Câmpus foi instalado), bem como por outras indústrias de transformação estabelecidas na região (RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFSP, 2012).

Em notícia veiculada em 2011, no sítio da Petrobras, pode-se observar uma semelhança nos discursos proferidos pelos políticos e gerentes presentes na solenidade de assinatura do termo de parceria entre o IFSP e a Petrobras. O Ministro da Educação na época ressaltou a atuação da Petrobras no processo de implantação do Câmpus. Na solenidade, Fernando Haddad fez a seguinte afirmação: “a Petrobras tem o olhar para o desenvolvimento humano e sabe que o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico é importante para o seu próprio desenvolvimento”.

A participação da Petrobras como fornecedora do espaço está alinhada com a proposta do governo quando da instalação das unidades da Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica, que era a de buscar parcerias com outras instituições governamentais, ou não, a fim de efetivar a implantação dos Câmpus, conforme previsto na Lei 11195/05.

Ainda na solenidade de efetivação da parceria, o representante da Petrobrás, o gerente executivo do Abastecimento – Refino da Petrobras, José Carlos Cosenza destacou que “o instituto é voltado ao atendimento de jovens da região e está em acordo com a missão da Petrobras de contribuir com as comunidades em que atua. Esta estratégia está totalmente alinhada ao entendimento da Companhia sobre a questão da responsabilidade social”

De sua parte o IFSP, por meio do então reitor do IFSP, Arnaldo Augusto Ciquielo Borges pontuou que o objetivo do IFSP “é fazer com que cada um de nossos campus se torne referência na educação profissional na região em que está sendo instalado, de forma que a sociedade local sinta muito orgulha de ter uma parceria conosco”. Naquele momento, a previsão era de que o Câmpus viesse atender a 1200 alunos.

Após a assinatura da parceria, a etapa seguinte foi a definição dos cursos que seriam ofertados pela nova unidade. De acordo com o Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,

Os Institutos Federais possuem autonomia para criar cursos. Para a escolha dos cursos de um campus, por exemplo, são utilizadas estratégias como a observação do potencial de desenvolvimento econômico e social.

As instituições também realizam Audiências Públicas, com a presença de representantes da comunidade escolar, da sociedade e das organizações políticas e representativas de classe, como metodologia para a tomada de decisão na escolha de um novo curso (RFEPT, 2016)⁵.

Contudo, no que diz respeito à modalidade, a Lei 11892/08 determina em seu artigo 8º que, no desenvolvimento de sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender prioritariamente na forma de cursos integrados a educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Além disso, prevê que no mínimo outros 20% deve ser reservado para a oferta de cursos de licenciatura ou de formação pedagógica.

Todavia, inicialmente os cursos ofertados pelo Câmpus São José dos Campos foram os da modalidade concomitantes/subsequentes. Vale destacar as diferentes modalidades dos cursos técnicos que podem ser oferecidos pelo Câmpus:

⁵ Maiores informações em: <http://redefederal.mec.gov.br/perguntas-frequentes>. Publicado: Quarta, 09 de Março de 2016, 16h33. Última atualização em Terça, 02 de Agosto de 2016, 11h23

- Técnico integrado: aquele em que o aluno cursa, ao mesmo tempo e na mesma instituição, o ensino médio e o ensino técnico;
- Técnico concomitante: aquele ofertado a alunos que tenham concluído o ensino fundamental e estejam cursando, no mínimo, o segundo ano do ensino médio (IFSP, 2012);
- Técnico subsequente: aquele ofertado a alunos que tenham concluído o ensino médio (IFSP, 2012).

É importante ressaltar que no Câmpus São José dos Campos a modalidade de curso técnico subsequente é ofertada juntamente com a concomitante, sem separação de turma. Isto é, a mesma turma pode ser composta por alunos que ainda não finalizaram o ensino médio e alunos que já concluíram o ensino médio. Não se pode deixar de considerar que esse formato possui algumas consequências que podem justificar fatores como a evasão. Esse é um assunto que merece ser aprofundado em futuras pesquisas.

Assim, no segundo semestre de 2012, a primeira oferta de cursos do Câmpus foram os cursos técnicos concomitante/subsequente em Mecânica e Automação Industrial. De acordo com o Relatório de Gestão do IFSP (2012), a definição por estes cursos, foi tomada em audiência pública, realizada no dia 5 de dezembro de 2011, com representantes do comércio, indústria e instituições de ensino. Outra justificativa apresentada foi a realização de estudos da demanda local (IFSP, 2012). Mais tarde, em 2014, foi ofertado o curso concomitante/subsequente de eletrotécnica. A justificativa para abertura do curso foi a mesma apresentada para os de Mecânica e Automação Industrial.

Em 2016, o Câmpus passou a ofertar os cursos superiores de Licenciatura em Matemática e de Licenciatura em Química. Somente no ano de 2017 o Câmpus passou a ofertar os cursos de Mecânica e Automação Industrial integrados ao ensino médio. Nesse mesmo ano, também passou a ofertar o curso superior de Engenharia de Controle e Automação Industrial (IFSP, 2017). O quadro 3 apresenta o número de vagas ofertadas pelo Câmpus no primeiro semestre de 2017.

Quadro 3: Número de vagas por curso ofertadas pelo Câmpus no primeiro semestre de 2017

Número de vagas ofertadas pelo Câmpus São José dos Campos no primeiro semestre de 2017		
Cursos	Período	Vagas ofertadas
Técnico concomitante/subsequente em Automação Industrial	Vespertino	40
	Noturno	40
Técnico concomitante/subsequente em Mecânica	Vespertino	40

	Noturno	40
Técnico concomitante/subsequente em Eletrotécnica	Noturno	40
Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio	Integral	40
Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio	Integral	40
Licenciatura em Matemática	Matutino	40
Licenciatura em Química	Matutino	40
Bacharelado de Engenharia de Controle e Automação	Noturno	40
Total de vagas ofertadas		400

Fonte: Adaptado de IFSP, 2017.

Vale destacar que a principal justificativa apresentada nos Projetos Pedagógicos para a abertura dos cursos ofertados pelo Câmpus foram os estudos baseados na demanda local. Estes estudos se traduzem essencialmente em pesquisas de dados estatísticos que caracterizam a região e sua população, bem como as empresas e indústrias existentes e o tipo de mão-de-obra demandados por essas; além do número instituições de ensino que oferecem o mesmo tipo de curso na região.

Aqui vale o seguinte questionamento: quais foram os fatores motivadores que levaram o Câmpus a ofertar, nos primeiros quatro anos apenas cursos concomitantes/subsequentes, sendo que a lei de criação destaca que deve se dar prioridade, dentre outros, aos cursos da modalidade integrado?

Essas são as principais informações relativas ao processo de criação e implantação do Câmpus. A subseção a seguir apresenta uma breve reflexão sobre a identidade do IFSP, e conseqüentemente do Câmpus, no que diz respeito especificamente à sua identificação por parte dos atores envolvidos e/ou interessados em sua atuação.

4.3 Especificidades da identidade do IFSP e do Câmpus

A partir do apresentado no capítulo sobre o histórico dos institutos federais pôde-se perceber que ao longo das décadas o IFSP, assim como quase todas as outras organizações que compõe a RFEPT, recebeu diversos nomes. Muito mais que uma nomenclatura se notou que a cada denominação também se alterava em algum nível, a função atribuída à instituição. O quadro 4 apresenta resumidamente os nomes e funções que já foram atribuídos ao IFSP.

Quadro 4: Principais denominações do IFSP

Período	Nome	Principais funções
1909	Escola de Aprendizes e Artífices	Propiciar o ensino primário profissional e gratuito
1937	Liceu Industrial de São Paulo	Propagar o ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do país.
1942	Escola Técnica de São Paulo	Ministrar os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, os cursos industriais e os cursos de mestría.
1965	Escola Técnica Federal de São Paulo	Proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; Preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio. Atender às diferenças individuais dos alunos, buscando orientá-los do melhor modo possível, dentro de seus interesses e aptidões (LEI 3552/59, art. 1º).
1999	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/S	I - ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional; II - ministrar ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional, para os diferentes setores da economia; III - ministrar ensino médio; IV - ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; V - oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica; VI - ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica para as disciplinas de educação científica e tecnológica; VII - realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa, e estendendo seus benefícios à comunidade (DECRETO 2855/98, art. 3º).
2008	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP	I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de

		espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (LEI 11.892/08, art. 6º).
--	--	--

Fonte: Adaptado de PDI IFSP 2014-2018.

Como se pode observar, a instituição passou por várias fases de identificação. Segundo Machado (2003) *apud* Scott e Lane (2000), identidade organizacional compreende o processo, atividade e acontecimento por meio dos quais a organização se torna específica. Tal processo é construído, ao longo do tempo, em que o indivíduo vai internalizando a crença de que a organização em que ele está inserido é a mesma de ontem, simbolizando sua existência temporal (MACHADO, 2003).

Nessa perspectiva, é correto afirmar que as mudanças periódicas tanto no nome quanto em sua estrutura administrativa/acadêmica e em sua finalidade tendem a influenciar a assimilação da identidade organizacional do IFSP por parte dos atores envolvidos em seu processo de implementação.

No caso Câmpus São José dos Campos, deve-se acrescentar o fato de que o nome do Câmpus é São José dos Campos/Petrobrás. Nesse caso, o acréscimo do nome da Petrobrás à sua identificação também deve ser considerado como um elemento que pode influenciar na forma como o Câmpus é/não é visto e identificado pelos atores envolvidos e/ou interessados em suas atividades.

Enfim, diante dessa realidade pode-se levantar o pressuposto de que: identidade organizacional do Câmpus atrelado ao nome da Petrobrás pode dificultar a internalização, por parte dos servidores, alunos e comunidade em geral, da imagem do IFSP São José dos Campos enquanto organização independente e que não se confunde com a Petrobrás. A subseção a seguir apresenta como é a estrutura organizacional do Câmpus São José dos Campos.

4.4 O arranjo institucional/organizacional do Câmpus São José dos Campos

De acordo com seu Estatuto, o IFSP é regido pela legislação federal, pelo seu Estatuto, pelo Regimento-Geral, pelo Regimento dos Câmpus, bem como por Atos Administrativos internos, a saber: parecer, portaria, Instrução Normativa e Comunicado. No âmbito do Câmpus, permanece a mesma dinâmica (IFSP, 2013).

Contudo, vale destacar especificamente alguns dos principais documentos que norteiam a ação do Câmpus São José dos Campos.

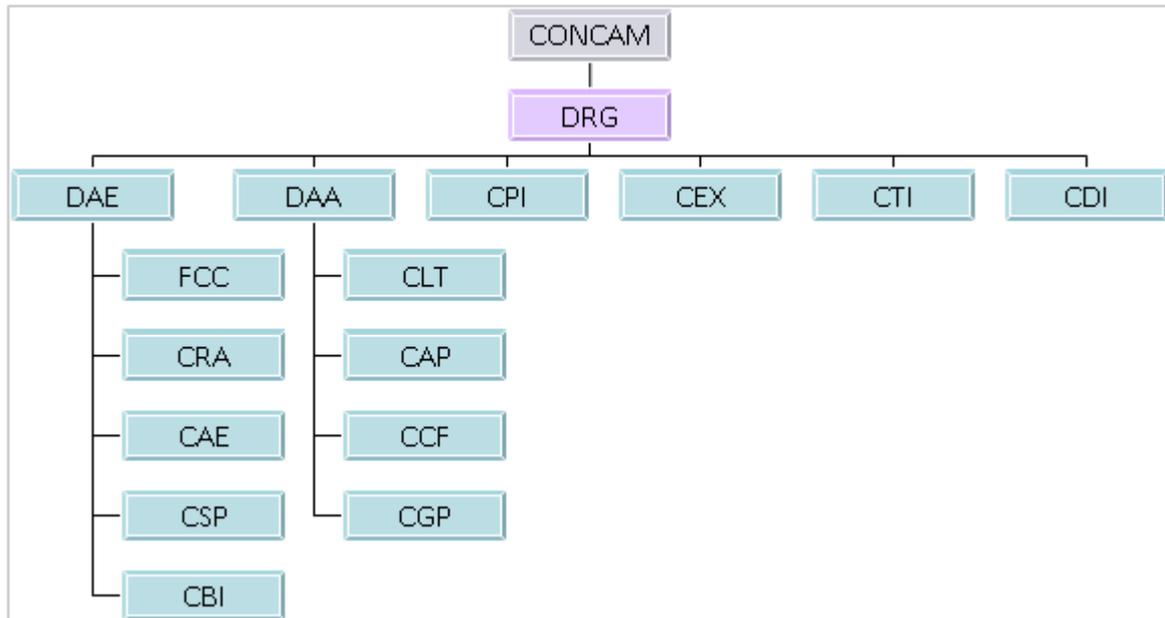
No que diz respeito à Gestão Administrativa:

- Lei 8.666/93 e demais legislações relativas às compras, contratações, licitações e contratos;
- Lei 8112/90 e demais legislações relativas à contratação e gestão de pessoal no âmbito da administração pública federal;
- Decreto 6986/09.
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP e do Câmpus em específico.
- Regimento Geral dos Câmpus do IFSP.

No que diz respeito à Gestão Acadêmica:

- Lei 11892/08;
- LDB;
- Organização Didática do IFSP;
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP e do Câmpus em específico.
- Projeto Político Pedagógico do Câmpus;
- Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados pelo Câmpus.

A estrutura organizacional do Câmpus São José dos Campos foi aprovada pela Resolução IFSP 26/2016. Atualmente a estrutura organizacional do Câmpus é composta pelo Conselho de Câmpus, órgão máximo colegiado, pela Diretoria Geral e pelas Diretorias Adjunta Educacional e Adjunta de Administração, como pode ser visualizado na figura 4.

Figura 4: Organograma do Câmpus São José dos Campos

Fonte: Adaptado de Resolução IFSP 26/2016.

Além das Diretorias, estão diretamente vinculadas à Diretoria Geral as Coordenadorias de Pesquisa e Inovação (CPI), de Extensão (CEX), de Direção (CDI) e de Tecnologia da Informação (CTI). À Diretoria Adjunta de Administração estão vinculadas as seguintes coordenadorias: de Gestão de Pessoas (CGP), de Patrimônio, Almojarifado e Manutenção (CAP), de Licitações e Contratos (CLT) e de Contabilidade e Finanças (CCF).

Estão vinculadas à Diretoria Adjunta de Ensino (DAE) as Coordenadorias de Apoio ao Ensino, de Registros Acadêmicos, de Biblioteca e Sociopedagógica. Além dessas, vinculam-se também à DAE as Coordenações dos Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes de Mecânica, Automação Industrial e Eletrotécnica, dos Cursos Superiores de Licenciatura em Química, de Licenciatura em Matemática e de Engenharia de Controle e Automação e dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Mecânica e de Automação Industrial.

No que diz respeito aos espaços de deliberação existentes nos Câmpus, destacam-se duas importantes instâncias: a Comissão responsável pelo Plano de Desenvolvimento Institucional do Câmpus e o Conselho de Câmpus.

Conforme disposto no próprio sítio do IFSP,⁶ o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento responsável por definir a missão da Instituição e as

⁶Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 04mar/2017.

estratégias para atingir as metas e objetivos, abrangendo um período de cinco anos. O PDI 2014-2018, aprovado pela Resolução IFSP 33/14 encontra-se em desenvolvimento. Existe uma Comissão Permanente responsável por acompanhar este processo. No âmbito dos Câmpus existe uma Comissão Local a qual é composta por representantes dos docentes, dos discentes, dos técnicos-administrativos e do setor sociopedagógico. Ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016, a Comissão Local do Câmpus São José dos Campos promoveu reuniões para discutir o PDI do Câmpus.

Já o Conselho de Câmpus (CONCAM) é um órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito de cada Câmpus (IFSP, 2014). São competências desse órgão subsidiar e assessorar a Direção Geral no que se refere a:

- I. informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão;
 - II. diretrizes e metas de atuação do Campus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional;
 - III. calendários acadêmicos do campus;
 - IV. promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade;
 - V. questões submetidas à sua apreciação;
 - VI. propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações
- (REGIMENTO GERAL DO IFSP, 2014).

Vale destacar que o Conselho de Câmpus é composto por representantes dos segmentos: docentes, discentes e técnicos-administrativos. Além desses, fazem parte da composição do CONCAM três representantes da comunidade externa, sendo um egresso, ou na ausência deste um representante dos pais de alunos; um representante da sociedade civil e um representante do poder público municipal ou estadual. O Diretor Geral do Câmpus é membro nato do CONCAM (IFSP, 2015).

4.5 O Câmpus São José dos Campos e as atividades de ensino, pesquisa e extensão

As subseções a seguir apresentam como estão organizadas e desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão no Câmpus São José dos Campos.

4.5.1 Ensino

De acordo com o Estatuto do IFSP (2013), as suas atividades de ensino estão organizadas em:

- Formação Inicial e Continuada de trabalhadores;

- Educação Profissional Técnica de nível médio;
- Educação superior de graduação e;
- Pós-Graduação.

Atualmente, no Câmpus São José dos Campos só não são ofertados cursos de pós-graduação. Contudo, a implantação de cursos nessa modalidade já está prevista no PDI do Câmpus e vem sendo estudada. No Câmpus, a área de ensino é representada no organograma pela Diretoria Adjunta Educacional, a qual deve dentre outras coisas:

- I. Acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico;
- (...) III. Acompanhar e analisar a elaboração e implementação de Projeto Pedagógico de Curso;
- IV. Analisar e acompanhar a execução de projetos de ensino;
- (...) **X. Buscar intercâmbio entre as instituições de formação profissional, ensino básico e superior e as demais organizações de ensino juntamente com a coordenadoria de extensão;**
- (...) XVII. Implantar e acompanhar os cursos regulares na educação básica e na graduação; (...). (RESOLUÇÃO IFSP 26, 2016, p.32-35, grifo nosso).

Como já foi dito anteriormente, o Câmpus São José dos Campos teve sua primeira oferta de vagas no segundo semestre de 2012. As vagas foram distribuídas para os cursos de Automação Industrial e Mecânica. Foram “160 vagas: 80 vagas para o curso técnico em Automação e 80 vagas para o curso técnico em Mecânica. Para cada um desses cursos foram oferecidas 40 vagas no período vespertino e 40 vagas no período noturno” (IFSP, 2013, p. 305).

Vale destacar que, para completar as turmas do curso de Mecânica foram realizados mais dois processos seletivos simplificados, sendo um em julho/2012 e outro em agosto/2012. O primeiro por meio do edital IFSP 189/2012 e o segundo por meio do edital IFSP SJC 01/2012.

No primeiro semestre de 2013, também foi necessária a abertura de processo seletivo simplificado para completar a turma vespertina do curso de mecânica. Nesse caso, no edital 38 de 07 de Fevereiro de 2013 foram ofertadas 12 vagas para o referido curso.

No primeiro semestre de 2014, para completar as turmas de Mecânica e Automação Industrial foi preciso abrir processo seletivo simplificado para 18 vagas do curso de Automação e 14 do curso de mecânica. Tal processo foi regido pelo edital 36 de 6 de fevereiro de 2014.

Ainda em 2014, no segundo semestre, também foi necessário abrir processo seletivo simplificado para completar as turmas do período vespertino dos cursos, sendo

ofertadas 09 vagas para automação industrial e 19 vagas para mecânica. Esse processo seletivo foi formalizada por meio do edital 849 de 30/07/2014.

É importante destacar que, no primeiro semestre de 2015, o Câmpus passou a ofertar também o curso de eletrotécnica. Naquele semestre, houve abertura de processo seletivo simplificado para preenchimento de 72 vagas remanescentes sendo: 15 para automação industrial no período vespertino, 13 para mecânica no período vespertino, 25 para eletrotécnica no período vespertino e 19 no período noturno, conforme divulgado no edital 101 de 13/02/2015.

No segundo semestre de 2015, houve processo seletivo simplificado para completar as turmas dos cursos de eletrotécnica e mecânica ambas nos turnos vespertinos, sendo ofertadas 21 vagas para eletrotécnica e 10 para mecânica, conforme pode ser constatado no edital 334 de 23/06/2015.

Na primeira oferta em 2012, merece destaque o fato de que o curso Técnico em Mecânica período vespertino teve menos de um candidato por vaga, conforme pode ser constatado no relatório de gestão do ano de 2012 (IFSP, 2013). No primeiro semestre de 2013, a relação candidato por vaga do curso técnico em mecânica do período vespertino foi de 1,05 e de automação industrial período vespertino de 1,65. Merece destaque o fato de que, no segundo semestre de 2013, não foram ofertadas vagas no período vespertino (IFSP, 2014).

Pode-se observar que, na maioria dos casos, o número de candidatos por vaga é menor nos cursos ofertados no período vespertino. A dificuldade no preenchimento dessas vagas pode ser justificada pelo fato de que, geralmente, o público dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes ao ensino médio exerce algum tipo de atividade remunerada, o que pode inviabilizar a participação em cursos ofertados no período da tarde. Talvez seja interessante realizar um estudo de demanda para minimizar a dificuldade em completar turmas no período vespertino. Ou mesmo pensar sobre a possibilidade de não ofertar cursos nessa modalidade nesse período do dia.

A partir de 2014, a relação de candidato por vaga passou a ser discriminada no Relatório de Gestão do IFSP em termos gerais, isto é, a relação entre o total de inscritos nos cursos e o número total de vagas ofertadas. Assim, no primeiro semestre de 2014 a relação candidatos por vaga no Câmpus foi de 2,3 e no segundo semestre de 2,2 (IFSP, 2015).

Merece destaque o fato de que o índice de eficiência acadêmica apresentado pelo Câmpus reduziu de 2014 para 2015 de 40,4 para 25,9 (IFSP, 2016). Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam os cursos (IFSP, 2016). Os

resultados encontrados em tal relatório de gestão acenam a necessidade de se avaliar o porquê desta redução.

No Relatório de Gestão do IFSP do ano de 2015 há também a menção de que foi possível constatar índices elevados de eficiência nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio sugerindo que a implantação de cursos nesta modalidade pode contribuir de forma determinante para a melhoria no resultado desse indicador (IFSP, 2016).

Conforme já exposto em momentos anteriores, até o ano de 2017 o Câmpus ainda não tinha ofertado cursos na modalidade integrado, o que leva a acreditar que este fato pode ter contribuído para a redução em seu índice de eficiência acadêmica.

A tabela 2 e o gráfico 1 apresentam sucintamente alguns dados relativos à evasão/abandono de curso no Câmpus no biênio 2015/2016. Importa esclarecer que neste caso a evasão foi entendida como o abandono do curso, seja por cancelamento voluntário ou compulsório.

Tabela 2: Evasão nos cursos concomitantes/subsequentes do Câmpus no biênio 2015/2016.

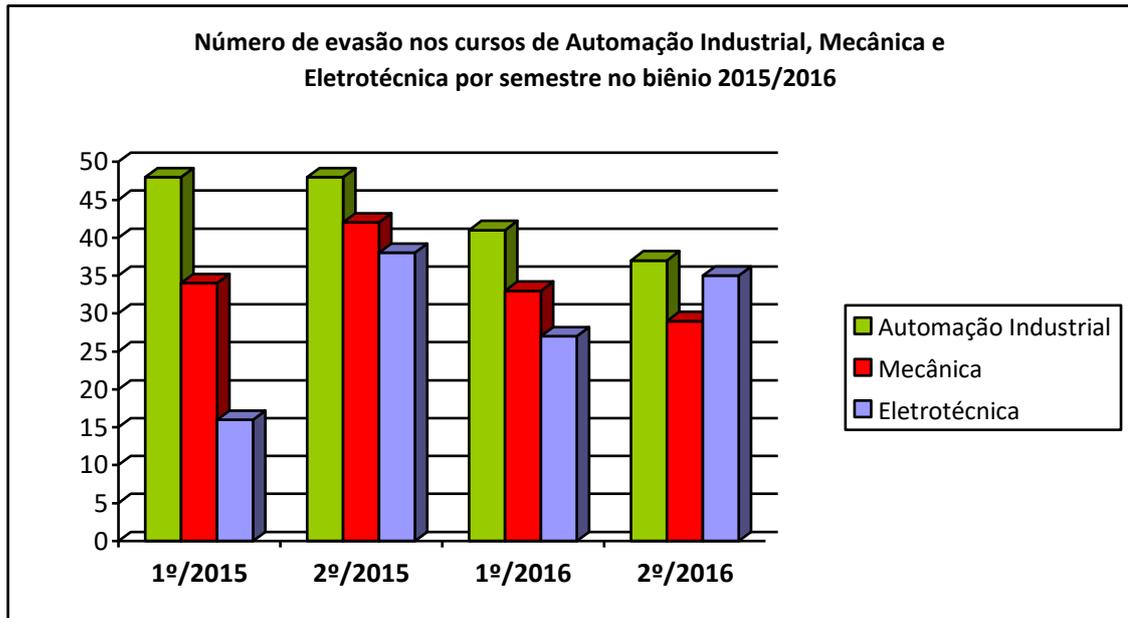
Semestre/ano	Curso	Evasão no semestre	Entrada no semestre
1/2015	Automação Industrial	48	80
1/2015	Mecânica	34	80
1/2015	Eletrotécnica	16 ⁷	80
2/2015	Automação Industrial	48	80
2/2015	Mecânica	42	80
2/2015	Eletrotécnica	38	80
1/2016	Automação Industrial	41	80
1/2016	Mecânica	33	80
1/2016	Eletrotécnica	27	40
2/2016	Automação Industrial	37	80
2/2016	Mecânica	29	80
2/2016	Eletrotécnica	35	80

Fonte: Adaptado de IFSP, 2017.

Convém destacar que estes dados são aproximados, haja vista que o Câmpus ainda não possui um diagnóstico completo e detalhado com dados de evasão e retenção. Conforme disposto no relatório de gestão 2015, foram criadas comissões de permanência e êxito em todos os Câmpus para atuarem neste sentido (IFSP, 2016).

⁷Primeiro ano de oferta do curso. Oferta de 40 vagas o que corresponde a quase 50% do total.

Gráfico 1: Evasão nos cursos concomitantes/subsequentes do Câmpus no biênio 2015/2016.



Fonte: Adaptado de IFSP, 2017.

A partir de registros do Câmpus, foi possível verificar que o principal motivo de evasão nos cursos técnicos concomitantes/subsequentes ocorre quando o aluno não realiza a matrícula. Entre aqueles que solicitaram o cancelamento, notou-se que os motivos mais citados foram:

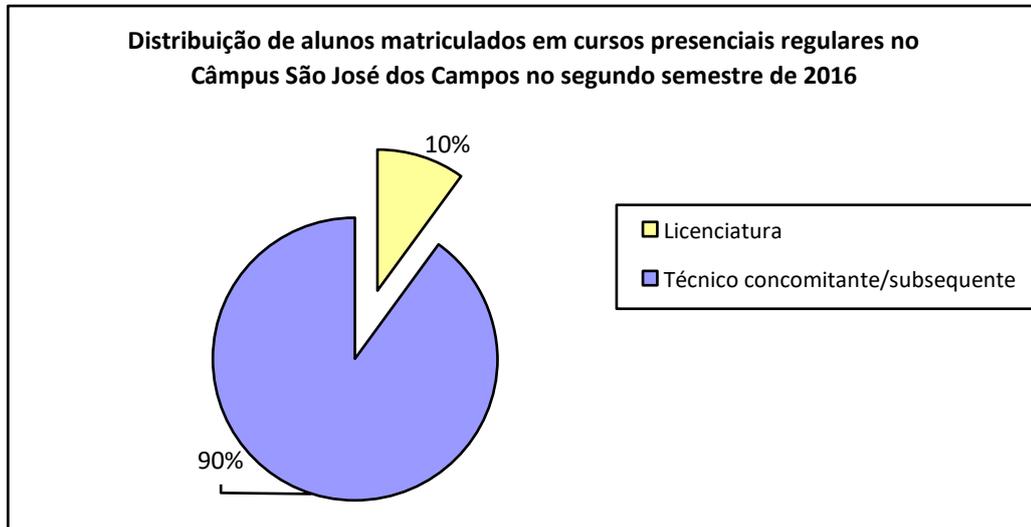
- Não identificação com o curso;
- Motivos pessoais/profissionais como falta de tempo para se dedicar ao curso;
- Decisão de fazer outro curso.

No que diz respeito à evasão dos cursos de licenciatura, que foram implantados no primeiro semestre de 2016, foi possível verificar que o curso de Matemática possui um número maior de alunos que abandonaram o curso (30) se comparado ao curso de química (13). No caso da Licenciatura em Química, foram treze alunos evadidos no ano de 2016. Desses, cinco solicitaram o cancelamento por terem ingressado em outra faculdade. Cumpre esclarecer que tais dados são relativos ao segundo semestre de 2016.

No caso da diminuição de alunos nos cursos de licenciatura, é preciso levar em conta que essa modalidade de ensino tem sido cada vez menos procurada por pessoas interessadas em ingressar em uma faculdade. Uma das principais justificativas para essa realidade é a crescente desvalorização da profissão de professor pelos governos (baixo salário, más condições de trabalho) e, conseqüentemente, pelo cidadão brasileiro. Tal fato tem

reduzido, cada vez mais, o número de matrículas em cursos voltados para formação de professores.

Gráfico 2: Distribuição dos alunos do Câmpus por tipo de curso



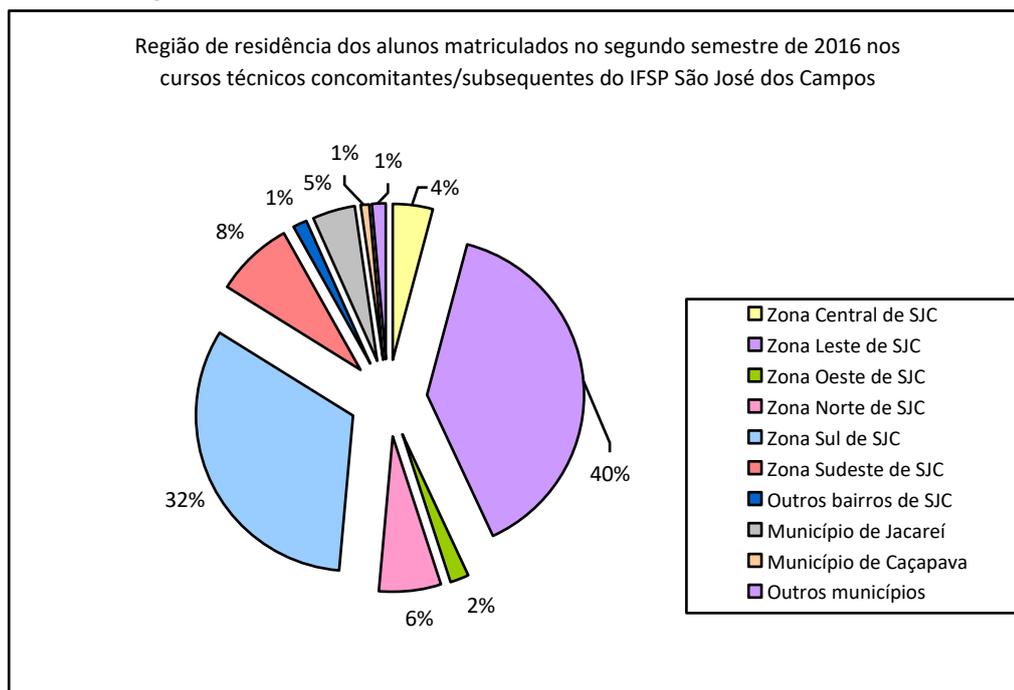
Fonte: Adaptado de IFSP, 2017.

O Câmpus possuía até Dezembro de 2016 aproximadamente 765 alunos matriculados em cursos presenciais regulares, sendo 39 do curso de Licenciatura em Química, 37 do curso de Licenciatura em Matemática, 244 do Técnico em Automação Industrial, 177 do Técnico em Eletrotécnica e 268 do Técnico em Mecânica.

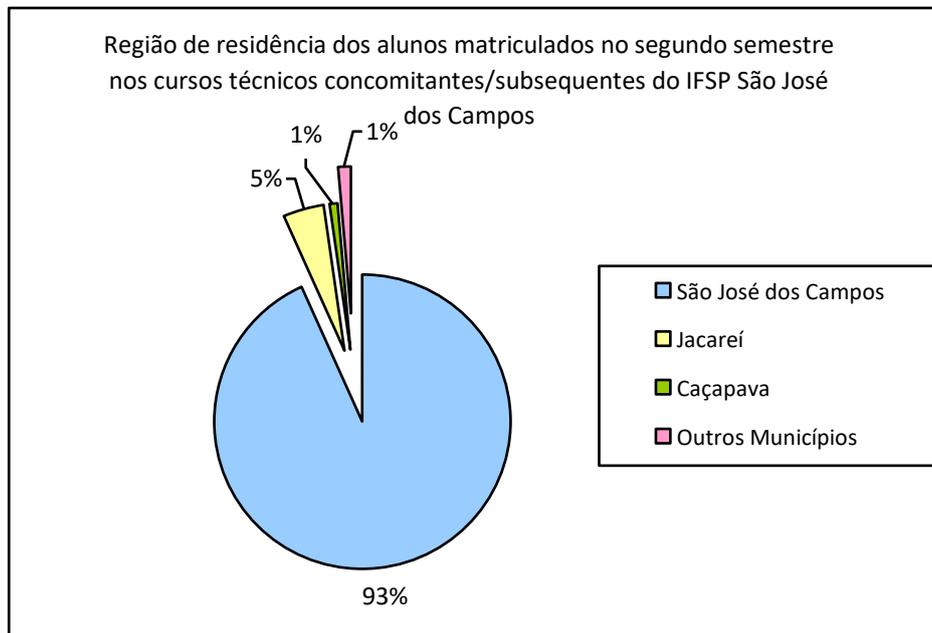
Conforme pode ser constatado no gráfico 2, no segundo semestre de 2016 o Câmpus possuía 90% de seus alunos matriculados em cursos técnicos concomitantes/subsequentes e 10% em licenciaturas.

Outro fato que merece ser destacado é que a maior parte dos alunos matriculados em cursos concomitantes/subsequentes do Câmpus reside na região leste e na região sul de São José dos Campos (IFSP, 2017). O gráfico 3 apresenta essa informação de forma mais detalhada.

Conseqüentemente, foi possível verificar também, conforme demonstrado no gráfico 4, que 93 % destes alunos residem no município de São José dos Campos. Merece destaque o fato de que 5% reside em Jacareí, município que também possui uma unidade do IFSP e oferece cursos na área de Administração, Informática, Logística e Design de Interiores.

Gráfico 3: Região de residência dos alunos matriculados nos cursos técnicos no 2º semestre de 2016

Fonte: Adaptado de IFSP, 2017.

Gráfico 4: Município de residência dos alunos matriculados nos cursos técnicos no 2º semestre de 2016

Fonte: Adaptado de IFSP, 2017

Enfim, estes são alguns dados relevantes da atividade de ensino desempenhada no Câmpus São José dos Campos. A subseção a seguir apresenta algumas informações relativas à atividade de Pesquisa.

4.5.2 Pesquisa

A pesquisa é outro pilar no qual estão assentadas as atividades desenvolvidas pelo IFSP e seu Câmpus em São José dos Campos. De acordo com o PDI IFSP 2014-2018, as atividades de pesquisa dos Câmpus do IFSP seguem os princípios dispostos pelo MEC no documento que apresentou as concepções e diretrizes para implantação dos Institutos Federais.

Desse modo, no âmbito do IFSP, a atividade de pesquisa segue o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. E mais, “os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização no plano nacional e global” (MEC, 2010, p.35).

O Estatuto do IFSP (2013) prevê que,

Art. 35 - As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Art. 36 - As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional (ESTATUTO IFSP, 2013, p. 13).

No Câmpus São José dos Campos as atividades de pesquisa desenvolvidas são: Iniciação Científica Institucional, Iniciação Científica de Agências de Fomento e Iniciação Científica Voluntária. Há anualmente no Câmpus a semana de ciência e tecnologia, espaço onde são apresentadas e discutidas as ações de pesquisa desenvolvidas pelo Câmpus (IFSP, 2016).

De acordo com o IFSP (2016), no ano de 2015 havia cinco projetos de iniciação científica institucional sendo desenvolvidos no Câmpus. As linhas de pesquisa dos projetos concentravam-se nas áreas de Robótica, Software básico, Automação eletrônica de processos elétricos e industriais, Engenharia elétrica e Engenharia biomédica.

Importante destacar que dentre as pretensões expostas no PPP do Câmpus está a de que a área de pesquisa se consolide e, por conseguinte, o Câmpus possa ser referência de pesquisa em algumas áreas para a região (IFSP, 2016).

A área de Pesquisa do Câmpus está sob a responsabilidade da Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPI). Esta unidade é responsável por ações estratégicas como, por exemplo, incentivar, apoiar, mapear e supervisionar projetos de pesquisa e inovação do Câmpus, assim como suas articulações com a sociedade e seus meios produtivos. A CPI também é responsável por colaborar no mapeamento dos aglomerados e arranjos produtivos locais, promovendo sua articulação com os cursos, grupos de pesquisa, projetos de inovação em todos os níveis (RESOLUÇÃO IFSP 26, 2016).

Além disso, à CPI também cabe incentivar, colaborar e/ou promover intercâmbios, convênios ou cooperações com outras instituições científicas e tecnológicas, a fim de estimular o estabelecimento de contatos entre pesquisadores e para o desenvolvimento de projetos comuns. Outra ação de responsabilidade da CPI é colaborar e prospectar convênios para projetos entre o Câmpus local ou outros Câmpus com os meios produtivos (RESOLUÇÃO IFSP 26, 2016).

Por fim, cabe destacar que não foram encontradas mais informações nos documentos e relatórios de gestão com relação à atividade de pesquisa. Tal fato pode acarretar na ausência de informações relevantes sobre as atividades de pesquisa desenvolvidas no Câmpus o que deve ser considerado como uma limitação deste estudo.

4.5.3 Extensão

Segundo a Lei 11892/08, as atividades de extensão desenvolvidas pelos Institutos Federais devem estar de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Nesse sentido, o Estatuto do IFSP (2013) prevê que suas atividades de extensão devem viabilizar uma relação transformadora entre o IFSP e a sociedade. Destaca ainda que suas atividades de extensão têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social por meio da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

De acordo com o IFSP (2016), algumas atividades de extensão desenvolvidas no ano de 2015 no Câmpus foram: Curso de Libras, visitas técnicas, acompanhamento de egressos realizado pela PRX, projetos acadêmicos, culturais e artísticos. Importante observar algumas sugestões do PPP 2015-2019 com relação às atividades de extensão do Câmpus:

- 1) a partir de diagnóstico das necessidades da comunidade, oferta de cursos de iniciação, de atualização e de aperfeiçoamento, de modo a que possam se constituir em instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente, em convênio com outras instituições congêneres;
- 2) realização de eventos como congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, com painéis variados, reunindo apresentadores e debatedores de renome em áreas de interesse do curso, integrando comunidade acadêmica, órgãos públicos e comunidade em geral;
- 3) promoção de ações conjuntas, interagindo com entidades educacionais e assistenciais, ONG e outras, em benefício da comunidade local;
- 4) ampliação das possibilidades de convênios com instituições privadas, públicas e terceiro setor, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;
- 5) oferta de serviços, direta ou indiretamente, desde que sejam realizados em conformidade com os objetivos institucionais; 6) prestação de serviços profissionais e assistenciais dirigidos à população, em campos de atuação para os quais a Instituição desenvolve conhecimento ou qualifica seus alunos (IFSP, 2016, p.79).

De acordo com o Relatório de Gestão 2015 (IFSP, 2016), ainda no âmbito da extensão, Câmpus alcançou oito resultados com estágios no ano de 2015. Nesse caso, é preciso considerar, conforme apontado no mesmo documento, que a quantidade de estágios concluídos está diretamente relacionada ao período de início das atividades dos câmpus e de oferta de novos cursos com a expansão do IFSP (IFSP, 2016).

Por fim, cabe ressaltar que devido ao fato de não se encontrar informações consolidadas a respeito da atividade de extensão do Câmpus, pode-se ter deixado de incluir nessa pesquisa dados relevantes. Essa ausência de sistematização das atividades de extensão, especialmente no relatório de gestão, merece atenção, haja vista que a extensão cumpre um papel muito especial no que diz respeito à interlocução dos Câmpus com a comunidade. Nesse sentido, torna-se importante a apresentação periódica de diagnósticos das atividades desenvolvidas assim como tem sido feito com a atividade de ensino.

Diante das informações apresentadas até aqui, foi possível verificar características da região onde está instalado o Câmpus São José dos Campos, bem como foi sua estruturação ao longo dos anos. Em complemento, a seção a seguir apresenta informações obtidas a partir da aplicação de entrevistas e questionários a servidores atuantes no Câmpus e uma discussão sucinta a partir dos dados levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Apresentação dos dados obtidos por meio de aplicação de entrevistas

Inicialmente convém esclarecer que nesta pesquisa a aplicação de entrevista teve como principal objetivo a obtenção de dados relativos ao processo implantação do Câmpus na cidade de São José dos Campos, a fim de complementar e confrontar as informações coletadas nas pesquisas bibliográfica e documental.

As entrevistas foram aplicadas nos meses de abril e maio de 2017 a servidores atuantes nas áreas de gestão acadêmica e administrativa do Câmpus e que vivenciaram o processo inicial de implantação da unidade. A aplicação ocorreu no próprio câmpus, em dias diferentes e durou aproximadamente trinta minutos com cada entrevistado. O roteiro, bem como a transcrição das entrevistas pode ser conferido nos apêndices A e B.

Conforme já mencionado na seção que trata da metodologia adotada nesta pesquisa, as perguntas foram desencadeadas a partir dos seguintes pontos:

- processo de instalação e inauguração da unidade em São José dos Campos;
- facilitadores e dificultadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus;
- instrumentos ou espaços de deliberação para diálogo com a comunidade interna e externa;
- avaliação da presença do Câmpus no município e no seu entorno;
- metodologia utilizada para implantação de cursos no Câmpus e;
- indicação de instituições que o Câmpus poderia se relacionar.

A partir das respostas dos entrevistados, foi possível verificar que o processo de implantação do Câmpus se iniciou a partir de negociações entre um político da região, a Petrobrás e o IFSP. Isto pode ser constatado nos trechos retirados das respostas dos entrevistados:

Pesquisadora: (...) Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como se deu o processo de instalação e inauguração da unidade do Câmpus do IFSP São José dos Campos.

Entrevistado 1: “Um deputado federal da época, que posteriormente se candidatou a prefeito do município, conseguiu que o governo federal aprovasse a instalação de uma unidade do IFSP em São José dos Campos. A princípio não havia local para funcionamento do Câmpus. Este local foi obtido por meio de negociação entre o

IFSP (Pró-Reitoria de Expansão), o então Deputado Federal e a Petrobras mediante acordo com a PETROBRAS (...).”

Entrevistado 2: “Por meio de contato entre o Reitor anterior com políticos da região (...).”

Entrevistado 3: Aproximadamente entre 2010 e 2011 foi fechado um acordo entre um então Deputado Federal, o MEC e a Petrobrás (...).”

É possível notar que as informações elencadas pelos entrevistados vão ao encontro das informações veiculadas na mídia na época em que foi firmado o acordo. Tal fato pode ser conferido na seção anterior.

Além disso, o próprio Relatório de Gestão do IFSP do ano de 2011 listou a celebração do acordo como uma ação desenvolvida pela instituição. Segundo este documento, no ano de 2011, “foram realizadas tratativas com a Petrobrás, formalizando a cessão de uso do terreno de sua propriedade, onde será implementado o Campus São José dos Campos - Petrobrás” (IFSP, 2012, p.255).

Pelo que foi dito pelos entrevistados, ficou evidente a importância da formação de parceria entre os atores para a concretização da implementação do Câmpus. De acordo com Fleury (2005, p.79),

(...) há uma tendência para a crescente interdependência funcional entre atores públicos e privados na consecução de uma política, e apenas por meio das redes de políticas pode-se garantir a mobilização dos recursos dispersos e dar uma resposta eficaz aos problemas de políticas públicas.

Assim, pode-se dizer que, no caso da implantação do Câmpus São José dos Campos, o estabelecimento de relações entre os atores envolvidos (IF, Petrobrás e político da região) teve como objetivo a solução de um problema: a aquisição de um local para que o Câmpus pudesse ser efetivamente implantado. Nesse caso, o recurso negociado foi um prédio que foi cedido pela Petrobras.

Em contrapartida, pelo que foi possível verificar no termo de parceria, a Petrobrás solicitou a associação de sua marca à identificação do Câmpus. Além disso, destacou no documento o seu interesse em atender jovens em situação de vulnerabilidade social, moradores do entorno da área de atuação da Petrobrás (PETROBRAS, 2011).

No relatório de gestão do ano de 2012 o tema ainda constou como ação da instituição. De acordo com o documento, em 2012 deu-se continuidade às tratativas para a implementação dos câmpus que compunham a Fase III, dentre eles o de São José dos Campos. Interessante destacar que no ano de 2013, o relatório de gestão do IFSP apresentou uma nova realidade à situação do Câmpus São José dos Campos, conforme pode ser verificado no trecho a seguir foi tomada a decisão de mudança de sede da unidade.

Outro grande desafio foi a decisão da mudança do campus, da sua atual localização, que fica em regime de comodato, para buscar junto à prefeitura de São José dos Campos a doação de um terreno que atendesse a perspectiva da instituição. A prefeitura ofertou a doação de um terreno que será avaliado pela Reitoria do IFSP para que possa dar andamento ao processo (IFSP, 2014, p.558).

É relevante destacar que nos relatórios de gestão posteriores, isto é, de 2014 e 2015, nem a permanência nem a mudança de localização foram mencionados pela instituição. Diante do que foi relatado, tornam-se pertinentes alguns questionamentos: 1) por que no momento de instalação do Câmpus optou-se em primeiro momento por escolher um prédio já edificado ao invés de construir um que já atendesse à demanda da instituição? 2) no momento da escolha da edificação cedida pela Petrobrás toda a perspectiva de expansão da unidade foi considerada? Isto é, foram consideradas as necessidades estruturais para funcionamento de uma unidade escolar do modelo de um instituto federal? 3) quais motivos embasaram a decisão de mudança de localização da instituição e por que nos relatórios de gestão posteriores tal assunto não foi novamente colocado em pauta?

Assim, a implantação do Câmpus do IFSP em São José dos Campos, possibilitou observar a política pública em sua dimensão de mediação institucional. Isto porque, conforme dito por Teixeira (2002), “as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais” (TEIXEIRA, 2002, p.5).

Agora com relação aos aspectos que os entrevistados consideraram como dificultadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus merecem destaque os seguintes:

Entrevistado 1: Considero como dificultadores a localização do Câmpus, a restrição de utilização do espaço por ser cedido. Outro fato que dificulta é que a cidade é grande, com diversas outras instituições que oferecem os mesmos cursos, níveis de escolaridade que o Câmpus; há também um certo distanciamento com a Prefeitura; concorrência com as demais instituições como ETEC e CEPHAS (...).

Entrevistado 2: (...) Considero como dificultadores: o acesso ao câmpus, caso haja dependência de transporte público; não ter tido um trabalho de divulgação do Câmpus anterior (na parte de implantação do Câmpus em si). Apesar dos cursos serem na área de tecnologia não se sabe se realmente eles atendem os anseios da comunidade.

Entrevistado 3: (...) neste ano específico a grande redução do orçamento, dificulta a aquisição de bens e a administração.

A localização foi um dificultador citado por dois, dos três entrevistados. Essa constatação parece ir ao encontro de um dos questionamentos levantados no ponto anterior,

no que se refere aos critérios adotados para escolha do local para instalação da unidade em São José dos Campos. Por tratar-se de uma unidade de ensino com pretensão de aproximação e de atendimento às especificidades regionais, acredita-se que a localização deve ser um ponto importante a ser considerado. Isto porque, a inexistência de uma ancoragem precisa nos laços sociais locais, “o mesmo é dizer sem uma ancoragem nos cidadãos que deles são portadores, a localização de qualquer política pública tenderá a ser ineficaz ou portadora de profundas debilidades (...)” (RUIVO, 2002, p.6).

Atualmente, pelo que pode ser verificado no sítio da prefeitura do município, somente uma linha de transporte público atende o local onde o Câmpus está situado, ainda assim em horários reduzidos e trajeto restrito. Nota-se assim que o Câmpus enfrenta dificuldades no aspecto de localização, especialmente no que diz respeito às condições de acesso, em especial de pedestres; e também por estar situado dentro de outra instituição.

Outro ponto considerado como dificultador para desenvolvimento das atividades no Câmpus e que foi apresentado pelo entrevistado 1 é o fato do Câmpus oferecer os mesmos cursos, nos mesmos níveis de escolaridade que outras instituições já consolidadas no município. Neste caso, pode-se citar, por exemplo, o CEPHAS (Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza), instituição pública municipal que oferece o curso de Mecânica concomitante ao ensino médio; a ETEP (Escola Técnica Professor Everardo Passos) instituição particular que oferece o curso de mecânica nas modalidades integrado ao ensino médio e subsequente. Também oferece o curso técnico de mecânica a Escola SENAI Santos Dumont e o SENAC de São José dos Campos. Já a ETEC Liza Nascimento Pintus, instituição pública estadual, oferece o curso técnico de Automação Industrial nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio (SISTEC, 2017).

Esta constatação instiga o levantamento de alguns questionamentos como: 1) embora já existissem algumas instituições, inclusive públicas, que já ofereciam os mesmos cursos, quais outros fatores podem ter sido motivadores para que a escolha recaísse em cursos já ofertados na região? Algumas das justificativas apresentadas para abertura dos referidos cursos é o levantamento da demanda local e a realização de audiência pública com representantes da região. Diante da realidade verificada, até que ponto tal metodologia pode ser considerada como potencialmente relevante para determinação dos cursos a serem ofertados por uma unidade de um Instituto Federal?

O entrevistado 1 destaca ainda um ponto que também merece atenção, o de que na sua concepção há um certo distanciamento entre o Câmpus e a Prefeitura. Dessa passagem, pode-se sugerir que há uma baixa interação entre as duas instituições no que diz respeito à

possível formação de redes. Uma pressuposição que pode ser levantada é que os atores de ambas instituições não se relacionam; ou as relações existentes são fracas. Evidencia-se mais uma vez a importância das redes de interação no intercâmbio de recursos entre instituições/atores para sucesso de uma política pública.

Como fatores facilitadores o clima organizacional e a estrutura do quadro de servidores, tanto no que diz respeito à quantidade quanto à qualidade foram os aspectos mais pontuados pelos entrevistados.

Ao serem questionados sobre os instrumentos e espaços disponibilizados pelo IFSP para estabelecimento de diálogo com a comunidade externa, os entrevistados apontaram: a existência do Conselho de Câmpus, a realização de projetos de extensão e a realização de visitas a escolas.

Com relação ao CONCAM, conforme pôde ser constatado nas atas publicadas pelo órgão, foi possível verificar que somente no segundo semestre de 2016 o órgão conseguiu incluir em seu quadro um representante da comunidade externa do segmento egresso. Outro fato verificado foi que, na maioria de suas reuniões, não esteve presente o membro representante do poder público municipal/estadual. Além disso, desde sua primeira reunião o órgão tem encontrado dificuldade para manter esse segmento com o número mínimo de representantes. Foi possível constatar ainda que em nenhuma das reuniões do CONCAM esteve presente um representante do segmento da sociedade civil organizada. Isto se deve ao fato de que desde sua primeira formação, em outubro de 2015, até o presente momento o órgão não possui em seu quadro de composição um representante da sociedade civil organizada.

Essa realidade apresenta um ponto relevante, isto é a baixa ou quase nula participação da comunidade externa nos processos decisórios do Câmpus. E nos leva a alguns questionamentos: 1) Por que existe baixa/nenhuma participação da comunidade externa no Conselho do Câmpus? 2) A metodologia adotada para escolha dos representantes tem sido efetiva? 3) O que tem sido oferecido aos representantes da comunidade externa como contrapartida de sua participação no Conselho de Câmpus? 4) Essa forma de representação é realmente a mais adequada?

Os entrevistados afirmaram que consideram os espaços de deliberação existentes como adequados, mas não suficientes. Para aprimorar o cenário existente apresentaram as seguintes sugestões:

Entrevistado 1: Talvez uma reunião periódica/bimestral, com a comunidade, com os pais de alunos.

Entrevistado 2: (...) um trabalho mais forte na área de marketing. Divulgação nas redes de televisão, rádios, num sentido mais profissional. Contratar uma empresa de divulgação. Começar a fazer parte do núcleo político da região. Há necessidade de uma comunicação mais política com os representantes políticos da região. (...)O IF precisa estabelecer uma aproximação política e social com a região.

Entrevistado 3: Para aumentar o diálogo, a extensão pode fazer contato com dois tipos de público: 1) empresas: para dialogar e conseguir estágio para alunos; 2) escolas públicas: os docentes estabelecerem contatos com escolas públicas para trabalhar na divulgação e oferta de cursos.

Ao serem solicitados para avaliar a presença do IFSP em São José dos Campos e seu entorno, os entrevistados apresentaram os posicionamentos descritos nos trechos a seguir:

Entrevistado 1: Pela cidade ser grande, pelo **número de instituições de ensino**, o Câmpus não tem grande visibilidade, pelo fato do governo federal não fazer propaganda em grande massa como as outras instituições. Devido à **localização**, o Câmpus fica mais conhecido quando o aluno faz estágio ou são feitas divulgações em escolas.

Entrevistado 2: Ainda é precária. Não se sabe se viemos para atender o anseio da região ou o anseio político. O que tem sido feito é tentar atender os anseios e necessidades da região. Pelo menos é o trabalho que tem sido feito de forma não sistêmica, mais pontual por meio de alguns setores, eu sou uma dessas pessoas. É preciso identificar as necessidades para que a gente venha atender efetivamente os anseios da comunidade. Entendo que tem que ser uma coisa política do Câmpus e não um ato isolado, ser uma diretriz, um processo organizado. Se analisarmos pelo número de alunos que temos hoje, em relação a outros Câmpus com o mesmo tempo de atuação, não estamos tão ruins, tão fora da necessidade da região. Temos que avaliar de outras formas como estamos conseguindo isso.

Entrevistado 3: São José dos Campos é uma **cidade muito grande e possui muitos cursos de qualidade** tanto de nível superior quanto de nível técnico. Estão presentes no município o ITA, o sistema S, a ETEC e o CEPHAS. Todas essas instituições são públicas e tem oferta de cursos técnicos e superiores. Nós somos uma instituição a mais que está crescendo para fazer a diferença entre as outras. Este é um processo que pode demorar alguns anos porque dependerá de todos os cursos possuírem concluintes para atuar na cidade e trocar com isso o conhecimento com a sociedade.

Como se vê, as respostas apresentadas corroboram as constatações anteriores, especialmente no que diz respeito à escolha pela localização e pelos cursos a serem ofertados pelo câmpus.

Também foi solicitado aos entrevistados que relatassem a partir de seu conhecimento e vivência a metodologia adotada para escolha e implementação de cursos no Câmpus. Pelo que foi possível verificar que, aparentemente, houve participação da comunidade externa quando da abertura do Câmpus, no momento de escolha do eixo de oferta dos cursos. Isto porque geralmente esta escolha ocorre por meio da realização de audiências

públicas abertas ao público em geral. A partir daí, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional que fixará para um determinado período quais os cursos deverão ser implantados dentro daquele eixo (eixos) pré-definidos. No caso do Câmpus São José dos Campos, quem tem participado dessas reuniões do PDI tem sido essencialmente a comunidade interna. Tal fato pode ser constatado na análise do trecho a seguir:

Entrevistado 3: O planejamento e implementação de cursos novos no Câmpus se dá por meio de um estudo feito no âmbito da comunidade ao redor. São realizadas audiências públicas para verificar a real necessidade dos cursos. Como inicialmente no Câmpus começamos com o eixo tecnológico e industrial foram feitos os planejamentos dos novos cursos através do PDI, foram designados possíveis cursos que poderiam fazer parte dos novos cursos ofertados. Uma vez definido o PDI é preparado o PPC do curso. Nesse Projeto Pedagógico são elencadas todas as disciplinas do curso e toda carga horária do mesmo. Em seguida o PPC passa para aprovação do Comitê Técnico Profissional (CTP) que faz a avaliação e uma vez aprovado pelo CTP ele passa para aprovação do Conselho Superior e uma vez aprovado ele está disponível para ser ofertado para a comunidade por meio de processo seletivo, chamada pública ou SISU.

A partir do que foi exposto, é possível sugerir que houve baixa participação da comunidade externa na implementação do Câmpus, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento do PDI. Ressalte-se que, ainda que esta participação não seja obrigatória, considera-se que ela pode influenciar decisivamente na aderência ou não às propostas da unidade. Essa consideração só poderá ser comprovada a partir dos resultados obtidos com as escolhas feitas pelo Câmpus, a partir de indicadores como, por exemplo: relação de candidatos por vaga dos cursos e número e causa de evasão escolar. Além do mais, como já exposto anteriormente, a proposta governamental com a criação/transformação dos institutos federais é justamente incluir a comunidade no processo e funcionamento destas instituições.

Quando questionados sobre a efetividade da metodologia para implantação dos cursos no Câmpus os entrevistados informaram que pelo fato de não se ter um estudo não se pode afirmar com certeza se ela tem sido efetiva. Contudo, afirmaram acreditar que ao menos no que diz respeito à existência de demanda e ao fato de conseguirem completar as turmas, tudo indica que tem sido efetiva. Isso pode ser constatado no trecho a seguir:

Entrevistado 1: Tem sido efetivo porque até agora os cursos estão bem aceitos pelo mercado. Houve participação da comunidade externa apenas na abertura do Câmpus, as demais escolhas foram realizadas pela comunidade interna, bem como por meio de análise da demanda regional, conforme é mencionado nos Planos Pedagógico dos Cursos.

Entrevistado 2: Com relação a efetividade, não temos essa resposta, não sabemos, ainda não fizemos uma pesquisa para avaliar este aspecto. Temos turmas formadas é preciso saber como estão no mercado de trabalho. No que diz respeito à participação

da comunidade interna e externa a existência do Plano de Desenvolvimento Institucional é para isso, mas pela nossa experiência houve participação muito maior da comunidade interna. Não vi a participação da comunidade externa neste aspecto. (...).

É preciso destacar, porém, como detalhado na seção anterior, que na maioria das vezes o Câmpus apresentou dificuldades para preencher as turmas dos cursos ofertados, bem como tem apresentado um número considerável de evasão escolar. Ainda que estes dados precisem ser analisados detidamente, por se tratar de assuntos complexos que podem envolver inúmeros motivadores, não se pode descartar a pressuposição de que talvez sejam reveladores de um possível baixo interesse nos cursos ofertados pelo Câmpus.

Por fim, vale destacar que ao serem solicitados para enumerar as instituições que considerassem importantes que o IFSP estabelecesse uma relação, a indicação predominante foi a Prefeitura Municipal, as instituições públicas de ensino da região e a própria Petrobras. Constata-se assim, até mesmo por parte dos representantes da gestão acadêmica e administrativa do Câmpus, um baixo envolvimento entre os atores do Câmpus e da Petrobrás. Diante disso, surge o questionamento: quais são os motivadores da baixa interação entre Petrobrás e o Câmpus? Seguindo a linha dessa pesquisa, acredita-se que a resposta para este questionamento esteja relacionada à ocorrência de baixa interação entre os atores do Câmpus e da Petrobras.

Dando, continuidade a esta discussão, a subseção a seguir apresenta a análise dos resultados obtidos com a aplicação de questionário a servidores atuantes no Câmpus.

5.2 Apresentação dos dados obtidos por meio de aplicação de questionários

Para complementar as informações desta pesquisa foi aplicado um questionário aos servidores atuantes no Câmpus São José dos Campos. A aplicação deste questionário teve como principal objetivo verificar, de maneira geral, as redes de interações dos agentes implementadores da política pública de educação profissional no âmbito do Câmpus. Foram considerados agentes implementadores todos os servidores atuantes no Câmpus.

Para selecionar os servidores que responderiam à pesquisa foi utilizado o método de amostragem não probabilística por conveniência. Assim, o questionário foi aplicado a todos os servidores que estavam em exercício no Câmpus no mês de maio de 2017 e que se dispuseram a participar da pesquisa. Cumpre esclarecer que o questionário não foi

aplicado aos servidores que responderam à entrevista. A tabela 3 demonstra detalhadamente como foi a aplicação dos questionários.

Tabela 3: Detalhamento da metodologia utilizada para aplicação dos questionários

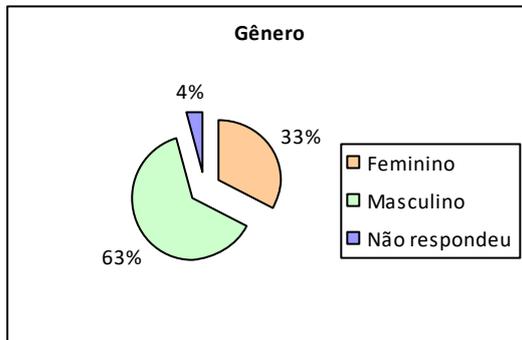
Descrição	Quantidade
Servidores em exercício no Câmpus em Maio de 2017	119
Servidores que efetivamente poderiam responder o questionário por não estarem afastados ou cumprindo alguma licença	111
Servidores que receberam o questionário	95
Servidores que não receberam o questionário por não estarem disponíveis no período de aplicação	6
Servidores que devolveram o questionário no período de aplicação	79
Servidores que não devolveram o questionário	16

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

5.3 Caracterização dos respondentes

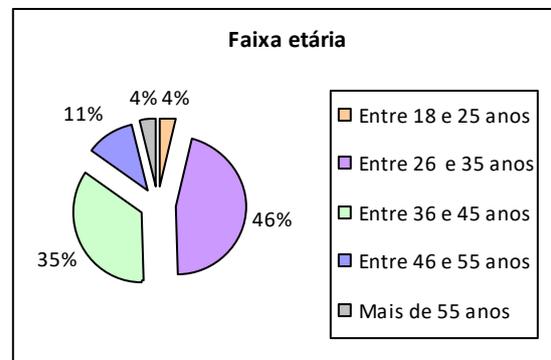
A maioria dos respondentes, 63%, é do gênero masculino. Mais de 80% possui entre 26 e 45 anos como pode ser verificado nos gráficos 5 e 6.

Gráfico 5: Gênero dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Gráfico 6: Faixa etária dos respondentes



Além disso, quase metade dos respondentes, cerca 48%, possui especialização ou mestrado. A tabela 4 apresenta detalhadamente a escolaridade dos respondentes.

Tabela 4: Escolaridade dos respondentes

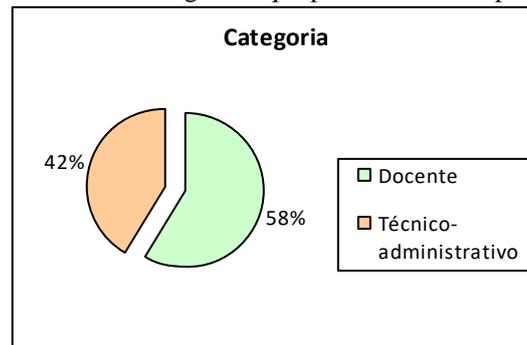
Escolaridade dos respondentes	
Escolaridade	%
Ensino Fundamental Completo	0%
Ensino Médio/Técnico Incompleto	0%
Ensino Médio/Técnico Completo	1,3%
Ensino Superior Incompleto	5,1%
Ensino Superior Completo	13,9%
Especialização	24,1%

Mestrado	34,2%
Doutorado	16,5%
Pós-Doutorado	5,1%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

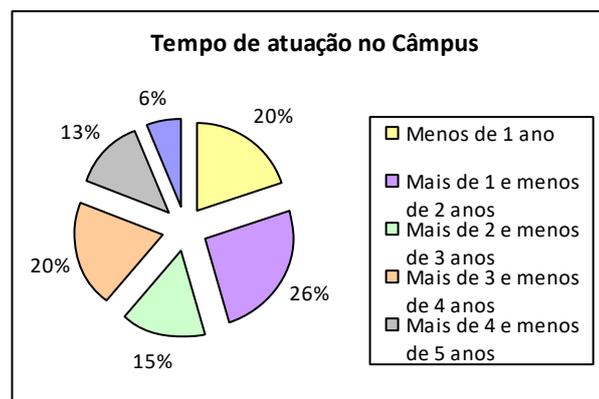
Dos 79 respondentes, 42% pertence à categoria técnico-administrativo e 58% à carreira docente. O gráfico 7 ilustra esta informação.

Gráfico 7: Categoria a que pertence cada respondente



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Gráfico 8: Tempo de atuação no Câmpus



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

No que diz respeito ao tempo de atuação no Câmpus, merece atenção o fato de que a maior parte dos respondentes, cerca de 61%, atua no Câmpus a menos de três anos, conforme detalhado no gráfico 8.

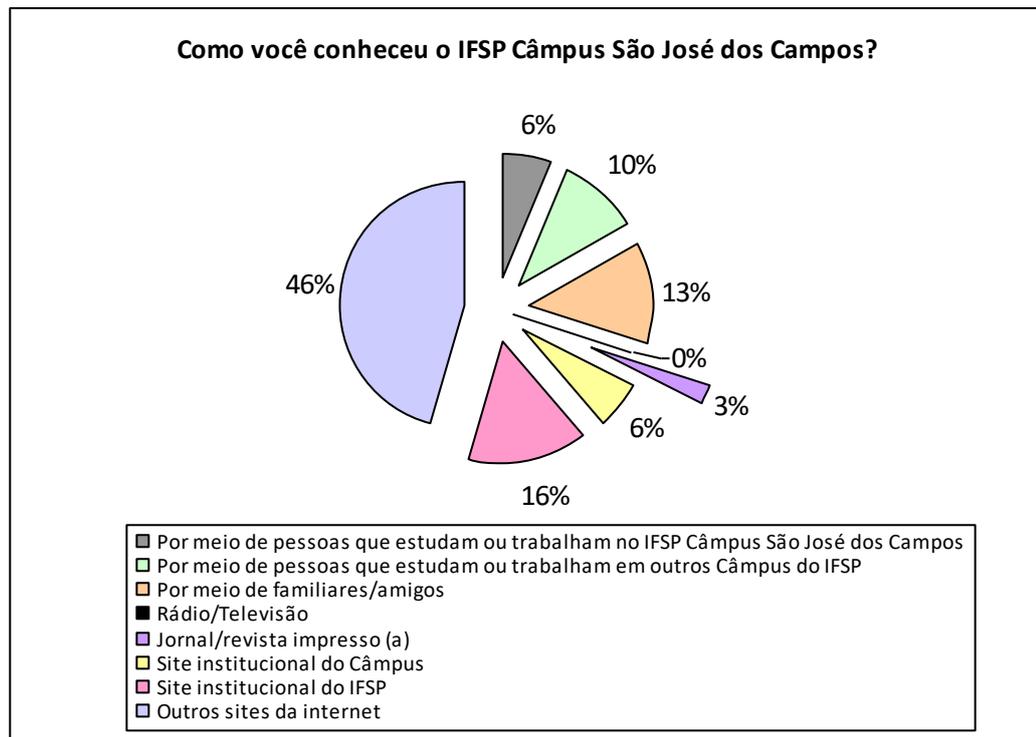
5.4 Análise da rede de interações dos respondentes

Nesta subseção serão apresentados os dados levantados junto aos respondentes com relação às relações estabelecidas entre estes e outras pessoas pertencentes à algumas organizações e espaços do município de São José dos Campos.

Em primeiro lugar, foi questionado aos servidores sobre a forma como estes tomaram conhecimento da existência do Câmpus São José dos Campos. A partir das respostas, foi possível observar que a maior parte dos respondentes, 46%, tomou conhecimento por meio de outros sites da internet. E 32% afirmou que conheceu o Câmpus por fontes internas do IFSP (pessoas que estudam ou trabalham no Câmpus ou em outros Câmpus do IFSP). O gráfico 9 ilustra mais detalhadamente essa informação.

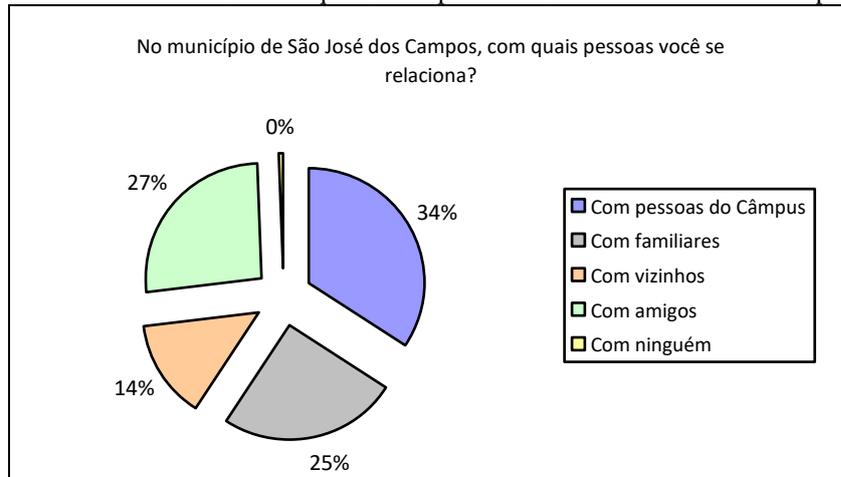
As respostas evidenciam que, em grande parte, a aproximação do Câmpus tem se dado por meio de fontes internas. Esse fato sugere, dentre outros aspectos, a importância das redes de interação como instrumento que possibilita o intercâmbio de informações entre os atores do Câmpus e atores externos como forma de divulgação direta de suas ações. Isto porque, como dito por Marteleto e Silva (2004), as redes se constituem em canais em que se passam conhecimento e informação. Dessa forma, os próprios atores se constituem como principais meios de divulgação das informações relativas ao Câmpus.

Gráfico 9: Forma como os respondentes conheceram o Câmpus



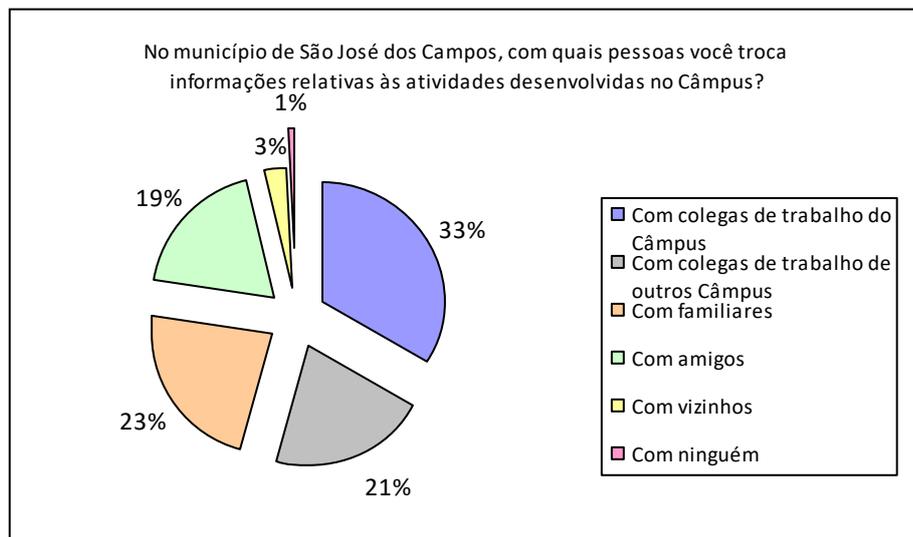
Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Quando questionados sobre as relações estabelecidas no município de São José dos Campos, notou-se que a maior parte, 59%, relaciona-se com familiares e/ou pessoas do Câmpus. Já 41% afirmou que se relaciona com amigos e/ou vizinhos. Essa constatação pode ser visualizada no gráfico 10.

Gráfico 10: Pessoas com as quais os respondentes se relacionam no município.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Como pode ser observado, a maior parte dos respondentes afirmou que se relaciona com pessoas do Câmpus. Já no que diz respeito à troca de informações relacionadas às atividades desenvolvidas no Câmpus, a maior parte, 56%, afirmou que troca informações com colegas de trabalho do próprio Câmpus e/ou de outros Câmpus do IFSP. Um número bem reduzido, cerca de 3%, afirmou trocar essas informações com vizinhos. No gráfico 11 é possível observar essa situação.

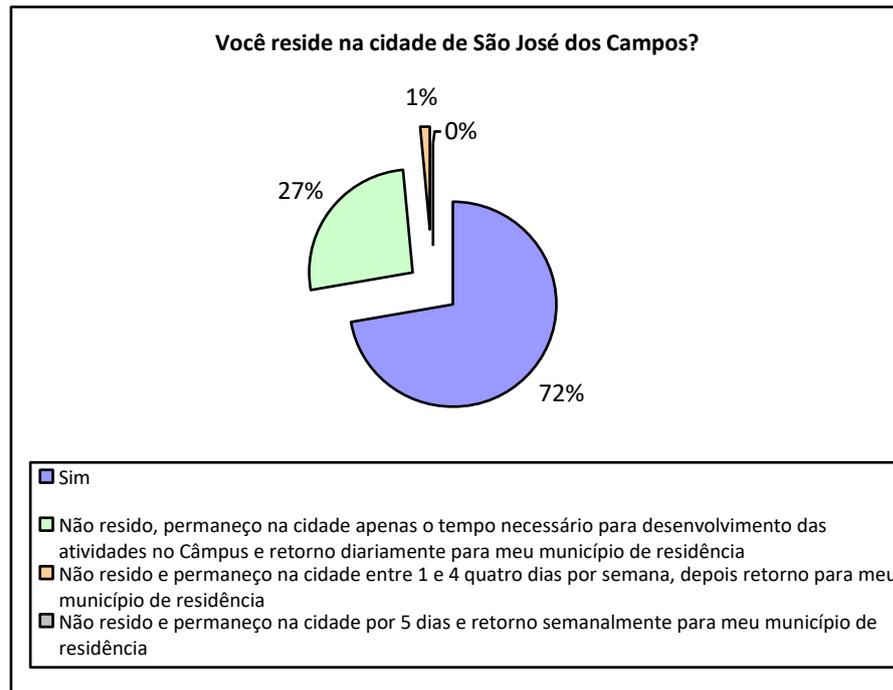
Gráfico 11: Pessoas com as quais os respondentes trocam informações sobre as atividades desenvolvidas no Câmpus

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Com relação à permanência em São José dos Campos, foi possível verificar que 72% dos respondentes residem no município.

Contudo, nota-se também que uma parcela considerável, 28%, não reside na cidade, conforme demonstrado no gráfico 12. Um pressuposto que pode ser levantado nesse caso é a de que o fato de o ator não residir no município pode influenciar diretamente na conformação da rede de interação, haja vista que este deixa de conviver com a realidade do local, bem como de estabelecer relações com os atores locais.

Gráfico 12: Local de residência dos respondentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

As questões 5 a 14 do questionário (apêndice) englobaram perguntas referentes ao número de contatos existentes entre os respondentes e pessoas atuantes em alguns órgãos, instituições e instâncias do município e da região. Nesse contexto, convém esclarecer que, nesta pesquisa utilizou-se o mesmo princípio de Marques (2006), isto é, se assumiu “que a unidade básica das relações (e da ação) são os indivíduos, e não as organizações” (MARQUES, 2006, p.21).

Torna-se necessário justificar também a escolha por se enumerar no questionário especificamente os seguintes órgãos:

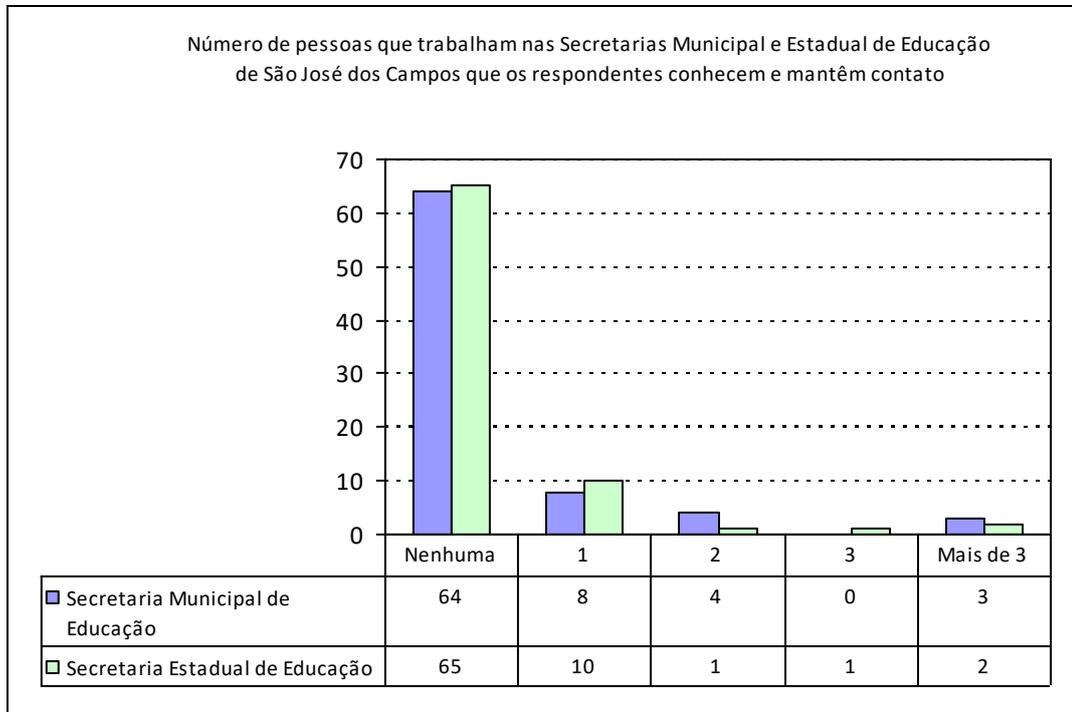
- Secretarias Municipal e Estadual de Educação – por serem órgãos responsáveis por regular, supervisionar e administrar as instituições de ensino no seu âmbito de atuação. Acredita-se no fato de que é importante que o IFSP estabeleça contato com estas instituições porque elas mantêm um relacionamento com todas as instituições de ensino de seu âmbito de atuação, podendo intercambiar

informações, bem como propiciar o relacionamento do IFSP com as demais instituições de ensino;

- Escolas estaduais, municipais e particulares de São José dos Campos – Considera-se importante o relacionamento porque tais órgãos atuam com alunos que podem se tornar alunos do IFSP;
- Entidades de classes ou conselhos profissionais regionais da área dos cursos ofertados pelo Câmpus – dentre outros fatores, acredita-se que o contato com tais instâncias é importante, porque elas possuem informações atualizadas da profissão, bem como são responsáveis por regulá-las ou supervisionar a atuação dos profissionais e das empresas;
- Associações de bairro, moradores de bairros vizinhos e organizações sociais – Considera-se o estabelecimento de relação importante, porque se configuram como espaços importantes de interlocução do IF, principalmente no que diz respeito à identificação de demandas de cursos a serem ofertados, em especial de cursos de extensão e de formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Empresas instaladas na região da área dos cursos ofertados pelo Câmpus – Acredita-se que o estabelecimento de uma relação é importante, porque estas empresas são um dos locais onde podem ser inseridos os jovens formados ou em formação do IF.

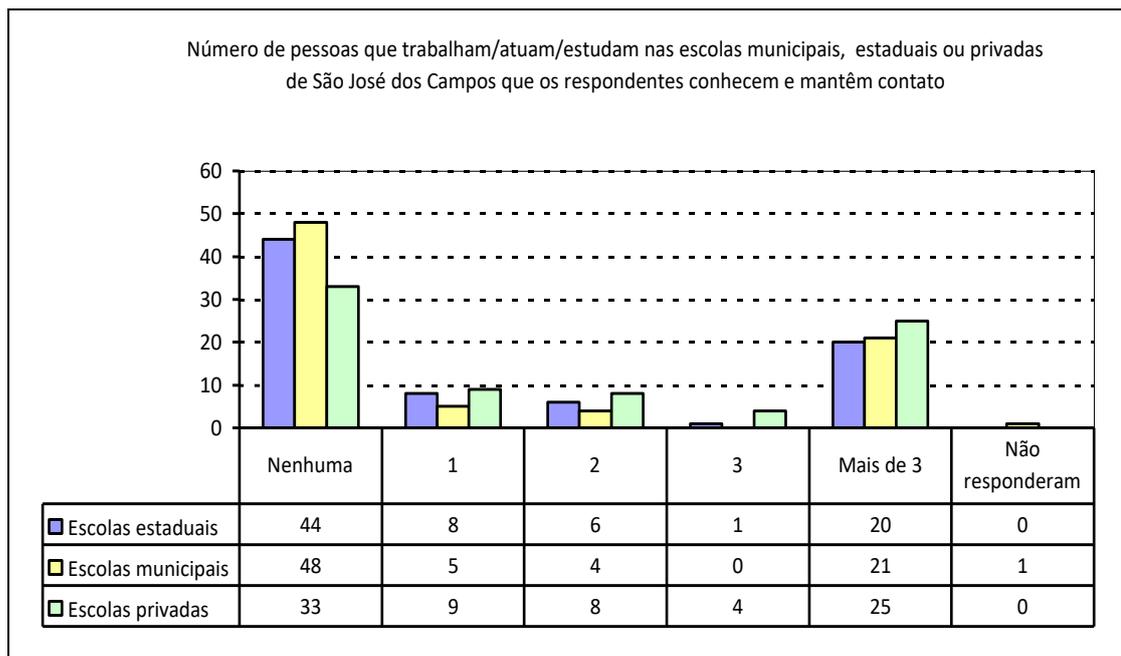
Após esses breves esclarecimentos, passemos então à análise dos resultados obtidos. Ao serem questionados sobre possíveis contatos com pessoas que trabalham nas Secretarias Municipal e Estadual de Educação, foi possível verificar mais de 80% não possui nenhum contato com pessoas que atuam nessas Secretarias, conforme demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13: Número de pessoas que trabalham nas Secretarias Municipal e Estadual de Educação de São José dos Campos que os respondentes conhecem e mantêm contato



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Gráfico 14: Número de pessoas que trabalham/atuam/estudam nas escolas municipais, estaduais ou privadas de São José dos Campos que os respondentes conhecem e mantêm contato

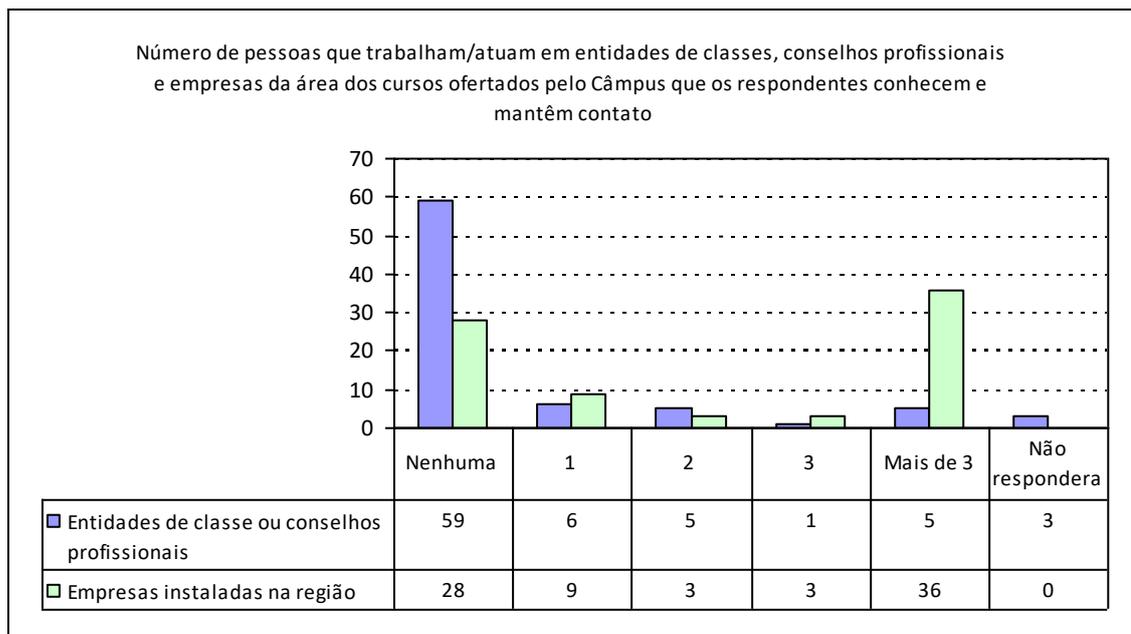


Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Já com relação aos possíveis contatos com pessoas que trabalham/atuam/estudam em escolas estaduais, municipais e privadas do município de São José dos Campos, foi possível constatar um cenário diferente. Observou-se que grande parte, 58%, possui pelo menos um contato com pessoas que trabalham/atuam/estudam em escolas privadas da cidade.

Esse percentual é maior que os contatos existentes com pelo menos uma pessoa das escolas estaduais, que é de 44% e das escolas municipais que é de 37%. É importante destacar, todavia, que ainda assim a maior parte dos respondentes não possui nenhum contato com pessoas atuantes nesses tipos de escolas. No gráfico 14 essa informação pode ser melhor visualizada.

Gráfico 15: Número de pessoas que trabalham/atuam em entidades de classes, conselhos profissionais e empresas da área dos cursos ofertados pelo Câmpus que os respondentes conhecem e mantêm contato



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

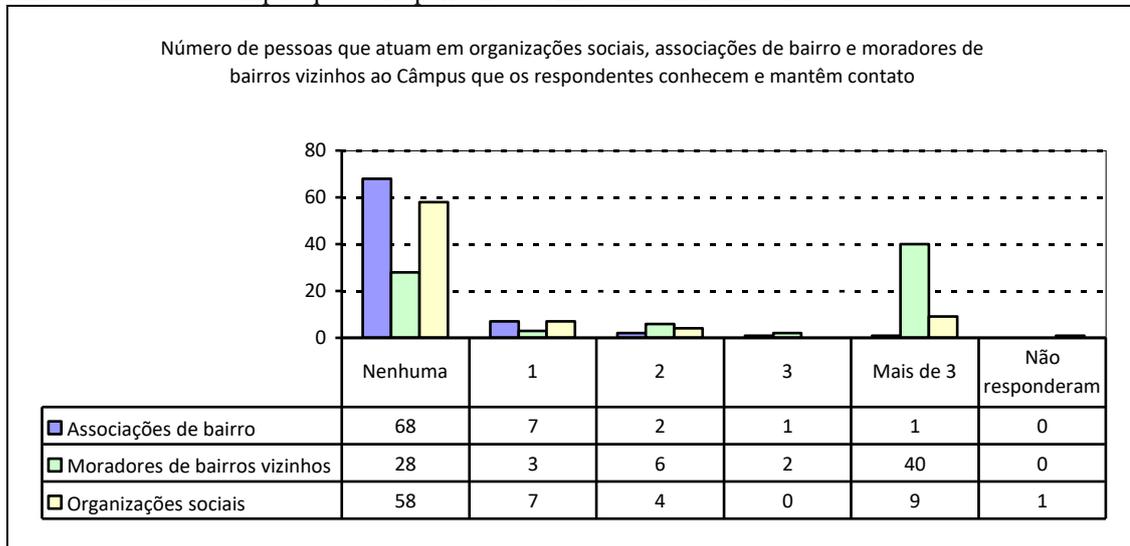
Conforme demonstrado no gráfico 15, a maior parte dos respondentes afirmou não conhecer nenhuma pessoa que trabalha ou atua nos conselhos profissionais ou entidades de classes das áreas dos cursos ofertados pelo Câmpus.

Por outro lado, foi possível observar que a maior parte dos respondentes, 64,5%, afirmou que conhece pelo menos uma pessoa que trabalha ou atua em empresas da área dos cursos ofertados pelo Câmpus.

A partir do gráfico 16 é possível notar que a maioria dos respondentes não possui nenhum contato com organizações sociais e associações de bairro do município. Em

contrapartida, verifica-se que aproximadamente 51% possui mais de três contatos com moradores de bairros vizinhos ao Câmpus.

Gráfico 16: Número de pessoas que atuam em organizações sociais, associações de bairro e moradores de bairros vizinhos ao Câmpus que os respondentes conhecem e mantêm contato

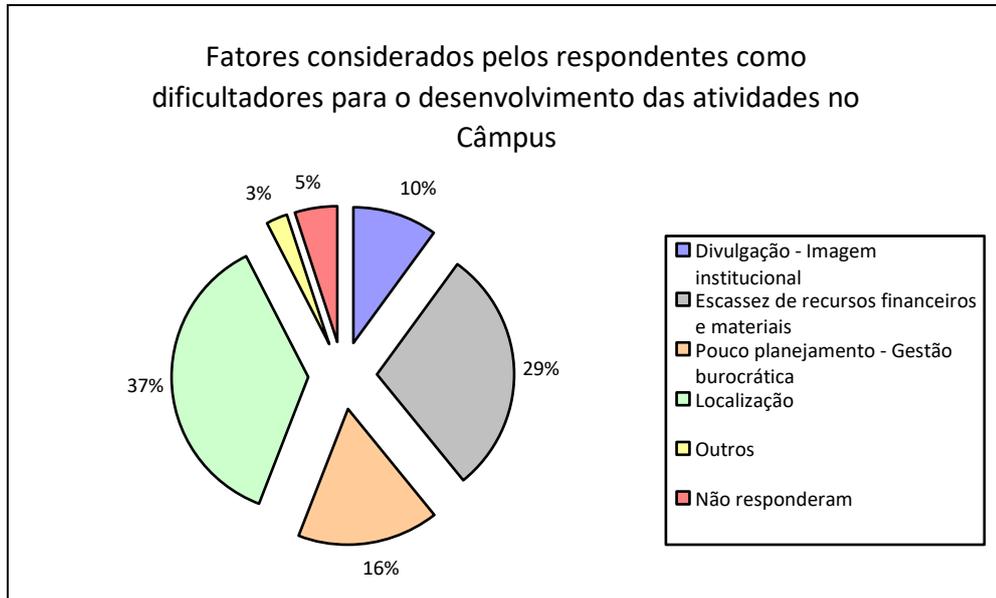


Fonte: Dados da pesquisa, 2017

No que diz respeito aos fatores considerados pelos respondentes como facilitadores para desenvolvimento das atividades no Câmpus, a maioria, cerca de 56%, apontou aspectos ligados ao relacionamento interpessoal. Nesse sentido, os fatores mais mencionados foram a qualificação do corpo de servidores e os incentivos institucionais para manutenção desta qualificação, a autonomia no trabalho, o clima organizacional e a motivação. Coincidentemente estes fatores são bem próximos dos apontados como facilitadores pelos representantes das áreas de gestão acadêmica e administrativa do Câmpus.

O fator mais citado pelos respondentes como dificultador para desenvolvimento das atividades no Câmpus foi a localização (37%). Também foram muito citados fatores relacionados à gestão institucional no que diz respeito ao planejamento e à disponibilidade de recursos materiais e financeiros, 16% e 29% respectivamente. A divulgação, no sentido de imagem institucional, foi citada por 10% dos respondentes. O gráfico 17 ilustra bem essa constatação.

Gráfico 17: Fatores considerados pelos respondentes como dificultadores para o desenvolvimento das atividades no Câmpus



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Merece destaque o fato de que a localização também foi considerada como dificultador pelos entrevistados das áreas de gestão acadêmica e administrativa do Câmpus. Esta constatação apresenta um alerta sobre como este fator pode impactar diretamente a gestão e funcionamento do Câmpus.

Dentre as instituições mais citadas pelos respondentes como importantes para que o Câmpus estabelecesse algum tipo de contato se destacam instituições públicas de ensino como: UNESP, UNIFESP, FATEC's, ETEC's, CEPHAS, dentre outras; órgãos governamentais como: Prefeitura, Secretarias de Educação da região; Institutos de pesquisa como: ITA, CTA, INPE e IeaV; O Parque Tecnológico de São José dos Campos, empresas da área dos cursos ofertados pelo Câmpus.

Merece destaque o fato de que a PETROBRAS foi citada por 4% dos respondentes. Mais uma vez fica evidente que há baixa interação entre atores do Câmpus e da Petrobrás. O gráfico 18 detalha essas informações.

Gráfico 18: Instituições indicadas pelos respondentes como importantes que o Câmpus estabeleça contato

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A partir dos dados coletados por meio dos questionários, foi possível verificar a existência ou a não existência de relações entre os atores do Câmpus e atores pertencentes às instâncias/representações/organizações da região. Nesse sentido, na tentativa de explorar ainda mais esses dados, buscou-se traçar a rede social de tais atores, utilizando para tanto a técnica de análise de redes sociais, como pode ser verificado na subseção a seguir.

5.5 Rede de interações identificadas a partir dos questionários

Para identificação desta rede interações foi utilizada a seguinte metodologia: da amostra inicial foram selecionados os servidores com mais de três anos de atuação no Câmpus. Este critério foi adotado porque se acreditou que como são atores que já adquiriram a estabilidade e estão há mais tempo no Câmpus poderiam ter um maior grau de envolvimento com as pessoas da região.

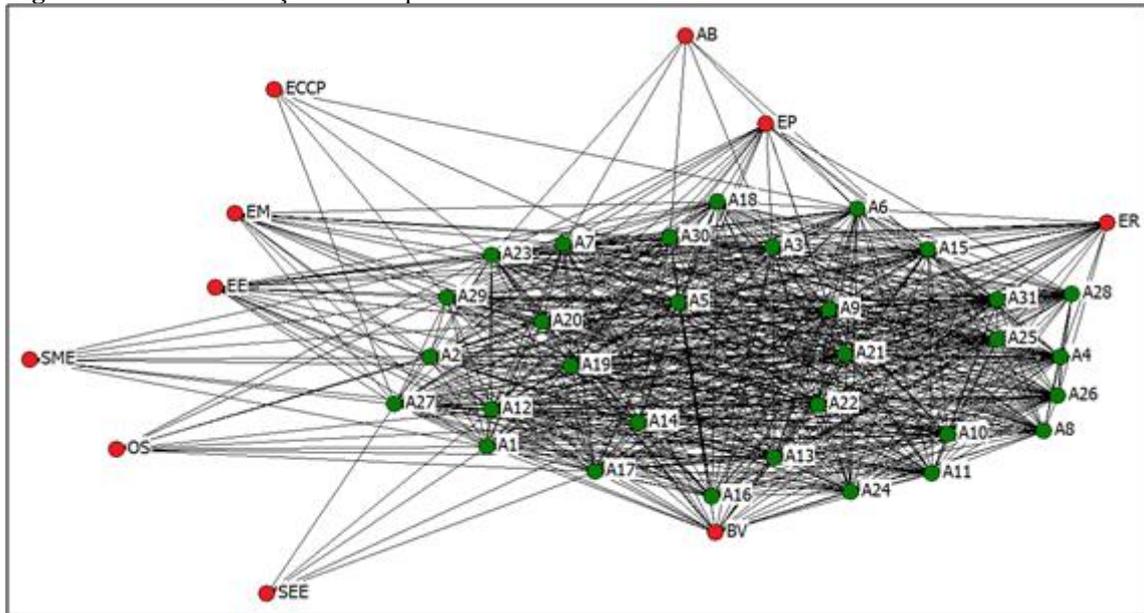
De todos os respondentes, 31 atenderam a esse critério. Com os dados dessa amostra foi montada uma matriz quadrada, conforme demonstrado no apêndice D. Convém

destacar que a ferramenta utilizada para construção da rede foi o *software* UCINET 6.0 para *Windows*. Assim, condições estabelecidas para montagem da matriz foram as seguintes:

- Foram considerados como atores os respondentes de 1 a 31, os quais foram denominados A1, A2, A3 e assim sucessivamente. Também foram considerados atores as entidades mencionadas nas perguntas de 5 a 14 do questionário (apêndice C);
- Para estabelecimento das relações entre os atores considerou-se as respostas das questões 5 a 14 do questionário. Tais questões indagavam o número de contatos existentes entre os atores do Câmpus (A1, A2, A3...) e os atores de outras instâncias/organizações da região em uma escala que variava de nenhum a mais de três contatos. Desse modo, para que fosse possível construir a matriz, atribuiu-se o valor 0 quando o respondente afirmou não possuir contato e o valor 1 quando o respondente afirmou possuir pelo menos 1 contato;
- No que diz respeito ao fluxo de interações, como não foi aplicado um questionário aos atores das instâncias/organizações da região mencionados na pesquisa, considerou-se que as relações entre os atores do IF e estes são recíprocas. Isto é, quando os atores do IF afirmaram não possuir relação, considerou-se também que os atores externos mencionados nas perguntas também não possuem relação com os atores do IF, atribuindo-se na matriz o valor 0 para ambos os fluxos. E quanto os atores do IF afirmaram possuir relação, considerou-se a existência de relação entre os atores do IF e os atores externos mencionados nas perguntas, atribuindo-se o valor 1 para ambos os fluxos. Considerou-se também a existência de interação recíproca entre todos os atores do IF, haja vista que estes interagem entre si, ainda que apenas no desempenho de suas atividades.

Essas condições possibilitaram a construção da matriz. Porém, é importante ressaltar que a maior parte das condições elencadas partiu do julgamento do pesquisador e, que, por isso, pode possuir vieses. Mesmo assim, acredita-se que os resultados obtidos a partir dessa amostragem, podem fornecer informações relevantes no que diz respeito à configuração das relações entre os agentes implementadores do Câmpus e outros atores da região.

A figura 5 ilustra, de maneira geral, como está configurada a rede de relações sociais dos atores do Câmpus com outros atores de instituições e representações da região.

Figura 5: Rede de Interação do Câmpus

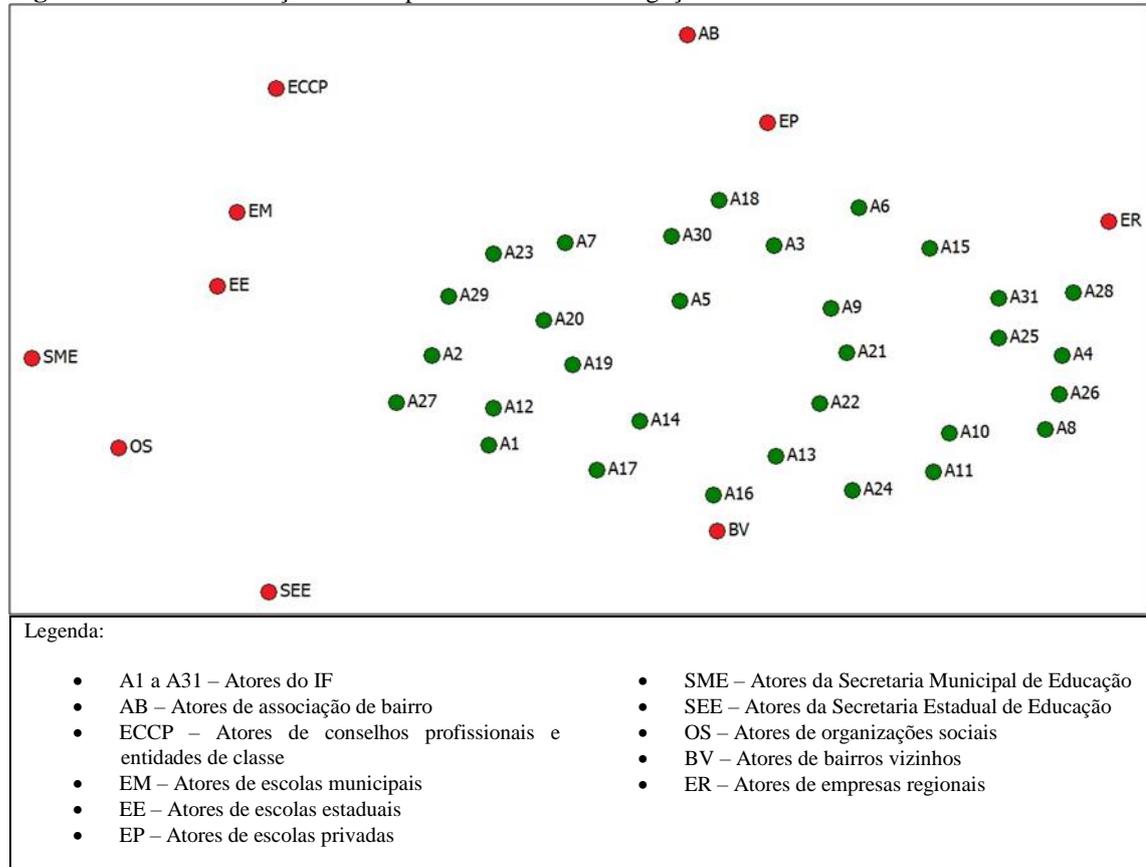
Legenda:

- A1 a A31 – Atores do IF
- AB – Atores de associação de bairro
- ECCP – Atores de conselhos profissionais e entidades de classe
- EM – Atores de escolas municipais
- EE – Atores de escolas estaduais
- EP – Atores de escolas privadas
- SME – Atores da Secretaria Municipal de Educação
- SEE – Atores da Secretaria Estadual de Educação
- OS – Atores de organizações sociais
- BV – Atores de bairros vizinhos
- ER – Atores de empresas regionais

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

É possível observar que há um maior número de relações com atores de bairros vizinhos, empresas regionais e escolas privadas. Por outro lado, há um menor número de relações com atores de associações de bairro, com atores da Secretaria Estadual de Educação e com atores de conselhos profissionais e entidades de classe da área dos cursos ofertados pelo Câmpus. De uma maneira geral, pode-se verificar, conforme já mencionado anteriormente, que a rede de interações do IF está basicamente voltada para sua comunidade interna, e que quando existe interação com pessoas externas ao Câmpus é em número que pode ser considerado ainda como insuficiente. Essa situação precisa ser analisada detidamente, especialmente no caso da Secretaria Estadual de Educação e atores de associações de bairro, haja vista que tais instâncias podem mobilizar importantes recursos para o IF. Levanta-se a pressuposição de que, no caso da Secretaria Estadual de Educação pode se estar perdendo a oportunidade de estreitar os laços com escolas estaduais da região e no caso das associações de bairro pode se estar perdendo a oportunidade identificar outras demandas por cursos, bem como de novos espaços de atuação e interlocução.

Figura 6: Rede de Interação do Câmpus sem as linhas de ligação



Fonte: Dados da pesquisa, 2017

A figura 6 possibilita a visualização mais detalhada da distância entre os atores da rede, permitindo traçar a seguinte relação: quanto mais distante estiverem os pontos vermelhos (atores externos) dos pontos verdes (atores do IF) menor o número de contatos/relações existentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto foi possível verificar algumas contradições se confrontarmos o modo como foi implantado o Câmpus do IFSP em São José dos Campos com as premissas constantes nos elementos norteadores das ações dos institutos federais. A primeira diz respeito à escolha do município, isto é a implantação de uma unidade educacional em um município com várias instituições públicas de ensino consolidadas e que inclusive ofertam os mesmos cursos que o Câmpus.

Outra contradição apresentada é que, apesar de ser considerada como prioridade dos Institutos Federais, o Câmpus não priorizou a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como as outras prioridades prevista na lei de criação dos institutos, iniciando suas atividades com a oferta de cursos concomitantes/subsequentes e permanecendo somente com a oferta de cursos dessa modalidade nos primeiros quatro anos de seu funcionamento.

Notou-se que, uma vez que não possuía toda infraestrutura necessária (financeira, humana, material e patrimonial), o Câmpus foi implantando seus cursos de maneira gradativa. Não se pode deixar de considerar aqui toda a responsabilidade envolvida na implantação de um curso, independentemente de sua modalidade. Dessa forma, acredita-se que essa tenha sido uma das justificativas para não se iniciar de imediato com os cursos previstos como prioritários na legislação.

Essa realidade coloca em evidência o fato de que a política pública é dinâmica e que pode ser alterada no momento de sua implementação. De toda forma, convém aqui o seguinte questionamento: quais fatores motivam a implantação de um Câmpus sem que seja oferecido a este condições mínimas para funcionamento e atendimento às exigências previstas em lei? Nessa situação, pode-se afirmar que, em alguma medida, o estabelecimento de parcerias pode se apresentar como alternativa para obtenção de recursos necessários ao funcionamento do Câmpus. Isto porque os atores internos podem negociar com a comunidade externa ou mesmo entre si.

Um exemplo bastante conhecido é a obtenção de recursos financeiros por meio de emenda parlamentar. Para tanto, é preciso que atores do Câmpus permeiem a rede de relações e estabeleçam interações com políticos municipais, estaduais ou federais negociem e mobilizem recursos. Outra forma de negociação de recursos por meio de redes de interação é a obtenção de recursos materiais em sobra com outros órgãos públicos ou mesmo com outras

unidades do próprio IF. No que diz respeito aos recursos humanos, pode-se por meio das redes de interação viabilizar a cessão de servidores entre órgãos.

Neste contexto, outro ponto que merece destaque diz respeito à escolha do local para instalação do Câmpus. Notou-se que o processo de negociação envolveu distintos interesses, evidenciando neste caso o interesse político dos atores. Contudo, a partir das respostas dos entrevistados e dos servidores que responderam ao questionário pode se verificar que a localização do Câmpus foi citada como um dos principais dificultadores do desenvolvimento de atividades da unidade. Assim sendo, torna-se pertinente questionar em que medida os interesses do IF foram atendidos com parceria com a Petrobras, haja vista a localização ter sido apontada pela maioria dos atores do Câmpus como um problema. Outro questionamento que se faz é que se ao prever a criação de uma unidade de um IF o governo federal não deveria necessariamente considerar os custos envolvidos com a construção e/ou adaptação dessa nova unidade, a fim de que esta possa oferecer a estrutura mínima para oferecimento dos serviços para os quais foi criado.

Foi possível verificar que é muito baixa a participação de atores externos ao IF nas instâncias de deliberação do Câmpus. Nessa direção, é importante mencionar que o Instituto Federal e seu Câmpus não estão desvinculados do contexto político e social brasileiro, onde a participação política do cidadão ainda não é significativa. Desse modo, é preciso considerar que ainda que se ofereça espaços para participação, esta pode se mostrar acanhada. Essa realidade pode talvez justificar a baixa/nenhuma participação da comunidade externa nas instâncias deliberativas do Câmpus, ainda que este se empenhe para garanti-la.

Mesmo assim, questiona-se se não é o caso de se instituir outras formas de aproximação com a comunidade externa. Os próprios entrevistados sugeriram ações como: reuniões periódicas com a comunidade, com os pais de alunos; ações de marketing; ações de extensão. Talvez fosse interessante a realização de intervenções na comunidade, como, por exemplo, determinação de que as reuniões do Conselho de Câmpus ocorressem em cada mês em uma localidade diferente, podendo ser em escolas estaduais, nas secretarias municipal e estadual de educação, em bairros vizinhos, em entidades de classe regionais, na prefeitura municipal, na câmara de vereadores e assim por diante.

Outra sugestão é que as reuniões do PDI ocorram em espaços externos ao Câmpus, como os já citados anteriormente. Estratégias como esta poderiam minimizar o problema enfrentado pelo Câmpus no que diz respeito à localização e à baixa participação da comunidade externa. Ainda assim, é preciso verificar se o que o Câmpus oferece está dentro

do que a comunidade externa procura. Este fato foi apontado inclusive por um dos entrevistados. Este pode ser um tema para futuras pesquisas.

Talvez a resposta para o problema desta pesquisa seja a de que as redes de interação são importantes para implementação do Câmpus na medida em que oferecem informações relevantes sobre a demanda da comunidade externa, bem como em que propicia uma maior aproximação entre atores internos e externos, possibilitando o atendimento aos objetivos institucionais ao mesmo tempo em que atende os interesses dos atores envolvidos. Por meio deste estudo, é possível sugerir que quanto menores forem os laços entre atores internos e externos, maior a distância entre as suas respectivas instituições e maiores serão as dificuldades em negociar recursos.

Vale destacar as dificuldades enfrentadas no decorrer desta pesquisa. Uma delas diz respeito à escassez de bibliografia, sobre o processo de implementação dos institutos federais, especialmente na área de gestão educacional. Os existentes estão ligados mais à educação e não à gestão em si. Entretanto, a principal dificuldade enfrentada diz respeito à pesquisa documental, notou-se que o IF e o Câmpus não possuem informações sistematizadas relacionadas a sua gestão acadêmica e administrativa, principalmente no que diz respeito aos resultados das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É necessário mencionar também que não foi possível encontrar registro da ata da audiência pública citada na maioria dos PPC's dos cursos ofertados pelo Câmpus. Outro fato que precisa ser relatado é o de que as informações disponíveis para consulta no sítio do IFSP não estão sistematizadas e categorizadas. Sugere-se que seja feito um trabalho que construa a memória institucional do IFSP e do Câmpus. Esse trabalho é importante pois facilitará análises posteriores dos resultados alcançados, bem como de possíveis alternativas para lidar com problemas identificados.

Sugere-se que a instituição procure estabelecer algum tipo relação com as instituições citadas nesta pesquisa, especialmente com representantes do poder público municipal e estadual de educação, representantes de associações de bairro, entidades de classe e/ou conselhos profissionais dos cursos ofertados pelo IF, com moradores de bairros vizinhos e empresas da região a fim de mobilizar a obtenção de recursos. Nesse caso, torna-se pertinente esclarecer, conforme dito por Junqueira (2000), que o estabelecimento de vínculos entre atores pode ocorrer de forma intencional ou não. Além disso, tais vínculos sempre estarão em constante interação e transformação.

Uma possível forma de criar vínculo de maneira intencional entre o IF e as secretarias municipal e estadual de educação ou a prefeitura, poderia ser por meio da permuta

de servidores entre essas unidades por um período específico. Essa permuta poderia ser realizada por meio do desenvolvimento de um projeto institucional/colaboração técnica, ferramenta já adotada dentro do IFSP, porém sem necessidade de permuta. Nesse caso seria interessante a existência de permuta de modo que um servidor das secretarias ficaria desenvolvendo um projeto por um período específico no IF e um servidor do IF permaneceria por um tempo desenvolvendo um projeto em uma dessas secretarias. Essa estratégia possibilitaria aos servidores conhecimento da realidade da outra instituição e, principalmente, o estabelecimento de contato com outros servidores o que poderia proporcionar a expansão das redes de interação do IF.

Nesse sentido, outra sugestão é a criação de um evento anual, que poderia ser denominado “IF nos bairros”, onde o Câmpus levaria os trabalhos desenvolvidos por alunos e servidores para conhecimento da comunidade em geral. A organização deste evento poderia ser realizada em parceria com associações de bairros locais, prefeitura municipal, e até mesmos outros IF’s mais próximos. Seria interessante que nesse evento fossem oferecidos alguns serviços simples à comunidade decorrentes de trabalhos que podem ser realizados por profissionais da área de atuação dos cursos oferecidos pelo Câmpus como: Licenciatura em Química, em Matemática, Engenharia de Controle e Automação, Mecânica, Automação Industrial e Eletrotécnica. Poderiam também ser divulgados trabalhos técnicos e acadêmicos realizados pelos discentes e servidores do Câmpus. A realização de um evento como esse possivelmente possibilitaria uma maior aproximação da instituição com a comunidade e o estabelecimento de novos vínculos.

O estabelecimento de vínculos com entidades de classe, conselhos profissionais e empresas da região já vem ocorrendo por meio da realização de estágio. Porém, considera-se relevante que a instituição continue o trabalho em busca de convênios de estágio a fim de aumentar a área de atuação dos discentes e dos formados. Sugere-se ainda que seja enfatizada junto aos discentes a importância da relação deles com estas instituições, tanto para o IF como para eles enquanto profissionais. Essa conscientização poderia ser executada em palestras/cursos de orientação profissional.

Vale destacar que para implementação de todas as ações elencadas até agora é necessário que se tenha um conhecimento do contexto da instituição, especialmente no que diz respeito ao público atendido. Ciente dessa necessidade, bem como a partir das constatações obtidas com essa pesquisa foi formulado um questionário que poderá ser utilizado pelo Câmpus para mapeamento de seu público, bem como para embasar suas ações de aproximação e divulgação de suas atividades. Este instrumento poderá ser disponibilizado

nos setores e ser aplicado a todas as pessoas que vierem a circular no Câmpus. Tal questionário está disponível no apêndice E.

Enfim, conforme mencionado anteriormente, além de ser importante para o crescimento da instituição, em épocas de crise, a formação de redes surge como importante instrumento para troca de recursos a fim de que as instituições possam continuar funcionando. Espera-se que com essa dissertação tenha se contribuído para elucidar alguns dilemas enfrentados pelo Câmpus São José dos Campos, não só por meio da identificação, mas principalmente por meio de sugestões de melhoria. Não se pode deixar de considerar também os avanços alcançados pelo IFSP ao longo de todo esse processo de transformação que por vezes foi intenso e imediato, bem como de que uma organização é extremamente complexa e é natural que ela vá se adaptando à medida que surgem novos desafios. O que não se pode deixar de fazer é aprender e evoluir sempre. Por fim, é preciso registrar que, o Câmpus São José dos Campos, dentro de suas possibilidades, fez e vem fazendo a diferença na vida de muitos alunos da região.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS REPRESENTANTES DAS ÁREAS DE GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA DO CÂMPUS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - REPRESENTANTES DAS ÁREAS DE GESTÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA DO CÂMPUS **(Resolução 466/2012 do CNS)**

O PAPEL DAS REDES NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO IFSP EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Eu, Natália Helena dos Santos Novais, estudante do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “O papel das redes na implementação da política de educação profissional: o caso do IFSP em São José dos Campos” orientada pelo Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina.

A educação está no centro das preocupações do Estado, haja vista seu papel essencial para o desenvolvimento de um país. Nos últimos anos, a política pública que tem se destacado na educação é a criação/transformação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Assim, observa-se que a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFEPT) abriu espaço para a discussão dos IF's enquanto política pública educacional, deixando evidente a necessidade de analisar quão efetiva tem sido a aplicação de tal política.

Você foi selecionado (a) por ser responsável por ocupar função estratégica no Câmpus São José dos Campos, instituição onde o estudo será realizado. Você será convidado a responder a uma entrevista parcialmente estruturada com tópicos sobre aspectos que envolvem a sua visão sobre o processo de implementação da unidade, bem como sobre o relacionamento da instituição com a comunidade interna e externa.

A entrevista será individual e realizada no próprio local de trabalho, ou em outro local, se assim o preferir. Sendo assim, para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, a entrevista apresentará caráter anônimo, será respondida individualmente e não será gravada. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área de Gestão e Implementação de Políticas Públicas, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a instituição pesquisada. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (12) 98103-8760.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Natália Helena dos Santos Novais

Endereço: Rua José Oliveira da Cruz, nº 85, apartamento 52, Vista Linda, São José dos Campos. CEP: 12220051.

Contato telefônico: (12) 98104-8760

e-mail: natnhs@hotmail.com

Local e data: _____

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A entrevista se pautou basicamente nos pontos abaixo, entretanto no decorrer de sua execução outros questionamentos, dentro do escopo da pesquisa, foram realizados.

DADOS PESSOAIS:

Idade:

Tempo de trabalho no IFSP:

Tempo de trabalho no Câmpus:

Tempo na função atual:

Formação acadêmica:

PONTOS:

1. Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como se deu o processo de instalação e inauguração da unidade do Câmpus do IFSP São José dos Campos.
2. Cite fatores que você considera como dificultadores ou facilitadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus São José dos Campos.
3. Quais instrumentos ou espaços são disponibilizados pelo IFSP para estabelecimento de diálogo com a comunidade externa? Você os considera adequados? Você os considera suficientes? O que mais poderia ser feito neste sentido?
4. Como você avalia a presença do IFSP em São José dos Campos e seu entorno?
5. Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como funciona a metodologia de planejamento e implantação de novos cursos no Câmpus. Tem sido efetivo? Por quê? Há previsão de participação da comunidade externa e interna nesse processo? Por quê?
6. Cite até cinco instituições que você considera importante que o IFSP estabeleça uma relação.

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

Entrevistado 1: 37 anos, 7 anos de trabalho no IFSP, 5 anos no Câmpus São José dos Campos, 4 anos na função atual. Último grau cursado: Doutorado na área de engenharia.

Pesquisadora: A pesquisa em questão busca investigar o processo de implementação do Câmpus São José dos Campos, você irá responder a uma entrevista parcialmente estruturada com tópicos sobre aspectos que envolvem a sua visão sobre o processo de implementação da unidade, bem como sobre o relacionamento da instituição com a comunidade interna e externa. Vamos ao primeiro questionamento. Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como se deu o processo de instalação e inauguração da unidade do Câmpus do IFSP São José dos Campos.

Entrevistado 1: Um deputado federal da época, que posteriormente se candidatou a prefeito do município, conseguiu que o governo federal aprovasse a instalação de uma unidade do IFSP em São José dos Campos. A princípio não havia local para funcionamento do Câmpus. Este local foi obtido por meio de negociação entre o IFSP (Pró-Reitoria de Expansão), o então Deputado Federal e a Petrobras mediante acordo com a PETROBRAS. Não houve estudo da demanda se caberia mais uma instituição de ensino na região. Inicialmente houve um processo de remoção interno para formar o quadro de servidores do Câmpus e, posteriormente, em 2011, um concurso público para completar este quadro. Em abril de 2011 os servidores iniciaram as atividades, em sua maioria eram servidores removidos de outros Câmpus. Em 2011, foi realizada uma audiência pública com a comunidade para identificar qual seria a área (eixo tecnológico) dos cursos que o Câmpus iria ofertar. Dessa audiência os cursos mais citados foram Petróleo e gás e mecatrônica (automação industrial). O Câmpus iniciou suas atividades ofertando os cursos técnicos concomitante/subsequente de automação e mecânica por serem cursos que o Instituto possui know-how e são consolidados na instituição.

Pesquisadora: Cite fatores que você considera como dificultadores ou facilitadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus São José dos Campos.

Entrevistado 1: Considero como dificultadores a localização do Câmpus, a restrição de utilização do espaço por ser cedido. Outro fato que dificulta é que a cidade é grande, com diversas outras instituições que oferecem os mesmos cursos, níveis de escolaridade que o Câmpus. Há também um certo distanciamento com a Prefeitura; concorrência com as demais instituições como ETEC e CEPHAS. Já com relação aos facilitadores considero a estrutura física, no que diz respeito à segurança para os alunos e para o patrimônio por estar dentro da PETROBRAS e a estrutura de recursos humanos, com quadro quase completo.

Pesquisadora: Quais instrumentos ou espaços são disponibilizados pelo IFSP para estabelecimento de diálogo com a comunidade externa?

Entrevistado 1: O Conselho superior e o Conselho de câmpus em cuja constituição prevê a participação de representante da comunidade externa. Os cursos de extensão oferecidos no próprio Câmpus ou em outros locais com parceria de órgãos como Prefeitura.

Pesquisadora: Você considera estes espaços adequados?

Entrevistado 1: São adequados, mas não são suficientes, pois encontramos dificuldades em adesão aos convites para participação. É preciso desenvolver outra maneira de conversar com a comunidade.

Pesquisadora: O que mais poderia ser feito neste sentido?

Entrevistado 1: Talvez uma reunião periódica/bimestral, com a comunidade, com os pais de alunos.

Pesquisadora: Como você avalia a presença do IFSP em São José dos Campos e seu entorno?

Entrevistado 1: Pela cidade ser grande, pelo número de instituições de ensino, o Câmpus não tem grande visibilidade, pelo fato do governo federal não fazer propaganda em grande massa como as outras instituições. Devido à localização, o Câmpus fica mais conhecido quando o aluno faz estágio ou são feitas divulgações em escolas.

Pesquisadora: Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como funciona a metodologia de planejamento e implantação de novos cursos no Câmpus.

Entrevistado 1: Um dos motivos de escolha do curso eletrotécnica, foi o fato de observarmos que grande parte das vagas ofertadas pelo CIEE eram para eletrotécnica. Os demais cursos foram definidos nas reuniões do PDI (que teve participação da comunidade interna). A abertura de licenciatura se pautou na lei de criação que define que seja preferencialmente da

área de exatas (a comunidade escolheu matemática e física). Por meio de estudos foi verificado que não havia muita procura pelo curso de física em outros Câmpus do IFSP. Como São José dos Campos está na região com demanda para Química e os profissionais fizeram um levantamento e optou-se por ofertar química. O curso superior de engenharia de controle e automação foi elaborado para manter a proposta de verticalização do ensino por ter corpo docente da área e pela estrutura física e humana que o Câmpus já possui.

Pesquisadora: Esse tipo de metodologia tem sido efetiva? Por quê? Há previsão de participação da comunidade externa e interna nesse processo? Por quê? É feito pela análise da demanda regional.

Entrevistado 1: Tem sido efetivo porque até agora os cursos estão bem aceitos pelo mercado. Houve participação da comunidade externa apenas na abertura do Câmpus, as demais escolhas foram realizadas pela comunidade interna, bem como por meio de análise da demanda regional, conforme é mencionado nos Planos Pedagógico dos Cursos.

Pesquisadora: Cite até cinco instituições que você considera importante que o IFSP estabeleça uma relação.

Entrevistado 1: PETROBRAS, Prefeitura, UNIFESP e Delegacia de Ensino da Região.

ENTREVISTA 2

Entrevistado 2: 42 anos, 9 anos e 7 meses de trabalho no IFSP, 4 anos e 7 meses de trabalho no Câmpus, 3 anos e 3 meses de trabalho na função atual. Último grau cursado: Mestrado na área de engenharia.

Pesquisadora: A pesquisa em questão busca investigar o processo de implementação do Câmpus São José dos Campos, você irá responder a uma entrevista parcialmente estruturada com tópicos sobre aspectos que envolvem a sua visão sobre o processo de implementação da unidade, bem como sobre o relacionamento da instituição com a comunidade interna e externa. O primeiro questionamento é o seguinte: Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como se deu o processo de instalação e inauguração da unidade do Câmpus do IFSP São José dos Campos.

Entrevistado 2: Por meio de contato entre o Reitor anterior com políticos da região. Em meio às negociações para implantação do Câmpus Jacareí tiveram a ideia de trazer um Câmpus para São José dos Campos. Surgiu de interesse político, visto que o IF poderia contribuir, já que é da área de tecnologia que é ponto forte da região. Foi realizada audiência pública, em 2011, para verificar quais cursos seriam ofertados pelo Câmpus. Essa audiência ocorreu na Assembleia Legislativa, participaram algumas entidades do entorno da Petrobrás (não lembra quais) e alguns servidores do IF. Naquele momento foi apresentado um leque de cursos, sendo que o maior interesse foi de cursos voltados a atender a demanda da Petrobrás, como Petróleo e gás.

Pesquisadora: Cite fatores que você considera como dificultadores ou facilitadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus São José dos Campos.

Entrevistado 2: Para mim são facilitadores o clima organizacional, isto é a liberdade para trabalhar e o respeito entre os servidores; a estrutura física da escola; a atuação na região em si, localização razoável, o difícil é a acessibilidade. Considero como dificultadores: o acesso ao câmpus, caso haja dependência de transporte público; não ter tido um trabalho de divulgação do Câmpus anterior (na parte de implantação do Câmpus em si). Apesar dos cursos serem na área de tecnologia não se sabe se realmente eles atendem os anseios da comunidade.

Pesquisadora: Quais instrumentos ou espaços são disponibilizados pelo IFSP para estabelecimento de diálogo com a comunidade externa?

Entrevistado 2: Redes sociais; Projetos de extensão; Visitas às escolas realizadas tanto pela Comissão de divulgação dos processos seletivos, quanto pela CEX e pelos projetos de extensão; Site do Câmpus e do IFSP.

Pesquisadora: Você os considera adequados? Você os considera suficientes? O que mais poderia ser feito neste sentido?

Entrevistado 2: São adequados, mas não são suficientes. A instituição tem amadurecido neste sentido. Desde o ano passado vem participando de feiras, realizado contato com a Diretoria de ensino, entregando material de divulgação. Mas precisaria de um trabalho mais forte na área de marketing. Divulgação nas redes de televisão, rádios, num sentido mais profissional. Contratar uma empresa de divulgação. Começar a fazer parte do núcleo político da região. Há necessidade de uma comunicação mais política com os representantes políticos da região. O IF vem participando do Conselho de Públicos da Petrobras que é composto de representantes do entorno. Até então nunca foi interesse da instituição a participação do IF. Porém, este ano o IF foi convidado a participar deste conselho. O IF precisa estabelecer uma aproximação política e social com a região.

Pesquisadora: Como você avalia a presença do IFSP em São José dos Campos e seu entorno?

Entrevistado 2: Ainda é precária. Não se sabe se vimos para atender o anseio da região ou o anseio político. O que tem sido feito é tentar atender os anseios e necessidades da região. Pelo menos é o trabalho que tem sido feito de forma não sistêmica, mais pontual por meio de alguns setores, eu sou uma dessas pessoas. É preciso identificar as necessidades para que a gente venha atender efetivamente os anseios da comunidade. Entendo que tem que ser uma coisa política do Câmpus e não um ato isolado, ser uma diretriz, um processo organizado. Se analisarmos pelo número de alunos que temos hoje, em relação a outros Câmpus com o mesmo tempo de atuação, não estamos tão ruins, tão fora da necessidade da região. Temos que avaliar de outras formas como estamos conseguindo isso.

Pesquisadora: Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como funciona a metodologia de planejamento e implantação de novos cursos no Câmpus.

Entrevistado 2: A partir da força de trabalho (características dos profissionais que atuam no Câmpus) principalmente. Assim tem se partido para a criação dos cursos. Em segundo plano, características da região, a demanda da região.

Pesquisadora: Isto tem sido efetivo? Por quê? Há previsão de participação da comunidade externa e interna nesse processo? Por quê?

Entrevistado 2: Com relação a efetividade, não temos essa resposta, não sabemos, ainda não fizemos uma pesquisa para avaliar este aspecto. Temos turmas formadas é preciso saber como estão no mercado de trabalho. No que diz respeito à participação da comunidade interna e externa a existência do Plano de Desenvolvimento Institucional é para isso, mas pela nossa experiência houve participação muito maior da comunidade interna. Não vi a participação da comunidade externa neste aspecto. No próximo PDI podemos verificar essa participação. Na época, por não haver um tempo hábil de discussão a metodologia utilizada não conseguiu atingir muito a comunidade externa. Essa poderia ser uma política do Câmpus para que ao longo do ano pudesse desenvolver esse trabalho para que na época do PDI pudesse ter essas informações ou estabelecer uma metodologia que incluísse a participação da comunidade externa.

Pesquisadora: Cite até cinco instituições que você considera importante que o IFSP estabeleça uma relação.

Entrevistado 2: Prefeitura de São José dos Campos (Diretoria de Ensino da região, Secretaria de Educação, outras Secretarias e Escolas); Petrobras, Johnson, Embraer, as principais indústrias da região; Universidades (UNIFESP, UNESP, ITA) ONG's e entidades sociais.

ENTREVISTA 3

Entrevistado 3: 48 anos; 4 anos e 9 meses de trabalho no IFSP e no Câmpus; aproximadamente 4 anos na função atual. Último grau cursado: Doutorado na área de engenharia

Pesquisadora: A pesquisa em questão busca investigar o processo de implementação do Câmpus São José dos Campos, você irá responder a uma entrevista parcialmente estruturada com tópicos sobre aspectos que envolvem a sua visão sobre o processo de implementação da unidade, bem como sobre o relacionamento da instituição com a comunidade interna e externa. O primeiro ponto da entrevista é o seguinte: Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como se deu o processo de instalação e inauguração da unidade do Câmpus do IFSP São José dos Campos.

Entrevistado 3: Aproximadamente entre 2010 e 2011 foi fechado um acordo entre um então Deputado Federal, o MEC e a Petrobrás. A partir de um termo de comodato teve o início de funcionamento do Câmpus em 2012. Através de audiência pública com a comunidade foi definido o eixo tecnológico dos cursos a serem ofertados. Em 2012 o Câmpus começou com os cursos de Automação Industrial e Mecânica.

Pesquisadora: Cite fatores que você considera como dificultadores ou facilitadores no desenvolvimento das atividades no Câmpus São José dos Campos.

Entrevistado 3: Facilitadores: experiência adquirida na função; conhecimento e fato de ter acompanhado o desenvolvimento do Câmpus. Conhecer a raiz dos problemas atuais facilita lidar com estes. Dificultadores: falta de recursos humanos por motivos de afastamento, porque cada funcionário carrega em si uma gama de conhecimento; neste ano específico a grande redução do orçamento, dificulta a aquisição de bens e a administração.

Pesquisadora: Quais instrumentos ou espaços são disponibilizados pelo IFSP para estabelecimento de diálogo com a comunidade externa?

Entrevistado 3: Hoje o próprio CONCAM com representação da comunidade externa. Por meio dos cursos de extensão que são ofertados fora do IF ou mesmo dentro. Visitas de alunos dentro do Câmpus.

Pesquisadora: Você os considera adequados? Você os considera suficientes?

Entrevistado 3: São adequados, mas não são suficientes precisam e necessitam aumentar. Podem aumentar, pois a escola está crescendo e com isso estabelecendo mais contatos para que o Câmpus tenha uma influência maior na comunidade.

Pesquisadora: O que mais poderia ser feito neste sentido?

Entrevistado 3: Para aumentar o diálogo a extensão pode fazer contato com dois tipos de público: 1) empresas: para dialogar e conseguir estágio para alunos; 2) escolas públicas: os docentes estabelecerem contatos com escolas públicas para trabalhar na divulgação e oferta de cursos.

Pesquisadora: Como você avalia a presença do IFSP em São José dos Campos e seu entorno?

Entrevistado 3: São José dos Campos é uma cidade muito grande e possui muitos cursos de qualidade tanto de nível superior quanto de nível técnico. Estão presentes no município o ITA, o sistema S, a ETEC e o CEPHAS. Todas essas instituições são públicas e tem oferta de cursos técnicos e superiores. Nós somos uma instituição a mais que está crescendo para fazer a diferença entre as outras. Este é um processo que pode demorar alguns anos porque dependerá de todos os cursos possuírem concluintes para atuar na cidade e trocar com isso o conhecimento com a sociedade.

Pesquisadora: Relate, a partir de seu conhecimento e vivência, como funciona a metodologia de planejamento e implantação de novos cursos no Câmpus. **Entrevistado 3:** O planejamento e implementação de cursos novos no Câmpus se dá por meio de um estudo feito no âmbito da comunidade ao redor. São realizadas audiências públicas para verificar a real necessidade dos cursos. Como inicialmente no Câmpus começamos com o eixo tecnológico e industrial foram feitos os planejamentos dos novos cursos através do PDI, foram designados possíveis cursos que poderiam fazer parte dos novos cursos ofertados. Uma vez definido o PDI é preparado o PPC do curso. Nesse Projeto Pedagógico são elencadas todas as disciplinas do curso e toda carga horária do mesmo. Em seguida o PPC passa para aprovação do Comitê Técnico Profissional (CTP) que faz a avaliação e uma vez aprovado pelo CTP ele passa para aprovação do Conselho Superior e uma vez aprovado ele está disponível para ser ofertado para a comunidade por meio de processo seletivo, chamada pública ou SISU.

Pesquisadora: A metodologia tem sido efetiva? Por quê? Há previsão de participação da comunidade externa e interna nesse processo? Por quê?

Entrevistado 3: Até o momento para o Câmpus tem sido efetivo, pois, as turmas têm sido completadas, com relação à demanda (procura inicial) de alunos. Neste ponto sim. Da entrada sim, com outros parâmetros precisa-se analisar. Tem havido procura para os cursos. Com relação à participação da comunidade externa, já existe uma definição dos cursos que já foram implantados, e dos que serão implantados até 2019, isto foi pré-definido pelo PDI. Existe possibilidade para implantação e alteração no futuro neste momento pode-se repensar a participação da comunidade externa. Com relação aos cursos FIC, tem possibilidade de partir da comunidade pois tem ofertas semestrais desses cursos. Os outros não tem, mas por que já foram definidos.

Pesquisadora: Cite até cinco instituições que você considera importante que o IFSP estabeleça uma relação.

Entrevistado 3: ITA, Centro Paula Souza, SENAI, UNESP e UNIFESP.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO À AMOSTRA REPRESENTATIVA DOS SERVIDORES QUE ATUAM NO CÂMPUS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS PÚBLICOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - SERVIDORES (Resolução 466/2012 do CNS)

O PAPEL DAS REDES NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO IFSP EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Eu, Natália Helena dos Santos Novais, estudante do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “O papel das redes na implementação da política de educação profissional: o caso do IFSP em São José dos Campos” orientada pelo Prof. Dr.º. Wagner de Souza Leite Molina.

A educação está no centro das preocupações do Estado, haja vista seu papel essencial para o desenvolvimento de um país. Nos últimos anos, a política pública que tem se destacado na educação é a criação/transformação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Assim, observa-se que a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFEPT) abriu espaço para a discussão dos IF's enquanto política pública educacional, deixando evidente a necessidade de analisar quão efetiva tem sido a aplicação de tal política.

Você foi selecionado (a) por fazer parte da comunidade interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus São José dos Campos, instituição onde o estudo será realizado. Você responderá a um questionário. Sendo assim, para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, o questionário apresentará caráter anônimo e deverá ser respondido individualmente. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área de Gestão e Implementação de Políticas Públicas, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para a instituição pesquisada. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (12) 98103-8760.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Natália Helena dos Santos Novais

Endereço: Rua José Oliveira da Cruz, nº 85, apartamento 52, Vista Linda, São José dos Campos. CEP: 12220051.

Contato telefônico: (12) 98104-8760

e-mail: natnhs@hotmail.com

Local e data: _____

Nome do Pesquisador

Assinatura do Pesquisador

Nome do Participante

Assinatura do Participante

QUESTIONÁRIO	
DADOS DE CARACTERIZAÇÃO	
Gênero: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino	
Idade: <input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos <input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 anos <input type="checkbox"/> Entre 36 e 45 anos <input type="checkbox"/> Entre 46 e 55 anos <input type="checkbox"/> Mais de 55 anos	
Escolaridade: <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio/Técnico Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio/Técnico Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado	
QUESTÕES	
1. Em qual ambiente organizacional você atua? <input type="checkbox"/> Acadêmico <input type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Docência	
2. Como você conheceu o IFSP Câmpus São José dos Campos? <input type="checkbox"/> Por meio de pessoas que estudam ou trabalham no IFSP Câmpus São José dos Campos <input type="checkbox"/> Por meio de pessoas que estudam ou trabalham em outros Câmpus do IFSP <input type="checkbox"/> Por meio de familiares/amigos <input type="checkbox"/> Rádio/Televisão <input type="checkbox"/> Jornal/revista impresso (a) <input type="checkbox"/> Site institucional do Câmpus <input type="checkbox"/> Site institucional do IFSP <input type="checkbox"/> Outros sites da internet	
3. Há quanto tempo você possui vínculo com o IFSP Câmpus São José dos Campos? <input type="checkbox"/> Entre 2 e 3 anos <input type="checkbox"/> Entre 3 e 4 anos <input type="checkbox"/> Mais de 4 anos	
4. Você reside na cidade de São José dos Campos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não resido, permaneço na cidade apenas o tempo necessário para desenvolvimento das atividades no Câmpus e retorno diariamente para meu município de residência <input type="checkbox"/> Não resido e permaneço na cidade entre 1 e 4 quatro dias por semana, depois retorno para meu município de residência <input type="checkbox"/> Não resido e permaneço na cidade por 5 dias e retorno semanalmente para meu município	
5. No município de São José dos Campos, com quais pessoas você se relaciona? <input type="checkbox"/> Apenas com pessoas do Câmpus <input type="checkbox"/> Com pessoas do Câmpus e familiares <input type="checkbox"/> Com pessoas do Câmpus, familiares e vizinhos <input type="checkbox"/> Com pessoas do Câmpus, familiares, vizinhos e amigos <input type="checkbox"/> Com ninguém	
6. Das pessoas abaixo, com quem você troca informações relativas às atividades que desenvolve no IFSP Câmpus São José dos Campos ou relativas ao próprio IFSP? Se for o caso, pode ser assinalada mais de uma opção. <input type="checkbox"/> Com colegas de trabalho do Câmpus <input type="checkbox"/> Com colegas de trabalho de outros Câmpus do IFSP <input type="checkbox"/> Com familiares <input type="checkbox"/> Com amigos <input type="checkbox"/> Com vizinhos <input type="checkbox"/> Com ninguém	
7. Qual o número de pessoas que trabalham na Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos você conhece ou mantém contato:	

<p><input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>8. Qual o número de pessoas que trabalham na Secretaria Estadual de Educação de São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>9. Qual o número de pessoas que trabalham/atuam/estudam em escolas estaduais de São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>10. Qual o número de pessoas que trabalham/atuam/estudam em escolas municipais de São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>11. Qual o número de pessoas que trabalham/atuam/estudam em escolas privadas de São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>12. Qual o número de pessoas que trabalham em entidades de classe regionais relacionadas aos cursos ofertados pelo IFSP Câmpus São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>13. Qual o número de pessoas que atuam em associações de bairros do município São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>14. Qual o número de moradores dos bairros da zona leste do município de São José dos Campos como: Jardim Diamante, Vila Industrial, Vila Tesouro, Vista Verde, Jardim Paulista, Monte Castelo, dentre outros que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>14. Qual o número de pessoas que atuam em organizações sociais de São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Nenhuma <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2</p>

<p><input type="checkbox"/> 3</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>15. Qual o número de pessoas que atuam em empresas instaladas na região do ramo dos cursos ofertados pelo IFSP São José dos Campos você conhece ou mantém contato:</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma</p> <p><input type="checkbox"/> 1</p> <p><input type="checkbox"/> 2</p> <p><input type="checkbox"/> 3</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 3</p>
<p>16. Cite um fator que você considera como facilitador e um fator que você considera como dificultador para desenvolvimento das atividades no Câmpus.</p> <p>Facilitador: _____</p> <p>Dificultador: _____</p>
<p>17. Cite duas instituições que você acha que seria importante que o Câmpus estabelecesse algum tipo de contato:</p> <p>1. _____</p> <p>2. _____</p>

APÊNDICE E – MODELO DE QUESTIONÁRIO QUE PODERÁ SER APLICADO À COMUNIDADE EM GERAL

<p>Prezado (a) Senhor(a), Este questionário tem o objetivo de identificar o perfil do público atendido pelo IFSP São José dos Campos. Fique tranquilo, você não será identificado. Suas respostas nos auxiliarão a aperfeiçoar os serviços prestados pelo Câmpus. Agradecemos a sua colaboração.</p>	
CARACTERIZAÇÃO	
<p>Seu Gênero é: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p>	
<p>Sua faixa etária é: <input type="checkbox"/> menos de 21 anos <input type="checkbox"/> 21 – 25 anos <input type="checkbox"/> 26 – 30 anos <input type="checkbox"/> 31 – 35 anos</p>	<p><input type="checkbox"/> 36 – 40 anos <input type="checkbox"/> 41 – 45 anos <input type="checkbox"/> 46 – 50 anos <input type="checkbox"/> Mais de 50 anos</p>
<p>Em qual região da cidade de São José dos Campos você mora: <input type="checkbox"/> Região Leste <input type="checkbox"/> Região Sudeste <input type="checkbox"/> Região Sul <input type="checkbox"/> Região Central <input type="checkbox"/> Região Norte <input type="checkbox"/> Região Oeste <input type="checkbox"/> Não resido em São José dos Campos, resido em: _____</p>	
PERGUNTAS	
<p>1 - Como você conheceu o IFSP Câmpus São José dos Campos? <input type="checkbox"/> Não conhecia ainda, este é o meu primeiro contato com o Câmpus <input type="checkbox"/> Por meio de pessoas que estudam ou trabalham no IFSP Câmpus São José dos Campos <input type="checkbox"/> Por familiares/amigos <input type="checkbox"/> Rádio/Televisão <input type="checkbox"/> Jornal impresso <input type="checkbox"/> Site institucional <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Outro meio (Especifique): _____</p>	
<p>2 - Há quanto tempo você conhece o IFSP Câmpus São José dos Campos? <input type="checkbox"/> Não conhecia ainda, este é o meu primeiro contato com o Câmpus <input type="checkbox"/> Menos de 1 ano <input type="checkbox"/> Entre 1 e 2 anos <input type="checkbox"/> Entre 2 e 3 anos <input type="checkbox"/> Entre 3 e 4 anos <input type="checkbox"/> Mais de 4 anos</p>	
<p>3 - Qual o número de pessoas que trabalham/estudam no IFSP de São José dos Campos que você conhece ou mantém contato: <input type="checkbox"/> Ninguém <input type="checkbox"/> De 1 a 3 pessoas <input type="checkbox"/> De 3 a 5 pessoas <input type="checkbox"/> Mais de 5</p>	
<p>4 - Você sabe chegar/conhece o local onde está instalado o IFSP Câmpus São José dos Campos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	
<p>5 - Classifique o quanto você conhece sobre os serviços oferecidos pelo IFSP Câmpus São José dos Campos: <input type="checkbox"/> Conheço muito bem <input type="checkbox"/> Conheço bem <input type="checkbox"/> Conheço pouco</p>	

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1esp, p. 8-19, 2007.

ALEJANDRO, Velázquez Álvarez O; NORMAN, Aguilar Gallegos Norman. **Manual Introdutório à análise de redes sociais**. Exemplos práticos com Ucinet 6.109 e Netdraw 2.28. Junho, 2005, 41 p.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 1033-1054, 2003.

ANDRADE, Jackeline Amantino de. Redes de Atores: Uma Nova Forma de Gestão das Políticas Públicas no Brasil? **Gestão & Regionalidade (Online)**, v. 22, n. 64, 2006.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação Profissional**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 27- 40, 2012.

BERNARDO, Maristela. Políticas públicas e sociedade civil. In: BURSZTYN, Marcel (org). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 41-57, 2001.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G.; FREEMAN, Linton C. UCINET 6 for Windows. **Harvard: Analytic Technologies**, v. 185, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escola de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei 4.073**, de 30 de Janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14073.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei 4.127**, de 25 de Fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BRASIL. **Decreto 5.154**, de 23 de Julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 20 jul. 2015.

BRASIL. **Lei 11.184**, de 07 de Outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. **Lei 11.1195**. Dá nova redação ao § 5o do art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm> Acesso em 20 mai. 2016.

BRASIL. **Decreto 6.095**, de 24 de Abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Departamento de Políticas e Articulação Institucional. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007**. Chamada Pública para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília, 12 de Dezembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Dilma anuncia criação de universidades e unidades de institutos federais. **Assessoria de Comunicação Social**. Brasília, 16, ago. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16972>. Acesso em: 23 set. 2016.

BRASIL. **Lei n. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 20 abr. 2015.

RASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório de Gestão 2010**. Brasília, Fevereiro, 2011, 405 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores Educacionais: Média de Alunos por Turma em São José dos Campos no período de 2011 a 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>> Acesso em: 06 jan. 2017.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354990>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2015.

BRASIL, Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Rede. **Nota técnica nº 124/2015**. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica quadriênio 2011-2014.

BRASIL. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Perguntas Frequentes**. Agosto, 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/perguntas-frequentes>>. Acesso em: nov. 2016.

CASTELLS, Manuel. O Estado-rede e a reforma da administração pública. **Reforma Gerencial**, p. 27-28, 1998.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; Cardoso, Gustavo. A Sociedade em Rede Do Conhecimento à Acção Política. **Imprensa Nacional, Casa da Moeda**, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes; 2006:135.

COMERLATTO, Dunia et al. Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 2, p. 265-271, 2007.

CONCAM. Conselho de Câmpus de São José dos Campos. **Atas do CONCAM**. Disponível em: < <http://sjc.ifsp.edu.br/portal/index.php/conselhos/apresentacao>> Acesso em: 02, Mai. 2017.

DAGNINO, Renato et al. Metodologia de análise de políticas públicas. **Campinas: Grupo de Análise de Políticas de Inovação, Universidade Estadual de Campinas**, 2002.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. **Globalização, Educação e Movimentos Sociais**, v. 40, 2006.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>> Acesso em: 12 jun. 2017.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Universidade Federal da Paraíba–João Pessoa–31/07 a, v. 3, n. 08, 2012.**

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de administração pública**, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Holos**, 2009, Ano 25, Vol. 2. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267/187>. Acesso em: 05 jun. 2015.

FLEURY, Sonia; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. FGV Editora, 2007.

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 7, n. 1, 2008.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Análise de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: **Encontro Nacional de Economia Política**, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, p. 61, 2002.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. **Educação e sociedade**, v. 19, n. 63, p. 53-79, 1998.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: **Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Ipea. Brasília, 2014. p. 15 - 28.

GOULART, Sueli. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 01-15, Outubro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000300004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: Jan. 2017.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Presidente Dilma anuncia oito novos campi para o IFSP**. São Paulo, 16 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/451-presidente-anuncia-oito-novos-campi-para-o-ifsp.html>>. Acesso em: 23 set. 2016.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. São Paulo, Março, 2012, 361 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Edital 189/2012**. Dispõe sobre a abertura de processo seletivo simplificado para preenchimento das vagas remanescentes do processo seletivo do segundo semestre de 2012 para os cursos técnicos concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio do IFSP nas modalidades presencial e a distância. São Paulo, Julho, 2012, 7 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. São Paulo, Março, 2013, 424 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Estatuto**. Aprovado pela Resolução n.º 1, de 31 de agosto de 2009.

Alterado pela Resolução n.º 872, de 4 de junho de 2013. São Paulo, Junho, 2013, 15 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Edital 38/2013**. Dispõe sobre a abertura do processo seletivo simplificado para preenchimento das vagas remanescentes do processo seletivo do primeiro semestre de 2013 para os cursos técnicos concomitante ou subsequentes ao Ensino Médio do IFSP nas modalidades presença e a distância São Paulo, Fevereiro, 2013, 16 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. São Paulo, Março, 2014, 605 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Edital 36/2014**. Dispõe sobre a abertura do processo seletivo simplificado que visa o preenchimento de vagas remanescentes do processo seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2014 nos cursos técnicos de nível médio integrado, concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio do IFSP nas modalidades presença e a distância. São Paulo, Fevereiro, 2014, 19p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Edital 849/2014**. Dispõe sobre as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado que visa ao preenchimento de vagas remanescentes do Processo Seletivo para ingresso no segundo semestre de 2014, nos cursos técnicos de nível médio, concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio, nas modalidades presencial e a distância (EaD) dos campi/polos do IFSP. São Paulo, Julho, 2014, 22p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. São Paulo, Abril, 2015, 241 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Regimento Geral**. Resolução nº 07, de 04 de Fevereiro de 2014. São Paulo, Fevereiro, 2014, 93 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018**. São Paulo, 687p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Edital 334/2015**. Dispõe sobre as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado que visa ao preenchimento de vagas remanescentes do Processo Seletivo para ingresso no segundo semestre de 2015, nos cursos técnicos de nível médio, concomitantes ou subsequentes ao Ensino Médio, nas modalidades presencial e a distância (EaD) dos campi/polos do IFSP. São Paulo, Junho, 2015, 16p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo Câmpus São José dos Campos. **Projeto Político-Pedagógico (PPP) 2015 – 2019**. São José dos Campos, 2016, 114 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. São Paulo, Março, 2016, 225 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Resolução nº 45, de 15 de Junho de 2015**. Aprova o regimento dos Conselhos de Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. São Paulo, Junho, 2015, 9 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Regimento Geral dos Câmpus do Instituto Federal de São Paulo**. Aprovado pela Resolução n.º 26, de 05 de abril de 2016. São Paulo, Abril, 2016, 47 p.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Mapa dos Câmpus**. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/mapa-dos-campi.html>> Acesso em: 11 nov. 2017.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São José dos Campos. **Cursos**. Disponível em: < <http://sjc.ifsp.edu.br/portal/>> Acesso em: 24 abr. 2017.

IFSP, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São José dos Campos. **Informações dos alunos matriculados nos cursos**. Sistema de registros acadêmicos. Coordenadoria de Registros Acadêmicos, Câmpus São José dos Campos, 2017.

INOJOSA, Rose Marie. Redes de compromisso social. **Revista de administração pública**, v. 33, n. 5, p. 115-141, 1999.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 35-45, 2000.

KOLLER, Cláudio; SOBRAL, Francisco. A construção da Identidade das escolas agrotécnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF. **MOLL, Já colaboradores. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, p. 220-229, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006.

KUNZE, Nádía Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2015.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Out. 2016.

LOIOLA, Elisabeth; MOURA, Suzana. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, Tânia. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**, v. 2, p. 53-68, 1996.

MACHADO, Hilka Vier. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v.7, p. 51-73, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65522003000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Mar. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, Caio; MARTINS, Humberto. Um governo matricial: estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento. In: **Congreso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. 2004.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. **Saúde e sociedade**, v. 15, n. 2, p. 72-87, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Dez. 2016.

MILANI, Carlos RS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

MINHOTO, Laurindo Dias; MARTINS, Carlos Estevam. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos Fundap**, n. 22, p. 81-101, 2001.

MINTZBERG, Henry. **Administrando governos, governando administrações. 1998.** Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/viewFile/76/82#page=148>>. Acesso em: Mai. 2016.

MOLL, Jaqueline. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Jaqueline Moll e colaboradores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; SILVA, Marcelo Kunrath. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 43, 2008.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração on line**, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2001.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-287, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Dez. 2016.

ORTIGARA, Claudino; GANZELI, Pedro. Regulação nas políticas para a educação profissional nos governos fhc e lula: trabalho e cidadania. **São Paulo: Biblioteca ANPAE**, 2011. Disponível em: <www.anpae.org.br/simposio2011>. Acesso em: 13 out. 2015.

OTRANTO, C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista Retta**. UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, Vol. I, nº 01, jan./jun. 2010, p. 89-108.

OTRANTO, Celia Regina. Reforma da Educação Profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios. **Revista educação em questão**, v. 42, n. 28, 2013.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania**: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Organizadores: Eliezer Moreira Pacheco e Valter Morigi. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Tekne, 2012

PETROBRAS. Ouvidoria-Geral. Agência Petrobras de Notícias. **Revap abrigará escola técnica em parceria com IFSP**. 24 ago. 2011. Disponível em: <https://ouvidoria.petrobras.com.br/portal/ouvidoria/pt_br/noticias/revap-abrigara-escola-tecnica-em-parceria-com-ifsp.htm>. Acesso em: 30 set. 2016.

PINA, Fabiana. Uma reflexão sobre a relação da universidade com a sociedade. **Imagens da Educação**, v. 2, n. 3, p. 19, 2012.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, Sept. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000008&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000008>.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de enfermagem da UERJ**. Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83.

RUIVO, Fernando. Localização de políticas públicas. **Oficina do CES**, v. 178, 2002.

SANTOS, Hermílio. Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 59-68, 2005.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Secretaria de Planejamento Urbano. Departamento de Projetos Urbanísticos. Divisão de Pesquisa. **São José em Dados 2016**. São José dos Campos, 2016, 132 p.

SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Caracterização socioeconômica de São Paulo Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. São Paulo, Outubro, 2013, 84 p.

SÃO PAULO. SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. **Informações dos Municípios Paulistas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2006.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Rogério Bezerra da. Universidade-sociedade no Brasil: insistir na empresa privada ou construir outro enfoque orientado aos múltiplos atores sociais? **Redes**, v. 16, n. 31, p. 21-44, 2010.

SISTEC. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC**. Disponível em: <
<http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino/>> Acesso em: 03, Jun. 2017.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa e. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 2, n. 5, p. 17-26, 2016.

TAVARES-UEPG, Moacir Gubert. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: **IX ANPED SUL**, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, 2002.

VIEIRA, Livia Carolina; MARCUSSO, Marcus Fernandes. OS ESTUDOS SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA ATRAVÉS DAS PESQUISAS CONCLUÍDAS NOS PROGRAMAS DE PÓS--GRADUAÇÃO NO BRASIL. **Anais do II Colóquio Nacional–A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**, 2013.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; AMÂNCIO FILHO, Antenor. Políticas de educação profissional: referências e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 55, p. 207-222, 2007.